

MARCIA DE OLIVEIRA CUDO

**MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NO CAMPUS CENTRO DA UFRGS: ESTUDO DE
CASO DO CENTRO CULTURAL NOS ANOS DE 2014 A 2026**

CANOAS, 2026

MARCIA DE OLIVEIRA CUDO

**MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NO CAMPUS CENTRO DA UFRGS: ESTUDO DE
CASO DO CENTRO CULTURAL NOS ANOS DE 2014 A 2026**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle – Unilasalle, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Memória Social e Bens Culturais.

Orientação: Profa. Dra. Rute Henrique da Silva Ferreira

CANOAS, 2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C964m Cudo, Marcia de Oliveira.

Memória e patrimônio no Campus Centro da UFRGS [manuscrito] : estudo de caso do Centro Cultural nos anos de 2014 a 2026 / Marcia de Oliveira Cudo. – 2026.
148 f. : il.

Dissertação (mestrado em Memória Social e Bens Culturais) – Universidade La Salle, Canoas, 2026.

“Orientação: Profa. Dra. Rute Henrique da Silva Ferreira”.

1. Memória social. 2. Patrimônio cultural. 3. Preservação. 4. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). I. Ferreira, Rute Henrique da Silva. II. Título.

CDU: 719(816.5)

Bibliotecária responsável: Joana Pereira Bortoluzzi - CRB 10/2959

MARCIA DE OLIVEIRA CUDO

**MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NO CAMPUS CENTRO DA UFRGS: ESTUDO DE
CASO DO CENTRO CULTURAL**

Dissertação **aprovada** para obtenção do
título de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Memória Social e Bens
Culturais da Universidade La Salle.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Doris Bittencourt Almeida
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul

Prof.^a Dr.^a Margarete Fagundes Nunes
Universidade Federal do Rio Grande do
Norte

Prof.^a Dr.^a Lúcia Regina Lucas da
Rosa Universidade La Salle,
Canoas/RS

Prof.^a Dr.^a Rute Henrique da Silva Ferreira
Orientadora e Presidente da Banca - Universidade La Salle, Canoas/RS

Área de concentração: Memória Social e Bens Culturais
Curso: Mestrado em Memória Social e Bens Culturais

Canoas, 2 de julho de 2026.

DEDICATÓRIA



Dedico à Deus, ao meu marido Gutierres, minha filha Isadora, minha mãe Terezinha, minha irmã Maristela, amigos, pela compreensão e apoio durante essa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora Prof. Dra. Rute, pelo apoio, paciência e dedicação durante toda a pesquisa. Expresso minha gratidão ao Unilasalle e à coordenação do PPGMSBC pela oportunidade de vivenciar esta trajetória acadêmica e pelo valioso aprendizado proporcionado durante todo o curso.

Agradeço também à UFRGS, que, além de me acolher como servidora, me proporcionou a oportunidade de estudar seu valioso acervo de patrimônio edificado.

Ao Centro Cultural e sua direção que me acolheram no estudo, agradeço também à prefeitura Universitária, aos meus colegas de trabalho, aos prefeitos e ex-prefeitos. Ao Setor de Patrimônio Histórico que me permitiu explorar o seu acervo de livros e documentos e aos seus membros que compartilharam seu conhecimento.

Devo um agradecimento especial aos arquitetos fiscais da execução da obra de restauração do Centro Cultural da UFRGS, que com seu conhecimento e paixão pela recuperação do patrimônio histórico, ajudaram a abrilhantar essa pesquisa.

RESUMO

Este é um estudo inserido no campo de pesquisa da memória social, na Linha de Pesquisa Memória e Linguagens Culturais do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais (PPGMSBC) da Universidade LaSalle/Canoas - RS. O trabalho teve como foco da investigação a restauração e a ressignificação do antigo Instituto de Química, transformado em um equipamento cultural nomeado “Centro Cultural da UFRGS” e sua relação com a constituição da memória e da identidade da universidade. Construído entre 1922 e 1924, o edifício passou por abandono, restauração e ressignificação, transformando-se em espaço de produção e difusão cultural. O objetivo geral consistiu em analisar como os aspectos arquitetônicos do antigo Instituto de Química mantêm relações com a memória da comunidade universitária e a conservação do patrimônio no Campus Centro da UFRGS em Porto Alegre. A fundamentação teórica ancorou-se em autores como Halbwachs, Candau, Assmann e Pollak no campo da memória social e Candau, Fonseca, Gonçalves e Zamin quanto ao patrimônio cultural. A metodologia adotada foi qualitativa, envolvendo análise documental, bibliográfica, aplicação de questionário e entrevista (Minayo, 2007). A pesquisa justifica-se pela relevância de valorizar e difundir o patrimônio cultural da UFRGS, entendendo-o como elemento fundamental na construção da memória e da identidade universitária. São resultados da pesquisa os desafios enfrentados pelas universidades públicas brasileiras na manutenção de seus edifícios históricos, especialmente diante de limitações orçamentárias, mudanças administrativas e ausência de políticas contínuas de preservação. A trajetória do prédio evidencia períodos alternados de valorização e negligência, reforçando a importância de ações permanentes de zeladoria, conservação, gestão patrimonial e educação para o patrimônio cultural.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Preservação de prédios históricos; Restauração de edificações; Equipamento cultural; Centro Cultural da UFRGS; Instituto de Química da UFRGS.

ABSTRACT

This study is situated within the field of Social Memory research and is linked to the Research Line “Memory and Cultural Languages” of the Postgraduate Program in Social Memory and Cultural Heritage at LaSalle University/Canoas – Rio Grande do Sul, Brazil. The investigation focused on the restoration and re-signification of the former Institute of Chemistry, which was transformed into a cultural facility known as the FURGS Cultural Center, and its relationship with the construction of the university’s memory and identity. Built between 1922 and 1924, the building underwent periods of abandonment, restoration, and re-signification, ultimately becoming a space dedicated to cultural production and dissemination. The general objective of the study was to analyze how the architectural features of the former Institute of Chemistry relate to the memory of the university community and to heritage preservation on the Central Campus of the Federal University of Rio Grande do Sul (FURGS), located in Porto Alegre, Brasil. The theoretical framework was grounded in the works of Halbwachs, Candau, Assmann and Pollak in the field of Social Memory, as well as Candau, Fonseca, Gonçalves, and Zamin in the field of Cultural Heritage. A qualitative methodology was adopted, involving documentary and bibliographic analysis, questionnaire administration, and interviews (Minayo, 2007). The study is justified by the importance of valuing and promoting FURGS’s cultural heritage, understanding it as a fundamental element in the construction of university memory and identity. The findings highlight the challenges faced by Brazilian public universities in maintaining their historic buildings, particularly in the context of budget constraints, administrative changes, and the absence of continuous preservation policies. The building’s trajectory reveals alternating periods of appreciation and neglect, reinforcing the importance of ongoing actions related to stewardship, conservation, heritage management, and cultural heritage education.

Keywords: Cultural heritage; Preservation of historic buildings; Building restoration; Cultural facility; FURGS Cultural Center; FURGS Institute of Chemistry.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Patrimônio Cultural Edificado no Campus Centro da UFRGS	25
Figura 2 – Campus Centro da UFRGS: quarteirão 1, 2 e Entorno	26
Figura 3 – Escola de Engenharia (prédio 11101)	26
Figura 4 – Departamento de Artes Dramáticas - DAD (prédio 13501)	27
Figura 5 – Chateau (prédio 11102)	28
Figura 6 – Castelinho (prédio 11103)	28
Figura 7 – Observatório Astronômico (prédio 11104)	28
Figura 8 – Faculdade de Direito (prédio 11108)	29
Figura 9 – Instituto Eletrotécnico (prédio 11106)	29
Figura 10 – Antigo Curtumes e Tanantes: Museu da UFRGS (prédio 12104)	30
Figura 11 – Antigo Prédio da Faculdade de Medicina (prédio 12101)	31
Figura 12 – Rádio da UFRGS (prédio 12102)	31
Figura 13 – Instituto de Química Industrial - Centro Cultural (prédio 12109)	32
Figura 14 – Antigo Prédio do Instituto Parobé (prédio 11107)	33
Figura 15 – Planta de localização: Centro Cultural da UFRGS	34
Figura 16 – Campus Centro – Planta Geral – Projeto Centro Cultural	53
Figura 17 – Campus Centro - Quarteirões 1 e 2- Projeto Centro Cultural	54
Figura 18 – Prédio da Química Industrial nos anos 1922 a 1925	55
Figura 19 – Prédio da Química Industrial após mudança da grafia do letreiro	57
Figura 20 – Espaços do Centro Cultural	61
Figura 21 – Etapas da Pesquisa	77
Figura 22 – Madeiramento com cupim (esq.) e substituição por vigas de aço (dir.)	89
Figura 23 – Infiltrações nas paredes (esq.) e revestimento recuperado (dir.)	89
Figura 24 – Primeiro pavimento mais baixo do que o entorno (esq.) e desnível alterado (dir.)	90
Figura 25 – Alterações não originais da edificação (esq.), alterações desfeitas (dir.)	90
Figura 26 – Telhamento com estrutura de madeira (esq.) substituído por estrutura metálica (dir.)	90
Figura 27 – Aberturas não utilizadas desde a ampliação, presentes nas duas antigas laterais (esq.), vão fechados (dir.)	91

Figura 28 – Forro deteriorado (esq.) e novo (dir.)	91
Figura 29 – Piso danificado (esq.) e piso novo (dir.)	91
Figura 30 – Fachada deteriorada (esq.) e fachada restaurada (dir.)	92
Figura 31 – Esquadrias danificadas (esq.) e restauradas (dir.)	92
Figura 32 – Piso externo danificado (esq.) e substituído (dir.)	92
Figura 33 – Escada deteriorada (esq.) e escada restaurada (dir.)	93
Figura 34 – Esculturas danificadas (esq.) e recuperadas (dir.)	93
Figura 35 – Vidros pintados (esq.) e vidros transparentes (dir.)	93
Figura 36 – Corredores estreitos (esq.) e amplos (dir.)	94
Figura 37 – Gráfico - Conhecimento da história do edifício	98
Figura 38 - Gráfico - A importância do Centro Cultural para a Memória da Universidade	99
Figura 39 - Gráfico – Valor como patrimônio cultural do prédio do Centro Cultural	99
Figura 40 - Gráfico – Participação em alguma atividade ou evento no Centro Cultural	100
Figura 41 - Gráfico – Relevância das atividades do Centro Cultural para a vida universitária	101
Figura 42 – Características que lembram do Centro Cultural	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Publicações sobre “Patrimônio Cultural UFRGS”	37
Quadro 2 – Publicações sobre “Preservação prédios históricos”	37
Quadro 3 – Publicações sobre “Centro Cultural UFRGS” (a partir de 2018)	38
Quadro 4 – Publicações sobre “Restauração Edificação Histórica”	38
Quadro 5 – Dissertações com temáticas alinhadas às bases conceituais deste estudo	38
Quadro 6 – Ilustração do caminho metodológico utilizado	74
Quadro 7 – Comparativo de Análise da Entrevista	88
Quadro 8 – Contextualização dos entrevistados (perguntas 1.1 a 1.3)	95
Quadro 9 – Perguntas e embasamento teórico (perguntas 2.1 a 5.1)	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONSUN – Conselho Universitário

DAD – Departamento de Artes Dramáticas

FACED – Faculdade de Educação

ICBS – Instituto de Ciências Básicas da Saúde

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado

LDSM – Laboratório de Design e Seleção de Materiais

LIC – Lei de Incentivo à Cultura

LUME – Repositório Digital de Produção Científica e Acervos

NELE – Núcleo de Ensino de Línguas em Extensão

PPCI – Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndios

PPGMSBC – Programa de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais

PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura

PRR – Partido Republicano Riograndense

SPH – Setor de Patrimônio Histórico da UFRGS

SUINFRA – Superintendência de Infraestrutura

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNILASALLE – Universidade La Salle

URGS – Universidade do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Memorial.....	15
1.2 Contextualização	17
1.2.1. <i>Porto Alegre e a construção do espaço urbano</i>	<i>18</i>
1.2.2 <i>A Formação E Constituição da UFRGS e do Campus Centro</i>	<i>22</i>
1.3 Questão de Pesquisa	35
1.4 Objetivos	35
1.5 Justificativa.....	35
2 BASES CONCEITUAIS	40
2.1 Memória Social	40
2.2 Patrimônio Cultural	43
2.2.1 <i>A Cultura</i>	<i>50</i>
2.2.2 <i>O Centro Cultural da UFRGS</i>	<i>55</i>
2.3 Preservação e Proteção dos Prédios Históricos da UFRGS	62
2.4 Arquitetura das Edificações da UFRGS	68
2.5 Zeladoria do Patrimônio Cultural	70
2.6 Restauração de Edificações de Patrimônio Cultural	72
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	74
3.1 Tipo de Pesquisa e Delineamento da Estratégia	74
3.1.1 <i>Unidade de Análise do Caso</i>	<i>75</i>
3.2 Coleta e Análise dos Dados	76
4 O CENTRO CULTURAL DA UFRGS NA MEMÓRIA DOS SERVIDORES.....	78
4.1 Transição do Antigo Instituto de Química para o Campus do Vale	78
4.2 Entrevista Semiestruturada: Visão Geral	79
4.2.1 <i>Memória Social.....</i>	<i>80</i>
4.2.2 <i>Patrimônio Cultural</i>	<i>81</i>
4.2.3 <i>Preservação e Proteção dos Prédios Históricos da UFRGS</i>	<i>82</i>
4.2.4 <i>Arquitetura das Edificações da UFRGS</i>	<i>84</i>
4.2.5 <i>Zeladoria do Patrimônio Cultural</i>	<i>86</i>
4.2.6 <i>Restauração de Edificações de Patrimônio Cultural</i>	<i>87</i>
4.3 Entrevista Semiestruturada: Registros Fotográficos Antes e Depois da Restauração.....	88
4.4 Aplicação de Questionário	95

<i>4.4.1 Perfil dos Respondentes</i>	<i>97</i>
<i>4.4.2 Conhecimento e Percepção Sobre o Edifício</i>	<i>98</i>
<i>4.4.3 Percepção Sobre o Centro Cultural e Suas Atividades</i>	<i>100</i>
<i>4.4.4 Opiniões e Sugestões Sobre o Centro Cultural</i>	<i>104</i>
<i>4.4.5 Considerações Finais: Questionário</i>	<i>106</i>
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS.....	112
APÊNDICE A – INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO	119
APÊNDICE B – MODELO DE CARTA DE ACEITE	122
APÊNDICE C – MODELO DE TCLE (CABEÇALHO DO QUESTIONÁRIO)	123
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA (VIA FORMULÁRIO GOOGLE FORMS)	124
APÊNDICE E - LINHA DO TEMPO DA EDIFICAÇÃO	127
APÊNDICE F – CRÔNICA SOBRE O CENTRO CULTURAL DA UFRGS	129
ANEXO A – LINGUAGENS NO CENTRO CULTURAL DA UFRGS.....	130
ANEXO B – DIAGNÓSTICO DE EQUIPAMENTO CULTURAL.....	133

1 INTRODUÇÃO

Com mais de um século de história, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) abriga, em seu Campus Centro, um valioso conjunto arquitetônico que expressa sua trajetória como instituição e sua relação com a cidade de Porto Alegre. Entre esses edifícios, destaca-se o equipamento cultural nomeado “Centro Cultural da UFRGS”, originalmente construído como Instituto de Química Industrial.

Esta pesquisa é um estudo no campo da memória social, que se propõe a investigar como a restauração e a ressignificação desse edifício contribuíram para a constituição da memória e da identidade da universidade. O estudo parte da concepção de memória coletiva como uma construção social, proposto por Halbwachs (2006) e Candau (2014), que discute os mecanismos de seleção, apropriação e esquecimento envolvidos nos processos de memória identitária, Assmann (2011) afirma que a memória cultural depende de suportes materiais e institucionais, tais como documentos, edifícios, rituais e patrimônios. Já Pollak (1989), diz que muitas vezes, a memória oficial do Estado silencia experiências de alguns grupos. Assim, toda memória envolve também esquecimentos e silenciamentos.

A edificação, datada das primeiras décadas do século XX, passou por abandono, restauração e ressignificação, transformando-se em um espaço dedicado à produção e à difusão cultural. Sua restauração representa uma intervenção tanto física quanto simbólica, articulando patrimônio, memória e identidade no contexto da universidade pública.

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, com base em levantamento documental, entrevista e aplicação de questionário anônimo a agentes institucionais ligados ao Centro Cultural. O recorte temporal abrangeu desde a construção do prédio até sua configuração atual como Centro Cultural.

Esta pesquisa buscou compreender de que modo a materialidade do patrimônio universitário, aliada às práticas culturais e institucionais, contribui para a preservação e atualização da memória coletiva no espaço acadêmico. A fim de contextualizar a pesquisa, inicia-se com o memorial, seguido da contextualização, questão de pesquisa, objetivos e justificativa.

1.1 Memorial¹

Este memorial apresenta minha trajetória acadêmica e profissional. A mesma foi marcada por experiências que integram formação técnica, atuação em serviços públicos e crescente aproximação com o campo da memória social e do patrimônio cultural.

Minha vida acadêmica iniciou em 2002, no curso de Engenharia Civil da UFRGS. Ainda estudante, conciliei estágios e funções em concursos públicos. Entre eles o cargo de Secretária de Escola na Prefeitura de Canoas (2007), em uma comunidade escolar de alta vulnerabilidade, experiência que reforçou minha percepção do papel social das instituições de ensino e da importância de políticas públicas inclusivas.

Concluí a graduação em Engenharia Civil em 2010, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), e desde então atuei em diferentes esferas públicas: Prefeitura de Guaíba, Força Aérea Brasileira, Metroplan e Exército Brasileiro, sempre ligada à orçamento, fiscalização e planejamento de obras. A especialização em Produção Civil (2013), Formação Pedagógica para Docentes (2014) e Engenharia de Segurança do Trabalho (2018) ampliaram meu olhar interdisciplinar e social sobre o fazer técnico.

Em 2023 retornei à UFRGS, desta vez como engenheira de manutenção dos prédios, em sua maioria históricos, vinculados à Prefeitura Universitária do Campus Centro, em Porto Alegre. A Universidade, situada no Centro Histórico, mantém há mais de 130 anos uma relação estreita com a comunidade, contribuindo para a formação cultural, científica e urbana da cidade. Seu conjunto arquitetônico, composto por dezoito edifícios de reconhecido valor histórico e cultural, constitui um importante patrimônio edificado que, além de embelezar a paisagem urbana, materializa diferentes momentos da história da Instituição e da própria cidade de Porto Alegre.

O contato diário com esse patrimônio arquitetônico, cujas formas, materiais, técnicas construtivas e sucessivas adaptações de uso expressam memórias coletivas de diferentes gerações. Esse tipo de edificação despertou em mim um interesse crescente pela preservação do patrimônio e pela investigação crítica do espaço universitário. Assim como diz Cruz Neto (2002), que às inquietações que nos conduzem ao desenvolvimento de uma pesquisa emergem do universo cotidiano, comigo não foi diferente.

¹ Para melhor fluidez na leitura, o memorial está redigido em primeira pessoa.

No exercício das atividades técnicas relacionadas à manutenção predial, tornou-se evidente que cada intervenção realizada em edifícios históricos ultrapassa a dimensão funcional e técnica, envolvendo decisões que impactam diretamente a conservação de valores históricos, simbólicos e identitários. Assim, a prática profissional passou a suscitar reflexões sobre a responsabilidade técnica e social inerente à conservação de bens culturais, evidenciando a necessidade de um olhar interdisciplinar que considere tanto os aspectos construtivos quanto os significados culturais associados aos espaços.

Nesse contexto, o ambiente universitário revelou-se como um território privilegiado para a observação das relações entre patrimônio, memória e identidade da instituição. Os edifícios históricos do Campus Centro não apenas abrigam atividades acadêmicas e administrativas, mas também funcionam como marcos simbólicos que testemunham transformações sociais, educacionais e culturais ao longo do tempo. A permanência dessas edificações no tecido urbano reforça a continuidade histórica da Universidade e contribui para a construção de um sentimento de pertencimento entre estudantes, professores, técnicos e a comunidade externa.

A partir dessa vivência profissional e das inquietações teóricas que dela emergiram, busquei no Mestrado em Memória Social e Bens Culturais a oportunidade de aprofundar a compreensão da relação entre arquitetura, memória e identidade. Nesse percurso formativo, passei a investigar especificamente, o processo de restauração do antigo Instituto de Química, posteriormente, transformado em Centro Cultural da UFRGS, último edifício do Campus Centro a passar por uma intervenção restaurativa de grande porte, concluída em 2018. Tal experiência foi compreendida como um caso emblemático de preservação do patrimônio universitário, permitindo analisar os desafios técnicos, simbólicos e institucionais envolvidos na conservação e ressignificação de edifícios históricos.

Pretendi, ao longo da pesquisa, articular a dimensão técnica da engenharia civil com a perspectiva social da preservação do patrimônio, reconhecendo que os edifícios históricos universitários, devem ser compreendidos não apenas como objetos materiais sujeitos à degradação física, mas como espaços vivos, carregados de significados, práticas sociais e memórias compartilhadas. Dessa forma, a investigação buscou contribuir para o entendimento do patrimônio universitário como um campo de memória da instituição.

Configura-se, assim, um diálogo permanente entre passado e presente, com projeções para o futuro, no qual a preservação material não se limita à conservação física dos edifícios, mas se associa à valorização das experiências humanas que conferem sentido e significado aos lugares.

Além disso, essa trajetória evidenciou que atuar na manutenção e conservação de edifícios históricos implica desenvolver uma sensibilidade técnica e cultural capaz de reconhecer o valor simbólico dos espaços, respeitando sua autenticidade e integridade. Assim, a experiência profissional vivenciada na UFRGS constitui não apenas um campo de atuação técnica, mas também um espaço de formação crítica, consolidando meu interesse em compreender o patrimônio edificado como suporte material da memória social e como elemento fundamental para a construção da identidade da instituição.

1.2 Contextualização

A compreensão do patrimônio arquitetônico da UFRGS requer, inicialmente, a contextualização dos processos históricos e urbanos que contribuíram para sua formação. Os edifícios históricos que constituem o Campus Centro não podem ser analisados de maneira isolada, uma vez que sua implantação está relacionada tanto às transformações ocorridas na cidade de Porto Alegre quanto ao processo de constituição e expansão do ensino superior no Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, esta seção tem como objetivo apresentar o contexto histórico e urbano no qual se desenvolveu a UFRGS, estabelecendo uma trajetória que parte da formação do espaço urbano de Porto Alegre e conduz à constituição da Universidade e de suas primeiras edificações. Busca-se, assim, compreender o Campus Centro não apenas como um conjunto físico de edificações, mas como resultado de processos históricos, institucionais, sociais e urbanos que contribuíram para a construção de sua identidade e de seus valores patrimoniais.

A abordagem será desenvolvida em dois momentos. Inicialmente, será apresentada a formação e a transformação do espaço urbano de Porto Alegre, com atenção especial aos processos de expansão e modernização da cidade que condicionaram a ocupação da área posteriormente vinculada à Universidade (1.2.1). Em seguida, será abordada a formação institucional da UFRGS e a constituição do Campus Centro, destacando-se a implantação progressiva de seus edifícios e a

formação do conjunto arquitetônico que constitui o objeto de interesse desta pesquisa (1.2.2).

1.2.1. Porto Alegre e a construção do espaço urbano

No final do século XIX o Brasil foi marcado pelo fim do regime imperial e pela proclamação da República em 1889, representando uma mudança do regime, tendo que adaptar-se às novas necessidades da sociedade e às mudanças na economia. A transição de monarquia para República foi seguida de um período conturbado. (Pesavento, 1982).

Após a proclamação da República, o Partido Republicano Riograndense (PRR) assumiu a hegemonia, no comando de Júlio de Castilhos. Houve uma forte instabilidade no início do governo republicano, com a Revolução Federalista. Mas ao final, o PRR saiu vitorioso e mais forte, iniciando-se um período de consolidação de seu domínio do Estado. De 1898 a 1928 (exceto de 1908 a 1913 quando Carlos Barbosa assumiu o poder), o PRR (tanto presente no Governo do Estado como no de Porto Alegre) governou de forma autoritária, dedicado em um desenvolvimento global da economia, ancorado no positivismo para sua conduta política e administrativa. (Oliveira; Licht, 2004).

Carvalho (1990) demonstra que, na construção da República, o positivismo fortaleceu a associação entre ciência, educação e progresso nacional. No Rio Grande do Sul, essa perspectiva encontrou uma de suas expressões políticas mais duradouras, influenciando a organização do Estado e das instituições de ensino, especialmente por meio da valorização da educação técnico-profissional como instrumento de modernização e desenvolvimento econômico. Entretanto, essa concepção de progresso deve ser compreendida como uma construção histórica e ideológica, e não como um processo neutro ou consensual. A literatura contemporânea evidencia que o ideário positivista, embora tenha contribuído para a institucionalização da ciência e da educação pública, também serviu de fundamento para práticas centralizadoras e autoritárias, privilegiando a ordem, a racionalidade técnica e a disciplina social em detrimento da participação democrática e da pluralidade de perspectivas. Assim, ao analisar a influência do positivismo na constituição das universidades e de seus edifícios, esta pesquisa não defende a ideia de um progresso linear, mas busca compreender como esse ideário orientou políticas públicas, projetos arquitetônicos e concepções de patrimônio.

Na prática, existia uma estreita conexão entre a elite que ocupava os cargos públicos e a iniciativa privada, como por exemplo, o primeiro diretor da Faculdade de Medicina, que ocupou por duas vezes o cargo de vice-presidente do Estado pelo PRR, com isso foram estabelecidas condições para o desenvolvimento do ensino superior. (Pesavento, 1982).

A partir do início de 1900, e principalmente com a Primeira Guerra Mundial, o volume e o valor das trocas com o mercado europeu não param de crescer, colocando Rio de Janeiro e São Paulo, como principais centros produtores de café, item principal da pauta de exportações. Outros estados, como Minas Gerais, Mato Grosso, Bahia e Rio Grande do Sul, se encarregam de suprir a demanda de gêneros alimentícios e matérias-primas do mercado interno. No Rio Grande do Sul, a agricultura da região colonial, passou a abastecer o Sudeste. Os recursos excedentes obtidos na agricultura foram investidos no comércio e na indústria. O excedente gerado na agricultura, permitiu a construção de uma burguesia comercial e industrial. (Monteiro, 1995).

Então, com o fim da Revolução de 1923 e a crise hegemônica do PRR, abre-se espaço para a elaboração de novos projetos políticos. É nesse momento que ocorrem as eleições para a Intendência municipal, com Otávio Rocha se comprometendo a realizar a remodelação de Porto Alegre. Com a administração de Otávio Rocha, entre 1924 a 1928, iniciou-se então a modernização exigida pelos grupos emergentes, removendo os entraves que se colocavam ao desenvolvimento da produção e à manutenção da ordem. (Monteiro, 1995).

Monteiro (1995), relata que coube ao governo estadual e municipal, a tarefa de realizar o saneamento econômico e investir em áreas estratégicas para o capital como ferrovias, portos, armazéns e infraestrutura urbana, bem como assegurar à reprodução e a força de trabalho no meio urbano. Porto Alegre, centro econômico e político do estado, assumia uma importância vital nesse projeto de modernização do PRR.

Com o estabelecimento em Porto Alegre de bancos nacionais e estrangeiros, grandes casas de comércio e indústrias, formou-se uma corrente dinâmica de investimentos. Com maior integração comercial do Rio Grande do Sul com os outros portos do Brasil, permitiu-se intercâmbio com os expoentes mundiais da moda. Proprietários rurais com mais frequência passaram a residir em Porto Alegre, garantindo uma melhor comercialização dos produtos e maior participação política.

Viver na capital, passou a ser um sinal de bom gosto e de status social. A cidade começa a ser pensada como uma vitrine do luxo e prestígio burguês. (Monteiro, 1995).

Em decorrência do desenvolvimento econômico e do crescimento populacional de Porto Alegre, impõe-se uma superação de diversos problemas urbanos, como superlotação de casas, cortiços na área central, ruas estreitas e acidentadas pelo excesso de tráfego de pessoas, bondes, carros, caminhões e ônibus, falta de sistema de iluminação pública eficiente, recolhimento precário de lixo, esgoto e abastecimento de água. Procurou-se um reordenamento da ocupação da área central a fim de afastar às classes populares, através da reforma fiscal do imposto predial. (Monteiro, 1995).

Assim, foram abertos novos loteamentos e novas avenidas, vindo a desapropriar e demolir velhos casarões, pensões e cortiços. Elas foram construídas segundo os modernos conceitos de urbanismo, idealizadas também como monumento e espetáculo. Tratava-se de conquistar a burguesia comercial, industrial e imobiliária. Otávio Rocha transformou a cidade em um canteiro de obras. Os antigos espaços de sociabilidade, as árvores centenárias e velhos prédios, ancorados em memória coletiva, como elementos de identidade da própria cidade, tombam em busca da modernização do espaço e da sociedade, para prover as condições necessárias ao “progresso” dessa mesma sociedade. (Monteiro, 1995).

A modernização da cidade, tem muito mais caráter de cartão postal e imagético, para atender aos anseios e atualização da burguesia e propiciar novos investimentos, do que a criação de condições reais para desenvolvimento social, reprimindo um passado vivido em nome da utopia projetada no futuro. Esse viés progressista-conservador, representava a destruição de uma parte do próprio passado da sociedade porto-alegrense, vivenciada, conflituosamente, como perda de referências para construção da identidade e da memória coletiva. (Monteiro, 1995).

Assim, pode-se afirmar que assim o Rio Grande do Sul, foi inserido na economia brasileira com a integração com os grandes portos nacionais, e através dele, internacionais, assim como ascensão de novos grupos sociais. A burguesia comercial e industrial porto-alegrense, impulsionada pelos excedentes produzidos na agricultura comercial da região colonial, e a crise da hegemonia do PRR, fez manifestar-se a necessidade de reelaborar o projeto político da elite dirigente e a sua ação sobre o espaço urbano e formas de sociabilidade públicas. (Monteiro, 1995).

Conforme Monteiro (1995), essa nova política no espaço urbano, que agia no sentido de modernizar os espaços urbanos e as formas de sociabilidade pública,

promoveu a expulsão das classes populares e dos hábitos e costumes tradicionais da área central da cidade, estabelecendo novos padrões de conduta, um novo imaginário social de cidade e criando um cenário para a manifestação do prestígio da burguesia. Entretanto, as classes populares continuam a impor sua presença na cena urbana, na sua forma de utilizar, vivenciar e sonhar a cidade.

A expansão da escolarização pública e do ensino superior no Rio Grande do Sul, especialmente nas primeiras décadas da República, deve ser compreendida também como parte de um projeto político de organização e modernização da sociedade. A educação passou a ocupar lugar estratégico nas políticas dos governos republicanos, não apenas pela necessidade de ampliar a formação escolar e profissional, mas também por seu potencial de produzir determinados valores, comportamentos e conhecimentos considerados necessários à construção da sociedade republicana. Esse projeto encontrou expressão concreta na criação de instituições de ensino e, sobretudo, na construção de edifícios concebidos para conferir visibilidade e permanência material às novas políticas educacionais. (Carvalho; Achutti; Fonseca, 1998).

Nesse contexto, a arquitetura escolar e universitária assumiu uma dimensão que ultrapassava a função estritamente pedagógica. A construção de edifícios monumentais para abrigar escolas públicas e instituições de ensino superior contribuiu para materializar, no espaço urbano, a presença e a autoridade do Estado republicano. A monumentalidade, expressa na escala das edificações, na composição arquitetônica, nos elementos ornamentais e na localização privilegiada de determinados edifícios, funcionava também como uma linguagem simbólica: tornava visíveis os valores associados à educação, à ciência, à racionalidade e à modernização, ao mesmo tempo em que afirmava a importância das instituições responsáveis pela formação dos novos quadros profissionais. A arquitetura monumental, nesse sentido, pode ser compreendida como parte de um discurso político e cultural que associava educação, ciência e formação profissional à ideia de modernização do Estado. (Carvalho; Achutti; Fonseca, 1998).

Segundo Carvalho et al. (1998), entretanto, é necessário problematizar a quem se destinava esse projeto de formação. A expansão das instituições de ensino superior não significou a democratização do acesso à educação em sentido amplo. Essas instituições desempenharam papel importante na formação de profissionais e de grupos dirigentes que ocupariam posições estratégicas na administração pública,

nas atividades econômicas e nas diferentes esferas da vida social. Assim, a educação superior pode ser analisada simultaneamente como instrumento de modernização e como espaço de formação e reprodução das elites econômicas, políticas e intelectuais do Estado. A monumentalidade dos edifícios, portanto, não deve ser interpretada apenas como expressão de um ideal universal de educação, mas também como representação dos grupos, saberes e projetos sociais que adquiriram legitimidade naquele contexto histórico.

É nesse espaço urbano em transformação que se desenvolvem as instituições de ensino que, posteriormente, seriam reunidas na Universidade de Porto Alegre e, mais tarde, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A partir dessa perspectiva, o próximo tópico aborda a trajetória de formação da UFRGS e a constituição do Campus Centro, buscando compreender como as diferentes instituições e edificações foram gradativamente incorporadas à estrutura universitária.

1.2.2 A formação e constituição da UFRGS e do Campus Centro

Dentro deste contexto político e social, com interesse do governo na educação técnica e profissional, e incentivo financeiro da iniciativa particular e da comunidade, começaram a ser criadas as primeiras Escolas, Institutos de ensino técnico e superior na cidade de Porto Alegre. Conforme Pesavento (1982), no final do século XIX e início do século XX, foi fundada a Escola Livre de Farmácia (1895), a Faculdade de Engenharia (1896), o Curso de Partos e Curso de Odontologia (1897), Faculdade de Medicina (1898), Faculdade de Direito (1900), o Instituto Parobé (1917), Química Industrial (1920) e o Instituto de Educação Doméstica e Rural (1920).

A maior expansão aconteceu na Escola de Engenharia que inaugurou Institutos e diversificou as formações: criou o Instituto Astronômico e Meteorológico e o Observatório Astronômico (1908), o Instituto Eletrotécnico (1908) destinado a formar engenheiros mecânicos, eletricitas e técnicos montadores, o Instituto de Agronomia e Veterinária (1910), único até então afastado do centro de Porto Alegre. Pesavento (1982) atribui à Faculdade de Direito a formação da elite política do país e à Medicina e à Engenharia a formação da elite técnica. Então o ensino superior concentrava-se fisicamente nos quarteirões do centro, com exceção do prédio do Instituto de Agronomia e Veterinária.

Se hoje o nome da Universidade leva a uma associação com o Estado do Rio Grande do Sul, não se deve esquecer que isso manifestou-se a partir da estreita vinculação desta Universidade com sua cidade sede. A organização nacional do ensino, na forma de um sistema universitário, promovida pela Reforma de 1931, se refletiu na criação da Universidade de Porto Alegre, por meio do Decreto nº 5.758 de 28 de novembro de 1934. Foi com a Constituição Estadual de 1947, aparentemente, partindo do objetivo de integrar à Universidade escolas superiores que funcionavam no interior do estado, que alterou seu nome para URGs. Em 1950, foi federalizada, adotando, então, a denominação atual de UFRGS. (Bissón, 1993).

A Universidade de Porto Alegre, reunia a Escola de Engenharia, até então chamada de Universidade Técnica, por abrigar onze institutos de ensino e pesquisa. A Faculdade de Medicina (que contava também com Farmácia e Odontologia), a Faculdade de Direito (a qual se agregava a Escola de Comércio), a Escola de Agronomia e Veterinária, o Instituto de Belas Artes, prevendo ainda a Faculdade de Educação, Ciências e Letras. (Bissón, 1993).

Então, no final do século XIX e início do século XX, foram construídas às primeiras edificações destinadas a abrigar instituições de ensino superior que, posteriormente, viriam a compor a UFRGS. Esses edifícios universitários, integravam-se não apenas à paisagem urbana, mas também à vida cultural de Porto Alegre. Inseridos na malha urbana, os prédios logo se tornaram pontos de referência que ajudaram a compor a aparência da cidade. (Carvalho; Achutti; Fonseca, 1998).

O Campus Centro da UFRGS, está localizado no Centro Histórico de Porto Alegre, distribuído em dois quarteirões que formam um polígono delimitado pelas avenidas João Pessoa, Osvaldo Aranha, Engenheiro Luiz Englert, Paulo Gama e Sarmiento Leite, estendendo-se, também, pelas edificações localizadas no entorno. Nessa área, encontram-se dezoito edificações, com algum tipo de proteção patrimonial, construídas entre os anos de 1898 e 1960.

Segundo Carvalho et al. (1998), os edifícios históricos da chamada “primeira geração” somam doze: onze situam-se no Campus Centro e um no Campus do Vale. Essas construções datam do final do século XIX às primeiras décadas do século XX, abrangendo o período entre 1898, com a construção da Escola de Engenharia, fundado em 1896 e 1928, quando foi erguida a seção masculina do Instituto Parobé.

Entretanto, conforme apontado por Tonioli e Souza (2023), dois edifícios pertencentes a unidades isoladas, foram incluídos recentemente na contagem dos prédios históricos da UFRGS. São eles: o prédio do Departamento de Artes Dramáticas (DAD), construído em 1904, em Porto Alegre, e a Capela de São Pedro, edificada em 1893, em Eldorado do Sul, vinculada à Estação Agronômica da Universidade. Com essa atualização, a chamada “primeira geração”² de edificações da UFRGS passa a totalizar doze prédios no Campus Centro em Porto Alegre, um prédio em Eldorado do Sul e um prédio no Campus do Vale, pertencentes à primeira geração de prédios da UFRGS.

As edificações que compõem o patrimônio cultural da UFRGS, apresentam características arquitetônicas e construtivas associadas, principalmente, a duas épocas distintas, denominadas primeira³ e segunda gerações, abrangendo, respectivamente, doze (12) e seis (6) prédios. Sendo, que suas sedes próprias, foram construídas ao longo dos anos, de 1898 a 1960, conforme a figura 1.

² Em 1908 foi inaugurado o Instituto Ginásial Júlio de Castilhos, pertencente à primeira geração, porém ele foi que foi destruído por um incêndio em 1951. Foi criado em 1900 como Ginásio do Rio Grande do Sul com o propósito de preparar os alunos que seguiriam os estudos na instituição. A edificação ficava ao lado do prédio da Faculdade de Direito, onde posteriormente foi construída a Faculdade de Economia. (Carvalho; Achutti; Fonseca, 1998).

³ A primeira geração é composta de quatorze (14) edifícios ao total, construídos entre 1893 e 1928. Sendo que doze (12) deles estão no Campus Centro em Porto Alegre, um (1) na Estação Agronômica de Eldorado do Sul (Capela de São Pedro) e um (1) no Campus do Vale (Faculdade de Agronomia). A Capela de São Pedro apesar de ter sido adquirida pela UFRGS somente nos anos 1960, ela foi construída em 1893 e está localizada dentro da fazenda da Estação Experimental Agronômica. Já a Faculdade de Agronomia foi construída entre 1910 e 1913 para o Instituto de Agronomia e Veterinária, que após 1956, com a construção do Hospital de Clínicas Veterinárias, passou a ser somente da Faculdade de Agronomia. (Tonioli; Souza, 2023).

Figura 1 – Patrimônio Cultural Edificado no Campus Centro da UFRGS



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Neste estudo, abordaremos apenas os prédios históricos da primeira geração, construídos entre 1898 e 1928, situados no Campus Centro, em Porto Alegre.

Com isso, os doze edifícios da primeira geração do Campus Centro são: Escola de Engenharia (11101); Departamento de Artes Dramáticas (13501); Chateau (11102); Energia Nuclear – Castelinho (11103); Observatório Astronômico (11104); Faculdade de Direito (11108); Instituto de Eletrotécnica (11106); Curtumes e Tanantes – Museu da UFRGS (12104); Antigo Prédio da Faculdade de Medicina – ICBS (12101); Rádio da Universidade (12102); Antigo Instituto de Química – atualmente Centro Cultural (12109); e Instituto Parobé – Departamento de Engenharia Mecânica (11107).

Os prédios históricos da primeira geração, construídos entre 1898 e 1928, estão distribuídos nos bairros 1, 2 e entorno, como pode ser observado na figura 2.

Figura 2 – Campus Centro da UFRGS: bairro 1, 2 e Entorno



Fonte: CADINFRA/SUINFRA/UFRGS.

As figuras 3 a 14 apresentam as fotos antigas e atuais das edificações históricas da UFRGS, listadas anteriormente.

O prédio da Escola de Engenharia (figura 3), também conhecido como Centenário, foi inaugurado em 1900 e foi a primeira edificação construída no estado especialmente para o Ensino Superior. A construção original possuía dois andares e o subsolo, sendo acrescentado mais um pavimento na ampliação da década de 50, possui características da arquitetura historicista eclética. Até hoje é usado pela Escola de Engenharia, seguindo como sede administrativa após a restauração de 2015. (Tonioli; Souza, 2023).

Figura 3 – Escola de Engenharia (prédio 11101)



Fonte: acervo do Museu da UFRGS (esq.); b) acervo pessoal: 2026 (dir.).

O edifício ocupado desde os anos 1970 pelo Departamento de Artes Dramáticas do Instituto de Artes da UFRGS (figura 4), foi construído em 1904 pela Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, possui características de arquitetura neoclássica e foi ocupado pelo curso de Odontologia até 1968, quando a edificação passou por reforma para receber o DAD. (Tonioli; Souza, 2023).

Figura 4 – Departamento de Artes Dramáticas - DAD (prédio 13501)



Fonte: acervo da UFRGS (esq.); b) acervo pessoal: 2026 (dir.).

As três edificações conhecidas como Chateau (figura 5), Castelinho (figura 6) e Observatório Astronômico (figura 7), foram projetadas como conjunto e construídas no início do século XX pela Escola de Engenharia de Porto Alegre. Elas foram erguidas ao mesmo tempo e utilizam a linguagem arquitetônica “Art nouveau”. O Observatório teve sua localização definida, orientado pelos pontos cardeais e Chateau e Castelinho foram dispostos em perspectiva, formando o Largo Paganini. (Tonioli; Souza, 2023).

Segundo Tonioli e Souza (2023), o Chateau e o Castelinho foram concebidos para sediar as oficinas do Instituto Técnico Profissional, chamado mais tarde de Instituto Parobé. O Chateau (figura 5) já foi utilizado como serralheria, marcenaria, almoxarifado e ambulatório, abrigou setores administrativos da Engenharia, Faculdade de Arquitetura e Instituto de Geologia, hoje é ocupado por diferentes órgãos da UFRGS, tais como SEDETEC, LAMEF e RELINTER. O Castelinho (figura 6) abrigou a oficina de mecânica e gabinete do engenheiro chefe do instituto, Biblioteca da Engenharia, Departamento de Engenharia Nuclear e hoje abriga o Núcleo Orientado para a Inovação da Construção.

Figura 5 – Chateau (prédio 11102)



Fonte: Acervo Fotográfico do SPH (esq.); b) acervo pessoal: 2026 (dir.).

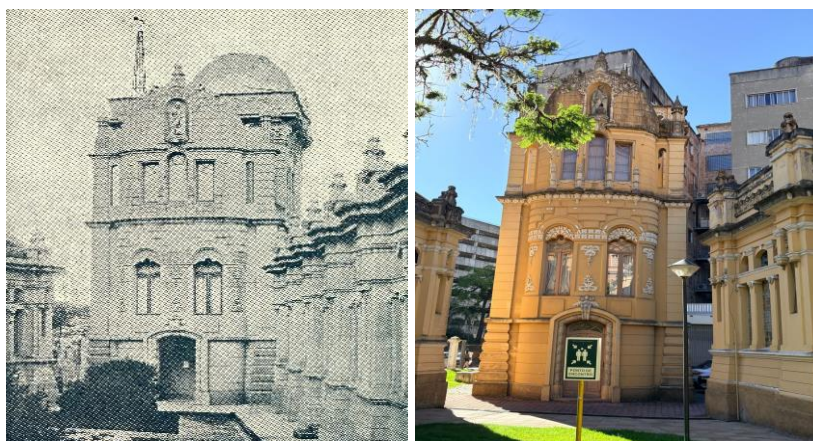
Figura 6 – Castelinho (prédio 11103)



Fonte: Acervo Fotográfico do SPH (esq.); b) acervo pessoal: 2026 (dir.).

O Observatório Astronômico (figura 7) foi idealizado para o Instituto Astronômico e Meteorológico, sendo um dos primeiros observatórios do país, é o único edifício da 1ª geração de prédios da UFRGS que manteve sua função original até os dias atuais. (Tonioli; Souza, 2023).

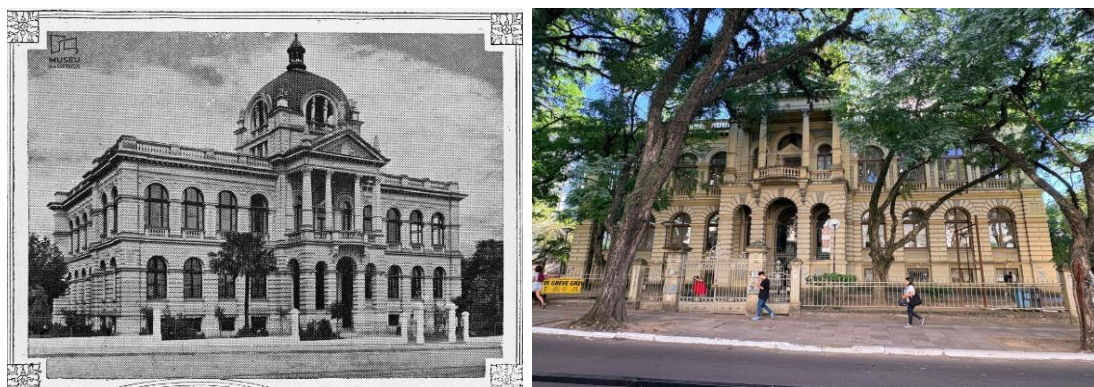
Figura 7 – Observatório Astronômico (prédio 11104)



Fonte: Acervo do observatório astronômico (esq.); b) acervo pessoal: 2026 (dir.).

De arquitetura eclética, o edifício da Faculdade de Direito (figura 8) destaca-se em razão da riqueza de seu conjunto ornamental, composto por estatuária, detalhamento construtivo, elementos figurativos e pinturas murais que revestem paredes e tetos. Os ex-presidentes Getúlio Vargas e João Goulart estudaram no local. A edificação também abrigou a Reitoria entre os anos de 1936 a 1954. (Tonioli; Souza, 2023).

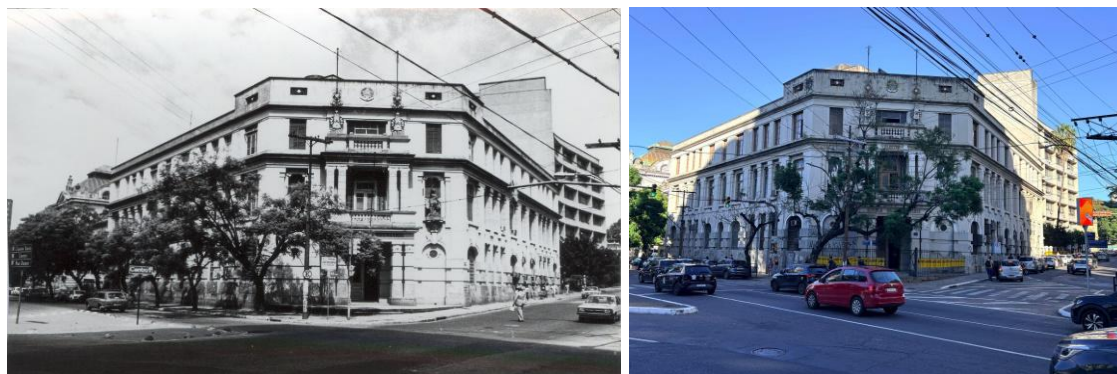
Figura 8 – Faculdade de Direito (prédio 11108)



Fonte: acervo do Museu da UFRGS (esq.); b) acervo pessoal: 2026 (dir.).

O edifício do Instituto Eletrotécnico (figura 9), inaugurado em 1910, foi projetado para abrigar os cursos de Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica. Sua arquitetura apresenta características do ecletismo historicista, evidenciadas na composição das fachadas e nos elementos ornamentais. Na década de 1980, o curso de Engenharia Mecânica foi transferido para o prédio do Instituto Parobé, permanecendo a edificação, desde então, ocupada exclusivamente pelo Departamento de Engenharia Elétrica da UFRGS. (Tonioli; Souza, 2023).

Figura 9 – Instituto Eletrotécnico (prédio 11106)



Fonte: Acervo Fotográfico do SPH (esq.); b) acervo pessoal: 2026 (dir.).

A edificação que atualmente abriga o Museu da UFRGS (Figura 10), inaugurada em 1910, foi projetada para sediar o Laboratório de Resistência dos Materiais da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Entre 1943 e 1966, passou a abrigar o Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul (ITERS), sendo chamado de Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul (CIENTEC). No período de 1977 a 1996, suas instalações receberam o primeiro curso latino-americano de Tecnologia do Couro, razão pela qual o edifício ficou amplamente conhecido como Curtumes e Tanantes. O prédio foi a primeira edificação a ocupar o segundo quarteirão do Campus Centro da UFRGS. Do ponto de vista arquitetônico, apresenta características do historicismo eclético, destacando-se as pinturas decorativas presentes na fachada principal, que representam alegorias relacionadas ao trabalho. (Tonioli; Souza, 2023).

Figura 10 – Antigo Curtumes e Tanantes: Museu da UFRGS (prédio 12104)



Fonte: acervo do Museu da UFRGS (esq.); b) acervo pessoal: 2026 (dir.).

O Antigo Prédio da Faculdade de Medicina (figura 11), evidencia os princípios da arquitetura historicista eclética e foi inaugurado em 1924. O projeto original previa uma planta em formato de losango irregular; entretanto, em razão de limitações financeiras enfrentadas durante sua construção, a obra foi executada apenas parcialmente, resultando na configuração atual em forma de "V", a partir da esquina do terreno. Com a transferência dos cursos de Farmácia, em 1958, e de Medicina, em 1974, passou a abrigar os Institutos de Ciências Básicas da Saúde (ICBS) e de Biociências, além de setores do Instituto de Artes da UFRGS. (Tonioli; Souza, 2023).

Figura 11 – Antigo Prédio da Faculdade de Medicina (prédio 12101)



Fonte: acervo do Museu da UFRGS (esq.); b) acervo pessoal: 2026 (dir.).

A edificação que atualmente abriga a Rádio da Universidade (figura 12) foi construída para sediar a Seção de Meteorologia do Instituto Astronômico e Meteorológico da Escola de Engenharia de Porto Alegre. O prédio desempenhou essa função até 1960, quando passou por reformas para receber as instalações da Rádio da Universidade. A UFRGS foi a primeira universidade brasileira a operar uma estação de radiodifusão. Do ponto de vista arquitetônico, o edifício apresenta características da arquitetura historicista eclética. (Tonioli; Souza, 2023).

Figura 12 – Rádio da UFRGS (prédio 12102)

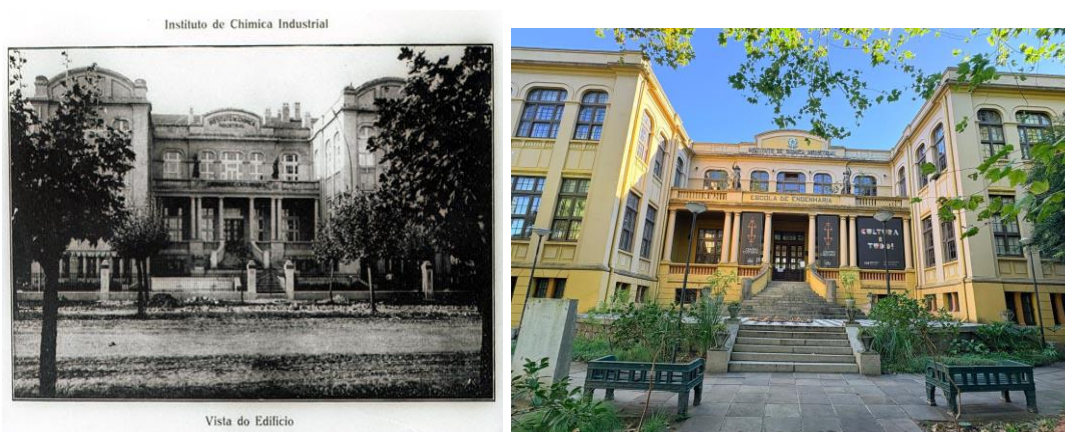


Fonte: acervo da Rádio da UFRGS (esq.); b) acervo pessoal: 2026 (dir.).

O edifício que atualmente abriga o Centro Cultural da UFRGS (Figura 13) foi construído para sediar o Instituto de Química Industrial da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Inaugurado em 1926, o prédio, que apresenta características da arquitetura eclética, completa um século de existência em 2026 e, ao longo de sua trajetória, desempenhou diferentes funções, acompanhando as transformações

institucionais da Universidade. Desde 2018, após um amplo processo de restauração e requalificação, passou a abrigar o Centro Cultural da UFRGS. (TONIOLI; SOUZA, 2023). Em razão de sua relevância para esta pesquisa, o Centro Cultural da UFRGS será abordado de forma mais detalhada no item 2.2.2.

Figura 13 – Instituto de Química Industrial - Centro Cultural (prédio 12109)



Fonte: Acervo Fotográfico do SPH (esq.); b) acervo pessoal: 2026 (dir.).

A edificação do Instituto Parobé (Figura 14), atualmente ocupada pelo Departamento de Engenharia Mecânica da UFRGS, foi inaugurada em 1928 e apresenta características da arquitetura historicista eclética. Projetada para abrigar o Instituto Parobé da Escola de Engenharia de Porto Alegre, o edifício desempenhou importante papel na formação técnica e profissional no Rio Grande do Sul. Com a criação da Universidade de Porto Alegre, em 1934, o Instituto Parobé foi desvinculado da estrutura universitária por se tratar de uma instituição de ensino de nível médio. Apesar dessa mudança administrativa, a Escola Técnica Parobé permaneceu ocupando o edifício até 1961. Posteriormente, entre 1970 e 1985, a edificação passou a sediar o Instituto de Matemática da UFRGS. Desde então, o prédio abriga o Departamento de Engenharia Mecânica, onde são desenvolvidas atividades de ensino de graduação e pós-graduação.

Figura 14 – Antigo Prédio do Instituto Parobé (prédio 11107)



Fonte: Acervo Fotográfico do SPH (esq.); b) acervo pessoal: 2026 (dir.).

Esse conjunto arquitetônico passou, ao longo dos anos, por reformas, ampliações e adaptações destinadas a adequar as edificações às demandas de uso. (Carvalho; Achutti; Fonseca, 1998). Em novembro de 2024, a Instituição celebrou o marco de “90 anos de universidade e 129 anos com a comunidade”, conforme registrado no slogan comemorativo disponível em seu site oficial. O marco de “90 anos de universidade” remete à criação da Universidade de Porto Alegre, em 1934, enquanto os “129 anos com a comunidade” fazem referência à fundação das primeiras escolas de ensino superior no Rio Grande do Sul, no final do século XIX.

Ligada pela sua gênese a Porto Alegre, essa relação continua efetiva e marcante. Com forte presença na área acadêmica e cultural, lança sua tradição como a Universidade da Capital. Local marcado pelas passeatas de bixos, bailes na Reitoria, protestos nos anos 1960, fechamento e cerca de seu Campus Central pela polícia atrás de seus estudantes, seus programas culturais. A trajetória política, social e cultural de Porto Alegre não pode ser analisada dissociada da história de sua Universidade, cuja atuação esteve profundamente vinculada aos processos de desenvolvimento, produção do conhecimento e transformação da sociedade gaúcha (Bissón, 1993).

A UFRGS, estabelece um papel importante na história de Porto Alegre e no estado, pois ganhou espaço e se consolidou na sociedade. Ela tem como um de seus legados, um relevante conjunto de edificações, distribuídos em dois quarteirões e o entorno, cujo valor histórico e cultural recebe proteção nas esferas municipal, estadual e federal. Cada exemplar e seu todo, são testemunhos importantes da história, e sua preservação e reconhecimento, são essenciais para garantir sua existência para as futuras gerações. (Tonioli; Souza, 2023).

Porém, a universidade que nasceu para responder a necessidades do momento histórico, que cresceu atendendo a demandas, que viveu impregnada de uma mística, registra, hoje, uma crise. A crise educacional é universal, o que tornaria inverossímil encontrar em Porto Alegre uma Universidade-ilha, um centro de excelência, isento de marcas do tempo. O porto-alegrense espera da sua Universidade pública um permanente renascer, com propostas marcantes aos problemas da época. (Leite, 1993).

Dentro dos prédios da primeira geração da UFRGS, edificados em Porto Alegre, o Antigo Instituto de Química, atual Centro Cultural (prédio 12109), objeto deste estudo, está situado no quarteirão 2, conforme a planta de localização, demarcado em vermelho (figura 15).

Figura 15 – Planta de localização: Centro Cultural da UFRGS



Fonte: SPH/UFRGS (2025).

A contextualização apresentada neste capítulo permite, assim, compreender que a análise do patrimônio arquitetônico da UFRGS envolve não apenas aspectos construtivos e estilísticos, mas também os processos históricos que atribuíram significado a esses espaços. A partir dessa perspectiva, a pesquisa poderá avançar para a questão de pesquisa, objetivos e justificativa do estudo.

1.3 Questão de Pesquisa

Como os aspectos arquitetônicos do prédio do Centro Cultural da UFRGS, transformações, usos e disputas mantêm relação com a memória de servidores da UFRGS e a conservação do patrimônio?

1.4 Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar os aspectos arquitetônicos e as suas relações com a memória e conservação do patrimônio na edificação do Antigo Instituto de Química, transformado em Centro Cultural do Campus Centro da UFRGS.

São objetivos específicos deste estudo:

- a) mapear a ordem cronológica de construção dos prédios do Campus Centro da UFRGS, em Porto Alegre, identificando as relações estabelecidas entre eles;
- b) revisar na bibliografia os modelos arquitetônicos da época da construção das edificações, necessidade de preservação das edificações e a relação entre memória, patrimônio e arquitetura;
- c) identificar as percepções de pessoas que acompanharam o processo de transformação da edificação em Centro Cultural, por meio da aplicação de questionário e entrevista;
- d) analisar as variáveis envolvidas no processo de restauração da edificação do Antigo Instituto de Química, atual Centro Cultural do Campus Centro da UFRGS, buscando a preservação das suas características originais e a sua contribuição para a construção da memória e da identidade institucional da Universidade.

1.5 Justificativa

A UFRGS desempenha um papel muito importante na constituição da memória e da identidade cultural de Porto Alegre e do estado do Rio Grande do Sul, não apenas por sua relevância acadêmica, mas também pelo legado arquitetônico que integra seu patrimônio. No Campus Centro, os prédios históricos representam testemunhos materiais da transformação do ensino superior e do processo de urbanização da cidade, possuindo valor simbólico e cultural reconhecido em diferentes esferas de preservação.

A edificação do Antigo Instituto de Química, atual Centro Cultural da UFRGS, constitui um exemplar significativo desse conjunto, por reunir dimensões arquitetônicas, históricas e sociais que o tornam representativo das transformações da Universidade ao longo do tempo. Sua trajetória, da construção na década de 20 do século passado, passando por usos diversos, até a recente restauração e requalificação como espaço cultural, traduz a relação dinâmica entre memória, patrimônio e funcionalidade.

Como engenheira civil da Prefeitura Universitária da UFRGS, mantenho contato cotidiano com o patrimônio arquitetônico do Campus Centro, espaço que condensa memórias coletivas de diferentes gerações e que despertou meu interesse pela preservação e pela investigação crítica. O estudo de caso proposto possibilita compreender não apenas os aspectos técnicos da preservação, mas também os processos pelos quais a memória da instituição é construída, transmitida e apropriada pela comunidade universitária e pela sociedade em geral.

A pesquisa justifica-se, portanto, na relevância de valorizar, analisar e difundir o patrimônio cultural da UFRGS, contribuindo para reflexões mais amplas sobre memória, identidade e conservação de bens históricos em contextos acadêmicos e urbanos.

No que se refere quanto à sua viabilidade, o estudo baseia-se na análise de documentos públicos, além da aplicação de questionário a quatro pessoas, que acompanharam o processo de conservação e recuperação da edificação do Antigo Instituto de Química, atual Centro Cultural da UFRGS, e uma entrevista com agente institucional que participou da restauração da edificação. Dessa forma, não se identificam restrições quanto às fontes necessárias para o desenvolvimento da pesquisa. Com o intuito de fortalecer a justificativa da pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico contemplando teses e dissertações. Os artigos, teses e dissertações foram consultadas nos seguintes repositórios:

- 1) Plataforma SciELO, disponível no site: <https://search.scielo.org/>;
- 2) Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES), disponível no site: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>;
- 3) Repositório do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais (PPGMSBC) da Universidade La Salle, disponível no site: <https://repositorio.unilasalle.edu.br/>;

- 4) Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), disponível no site: <https://bdtd.ibict.br/>.

O levantamento considerou os descritores: “Patrimônio Cultural UFRGS”, “Preservação prédios históricos”, “Centro Cultural UFRGS” e “Restauração Edificação Histórica”. Este último foi restrito às publicações posteriores a 2018, ano em que o prédio passou a funcionar oficialmente como Centro Cultural da UFRGS.

Os resultados obtidos na busca nos sites dos bancos de dados citados estão sistematizados nos quadros a seguir, que apresentam o quantitativo de publicações identificadas para cada descritor utilizado na pesquisa, até 30 de setembro de 2025.

Quadro 1 – Publicações sobre “Patrimônio Cultural UFRGS”

Base de Dados	Artigos	Dissertações	Teses
Scielo	0	0	0
CAPES	0	11	1
BDTD	0	262	98
Repositório PPGMSBC	2	8	0
Total	2	281	99

Fonte: Busca realizada pela autora nos sites dos bancos de dados mencionados (2025).

Quadro 2 – Publicações sobre “Preservação prédios históricos”

Base de Dados	Artigos	Dissertações	Teses
Scielo	0	0	0
CAPES	0	82	4
BDTD	0	98	13
Repositório PPGMSBC	0	3	0
Total	0	183	17

Fonte: Busca realizada pela autora nos sites dos bancos de dados mencionados (2025).

Quadro 3 – Publicações sobre “Centro Cultural UFRGS” (a partir de 2018)

Base de Dados	Artigos	Dissertações	Teses
Scielo	0	0	0
CAPEL	0	3	4
BDTD	0	348	170
Repositório PPGMSBC	0	0	0
Total	0	351	174

Fonte: Pesquisa realizada pela autora nos sites dos bancos de dados mencionados (2025).

Quadro 4 - Publicações sobre “Restauração Edificação Histórica”

Base de Dados	Artigos	Dissertações	Teses
Scielo	0	0	0
CAPEL	0	112	24
BDTD	0	56	6
Repositório PPGMSBC	0	0	0
Total	0	168	30

Fonte: Busca realizada pela autora nos sites dos bancos de dados mencionados (2025).

A busca de dados é de grande valia para a pesquisa a fim de nos situarmos no contexto estudado. A partir dos resultados da pesquisa com os quatro descritores mostrados anteriormente (quadros 1 a 4), procedeu-se à leitura do título e do resumo destas publicações. Destas, foram selecionadas seis dissertações, cujas temáticas de pesquisa mais se alinhavam às bases conceituais deste estudo, demonstradas no quadro 5:

Quadro 5 – Dissertações com temáticas alinhadas às bases conceituais deste estudo

Tipo de trabalho	Autor	Ano	Título	Área do conhecimento	Contribuições para este projeto de pesquisa
Dissertação	Ungaretti, Helenara Roballo	2013	Os prédios históricos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: proposta de tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE)	Memória Social e Bens Culturais	Preservação e Proteção dos prédios históricos da UFRGS, tombamento

Tipo de trabalho	Autor	Ano	Título	Área do conhecimento	Contribuições para este projeto de pesquisa
Dissertação	Oliveira, Dóris Maria Demingos	2017	“Projeto resgate do patrimônio histórico e cultural da UFRGS”: estudo do perfil dos incentivadores para o restauro do prédio da Faculdade de Direito	Memória Social e Bens Culturais	Projeto Resgate ao Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS
Dissertação	Bauer, Letícia Brandt	2006	O arquiteto e o zelador: patrimônio cultural, história e memória São Miguel das Missões (1937-1950)	História	Zeladoria do patrimônio cultural
Dissertação	Tonioli, Renata Manara	2014	Cidade e universidade: arquitetura e configuração urbana do Campus Centro da UFRGS	Arquitetura	Arquitetura das edificações da UFRGS
Dissertação	Zamin, Frinéia	2006	Patrimônio cultural do Rio Grande do Sul: a atribuição de valores a uma memória coletiva edificada para o Estado	História	Patrimônio cultural, leis de preservação, memória coletiva
Dissertação	Dias, Adelaide Luiza Novaes.	2023	De portas abertas: proposta de restauração e intervenção arquitetônica para o casarão do antigo Registro do Paraibuna.	Arquitetura	Restauração predial

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Contudo, esse estudo se diferencia destes, possibilitando novas pesquisas com abordagens similares, para o aprimoramento do conhecimento na área, propiciando uma maior integração do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais da Unilasalle à realidade, pois foca na memória e patrimônio no Centro Cultural, do Campus Centro da UFRGS.

Buscando contextualizar a pesquisa, a segunda seção apresenta o referencial teórico, alicerçado em autores do campo de estudos da memória social, patrimônio e arquitetura.

2 BASES CONCEITUAIS

Nessa seção, inicialmente apresenta-se o conceito de Memória Social e Patrimônio Cultural para em seguida apresentar a Preservação e Proteção dos prédios históricos da UFRGS, a Arquitetura das edificações da UFRGS, Zeladoria do patrimônio cultural e Restauração de edificações de patrimônio cultural. Com relação à revisão conceitual para a pesquisa no campo da memória social, parte-se de alguns autores como: Candau, Halbwachs, Assmann e Pollak; quanto ao patrimônio cultural: Candau, Fonseca, Gonçalves e Zamin; da Preservação e Proteção dos prédios históricos da UFRGS: Ungaretti, Oliveira, Rabello, Tonioli e Souza e UFRGS; da Arquitetura das edificações da UFRGS temos: Pinto e Buffa, Monteiro, Tonioli e Weimer; quanto à Zeladoria, Rosa, Coutinho, Di Mauro e Pellicciotta, Moraes, Bauer e Paterman e quanto à Restauração de edificações de patrimônio cultural, Brandi, Dias e Kühl.

2.1 Memória Social

A memória social constitui-se a partir de experiências vividas por grupos sociais. Nesse contexto, preservar o patrimônio e a memória, zelar e preservar as edificações universitárias centenárias, patrimônio de interesse histórico-cultural, é fundamental para a construção da memória coletiva. (Halbwachs, 2006).

A memória coletiva é uma forma de metamemória, isto é, um enunciado produzido pelos membros de um grupo acerca de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo, é uma descrição de um compartilhamento hipotético de lembranças (Candau, 2014). Já segundo Halbwachs (2006), as memórias, por sua vez, constroem-se em relação ao que foi vivenciado. Assim como normalmente é na sociedade que o homem adquire suas lembranças, as evoca, as reconhece e as localiza.

Toda lembrança, por mais pessoal que seja, está ligada a um conjunto de lembranças que muitos outros possuem, à vida material e moral das sociedades das quais fazemos ou já fizemos parte (Halbwachs, 2006). Segundo Candau (2014), a memória nos dá a ilusão de que, o que passou não é, definitivamente, inacessível, pois é possível relembrar. É a memória que constitui a nossa vida, sendo que a memória e a identidade se apoiam, uma na outra, para produzir uma história de vida, uma narrativa.

Halbwachs (2006), ainda declara, que a história não abrange todo o passado, tampouco se restringe ao que dele permanece. Paralelamente à história escrita, existe uma história viva, continuamente preservada ou renovada pelos grupos sociais. Nessa perspectiva, a memória coletiva conserva apenas os acontecimentos do passado que permanecem significativos ou que ainda podem ser compartilhados pelo grupo que os mantém vivos. Quando determinado período deixa de despertar interesse para as gerações seguintes, não é o mesmo grupo que esquece parte de sua história; ocorre, na realidade, a sucessão de grupos sociais, cada qual reconstruindo e atribuindo novos significados ao passado conforme suas experiências, valores e referências coletivas.

Segundo Assmann (2011), os espaços culturais fazem parte da construção de recordação muito significativos, e isso só é possível, se as pessoas do grupo, assim almejem e fizerem esforço para manter essa memória coletiva. Ele também, evidencia a colaboração de afetos, como requisito para a preservação e recordação, e diz que ao recordar, retomamos a imagem do passado, apresentando a percepção que fazemos dela, como uma interpretação do que realmente aconteceu.

A construção do pertencimento, está intrinsecamente vinculada aos processos de constituição da memória cultural, entendida como um sistema de armazenamento, transmissão e atualização de significados compartilhados socialmente. Diferentemente da memória individual, a memória cultural se ancora em suportes materiais e simbólicos, tais como instituições, rituais, narrativas e espaços, que permitem a continuidade e a identificação coletiva ao longo do tempo. (Assmann, 2011).

Assmann (2011), destaca a importância da memória coletiva para a formação e preservação da identidade cultural. Para ela, a memória coletiva é um processo ativo, em que o passado é, continuamente, reinterpretado e contextualizado, de acordo com as necessidades e interesses do presente. Esse processo é fundamental para a construção de uma identidade cultural compartilhada, que une as pessoas em torno de uma história, uma tradição e um conjunto de valores comuns.

Nesse sentido, o pertencimento emerge quando os indivíduos reconhecem a si mesmos nas narrativas, símbolos e práticas culturais, legitimadas por um determinado grupo ou instituição. Trata-se de um processo de identificação mediado por repertórios culturais, que conferem sentido à experiência social e estabelecem vínculos entre passado e presente. A memória cultural, portanto, atua como um dispositivo

estruturante da identidade, ao oferecer referências que orientam a percepção de si e do coletivo. (Assmann, 2011).

Por outro lado, Assmann (2011), também evidencia que a memória cultural, opera por meio de processos seletivos, nos quais determinadas experiências são preservadas, enquanto outras são esquecidas. É nesse ponto que se insere a noção de despertencimento, quando indivíduos ou grupos não se reconhecem nas narrativas dominantes, ou quando suas memórias, não são incorporadas aos quadros institucionais. O despertencimento, portanto, não é apenas ausência de vínculo, mas resultado de dinâmicas de exclusão simbólica e de invisibilização cultural.

Esse aspecto, evidencia que o pertencimento não é dado, mas construído socialmente, sendo continuamente disputado. A identidade cultural, nesse contexto, constitui-se como um processo relacional e dinâmico, atravessado por tensões entre memória oficial e memórias plurais. Assim, instituições culturais, como universidades, desempenham papel central na mediação desses processos, ao selecionar, organizar e difundir determinados repertórios simbólicos. (Assmann, 2011).

Desse modo, a construção do pertencimento está diretamente associada à capacidade de inclusão e representatividade das memórias culturais mobilizadas, enquanto o despertencimento, revela os limites e as exclusões desses mesmos processos. A análise dessas dinâmicas, permite compreender como identidades coletivas são formadas, mantidas ou contestadas no interior dos espaços sociais. (Assmann, 2011).

De outro lado, a memória social, também constitui um campo de disputa, porque diferentes grupos sociais procuram legitimar suas próprias narrativas sobre o passado, selecionando o que deve ser lembrado ou esquecido. Portanto, a memória é construída socialmente e atravessada por relações de poder. Pollak (1989), afirma que a memória coletiva não é somente uma conquista, mas é também, um instrumento e um objeto de poder. Por isso, ele entende a memória como um “campo de batalha”, ideia retomada por ele ao discutir patrimônio: coleções, museus e patrimônios constituem-se em campos de batalha, nos quais se percebe a elaboração e a contestação de identidades e memórias coletivas.

Segundo Pollak (1989), muitas vezes, a memória oficial do Estado, silencia experiências de grupos marginalizados, enquanto outros grupos lutam pelo reconhecimento de suas narrativas. A disputa ocorre porque lembrar, implica selecionar acontecimentos, personagens e símbolos considerados importantes para

a identidade coletiva. Assim, toda memória envolve, também, esquecimentos e silenciamentos. Essa reflexão ajuda a compreender por que patrimônios, monumentos, museus e espaços históricos tornam-se lugares de conflito simbólico.

Diferentes grupos sociais, disputam quais memórias devem ser preservadas, que narrativas serão oficializadas, quais patrimônios representam a coletividade e o que será reconhecido. Por isso, a memória social é dinâmica, seletiva e constantemente, reinterpretada no presente. Assim, grupos sociais, disputam memórias, porque disputam também reconhecimento, pertencimento e legitimidade social. A memória torna-se, portanto, um espaço de negociação política, cultural e simbólica. (Pollak, 1989).

2.2 Patrimônio Cultural

Identidade, memória e patrimônio são as três palavras chaves da consciência contemporânea; sendo o patrimônio uma dimensão da memória, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é devolver a sua identidade. (Candau, 2014). Patrimônio, designa o conjunto de bens de valor cultural, que passaram a ser propriedade da nação, de todos os cidadãos. A construção do que chamamos de patrimônio histórico e artístico nacional, partiu do novo estatuto de propriedade dos bens confiscados e da necessidade de ressignificar esses bens. (Fonseca, 2005).

Segundo Arantes (2009), os processos de preservação e patrimonialização não são neutros nem automáticos, mas resultam de ações coletivas envolvendo diferentes agentes sociais e o próprio Estado. O patrimônio é construído por meio de decisões políticas, técnicas e culturais. Arantes afirma que a prática da preservação envolve muitos agentes, tais como o Estado, os movimentos sociais, as comunidades locais, os interessados e a população.

Havia a compreensão de que a preservação patrimonial exigia a produção de conhecimentos específicos sobre os bens culturais, inclusive em áreas já investigadas. Nesse contexto, ganham relevância os inventários, os levantamentos documentais, a proteção de fontes de informação e o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados à construção de referenciais capazes de orientar a seleção e a classificação dos bens patrimoniais. (Fonseca, 2005).

De acordo com a Constituição Federal (1988), no seu artigo 216, constituem o patrimônio cultural brasileiro, os bens de natureza material e imaterial, individualmente ou em conjunto, englobando: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver;

as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. É o elo entre o passado e o presente que forma uma herança coletiva construída por diferentes povos, tempos e territórios para as gerações futuras.

Ainda o § 1º do artigo 216, diz que o Poder Público, com o auxílio da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, de registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de preservação. O patrimônio cultural material é formado pelos bens que têm existência física, ou seja, aquilo que podemos ver, tocar e percorrer. Inclui edificações históricas, igrejas, mercados, pontes, praças, obras de arte, objetos, acervos e sítios arqueológicos, entre outros. Os bens culturais materiais são representações da nossa história e das transformações da vida social e cultural no Brasil. (IPHAN, 2025).

Em todos esses anos que constituem a história do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ele criou parâmetros e normas, propôs conceitos e valores, agiu sobre bens, instituições e pessoas, estabeleceu parcerias nacionais e internacionais, sempre buscando consolidar seu espaço de atuação, sua experiência e o saber técnico que norteou e informou todas suas ações. Especialistas em patrimônio cultural, estudantes e profissionais de áreas ligadas ao patrimônio, buscam o IPHAN como uma importante referência do trabalho com a proteção do patrimônio e da própria constituição desse campo de conhecimento. (IPHAN, 2025).

A partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1937, órgão que oficialmente cuidaria da proteção ao patrimônio histórico e artístico, foi sendo produzida e guardada a documentação textual escrita. A ideia de posse coletiva, como parte do exercício da cidadania, inspirou a utilização do termo patrimônio, para designar o conjunto de bens confiscados de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, de todos os cidadãos, e de uma motivação ideológica: a necessidade de ressignificar esses bens. (Fonseca, 2005).

A história estabelece relações entre passado, presente e futuro, contribuindo para que os grupos sociais compreendam sua própria identidade. Nessa perspectiva, a memória assume papel fundamental na construção das interpretações sobre o passado, influenciando a própria produção histórica e adquirindo relevância nas políticas de memória, nos meios de comunicação e nas reivindicações relacionadas

ao direito e ao dever de memória. Além de constituir uma forma de conhecimento sobre o passado, a história participa da construção da memória coletiva e do patrimônio social, contribuindo também para a formação da responsabilidade dos indivíduos enquanto cidadãos. (Hartog, 2017).

Na lista de Bens Tombados pelo IPHAN, consta o Conjunto Arquitetônico dos prédios do Observatório Astronômico e da Faculdade de Direito, situados no Campus do Centro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Estes prédios, estão inscritos no Livro de tomba histórico (Regulamentado pela Portaria 11/86), deferido pelo IPHAN em junho de 2000. Neste livro, são descritos os bens móveis e imóveis existentes no Brasil, e cuja conservação seja de interesse público, por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil. Infelizmente, o corte de verbas para as universidades federais dificulta reformas preventivas e o restauro dessas edificações, que por se tratarem de edificações centenárias, apresentam desgastes. Também são edificações que por serem tombadas, não é permitida a modernização de layout e possuem dificuldade de inserção de rampas e elevadores sem infringir as regras de preservação do patrimônio.

Além disso, os dois quarteirões do Campus Centro da UFRGS (incluindo o Prédio do Centro Cultural), também são considerados como área protegida por Portaria do IPHAN nº 9, de 9 de fevereiro de 2022, por estar em um dos quarteirões próximos as edificações tombadas da Faculdade de Direito e Observatório Astronômico. Esta portaria, dispõe sobre a delimitação da poligonal e a definição de critérios de intervenção, para o entorno da Faculdade de Direito e do Observatório Astronômico, integrantes do Campus Centro da UFRGS, situados no município de Porto Alegre, bens objetos de tombamento federal pelo IPHAN. (IPHAN, 2025).

De acordo com Candau (2014), o objeto patrimonial que é preciso conservar, restaurar e valorizar, é descrito como um marco da identidade representada por um grupo. A sociedade francesa contemporânea tem um grande desejo de memória, fazendo um gigante esforço para inventário, salvaguarda, conservação e valorização dos indícios do seu próprio passado, a ponto de fazer do país inteiro, um grande museu. Essa busca memorial se manifesta na patrimonialização generalizada da sociedade, na medida em que as pessoas estabelecem vínculos afetivos com objetos capazes de remeter ao seu passado.

Segundo Fonseca (2005), os patrimônios históricos e artísticos nacionais, em um Brasil com múltiplas memórias coletivas e com pluralidade cultural, devem ser entendidos, na sua relação com práticas sociais de construção e de objetivação de identidades coletivas. Sua constituição a partir de um estatuto jurídico próprio, usa proposição, como uma forma de comunicação social e a sua institucionalização enquanto objeto de uma política pública.

A necessidade de resistir a pressões, no sentido de destruição (natural ou por fatores humanos), aliada à responsabilidade, em relação aos bens tombados, faz com que o objetivo das políticas de preservação acabe se reduzindo à proteção de bens. Entretanto, uma política de preservação deve ir muito além do que isso, é necessário reconhecer o valor histórico, artístico, etnográfico e o valor nacional, ou seja, com aquele sentimento de pertencimento a uma nação. (Fonseca, 2005).

Conforme Gonçalves (2015), os patrimônios expressam e representam a identidade de grupos e segmentos sociais. Um tipo de arquitetura, assim como na culinária, festa, artesanato, música, pode ser identificado como “patrimônio cultural” quando é reconhecido por um grupo (ou Estado), como algo que lhe é próprio e está associado à sua história, sendo, portanto, capaz de definir sua “identidade”. Defender, preservar e lutar pelo reconhecimento coletivo desse patrimônio traduz-se na luta pela própria existência e pela preservação social e cultural do grupo.

Uma preocupação, sempre presente nos instrumentos de patrimônio, é a busca pela sua preservação e classificá-lo como “patrimônio da humanidade”. Assim, como se organizam movimentos sociais para defender sua cultura, buscando construir museus para expressar sua identidade e memória. (Gonçalves, 2015).

O conceito de patrimônio cultural, tem relação com os monumentos, antiguidades, coleções, monumentos históricos, monumentos artísticos, patrimônio histórico e artístico, identidade cultural e memória coletiva. Cada um deles com maior ou menor importância, dependendo da época em que está inserido. Atualmente, o patrimônio cultural está mais relacionado aos conceitos de identidade cultural e memória coletiva. (Zamin, 2006).

As práticas de preservação, sofrem variações com o passar dos anos, assim como o conceito de patrimônio cultural. O patrimônio cultural de uma região ou nação é uma construção que requer escolhas e vincula-se a valores. Esses valores, podem ser: artísticos, históricos, paisagísticos, etnográficos, culturais; sendo que as noções sobre os valores e a sua importância, varia no tempo e no espaço. Por muito tempo

utilizou-se a referência a monumentos artísticos e históricos, sendo que a partir de 1964, com a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), passou-se a utilizar a referência a bens culturais. (Zamin, 2006).

A reflexão sobre patrimônio contemporâneo, envolve compreender a arquitetura não apenas como objeto físico preservado, mas como elemento ativo da memória social, das identidades coletivas e das experiências do tempo. Gonçalves (2015), afirma que atualmente, qualquer objeto material, espaço, prática social ou tipo de conhecimento pode ser identificado, aclamado ou contestado como “patrimônio” por um ou mais grupos sociais.

Isso demonstra que a arquitetura, deixa de ser compreendida somente como monumento histórico isolado, e passa a integrar um sistema mais amplo de significados sociais e culturais. Portanto, os edifícios de patrimônio histórico e cultural tornaram-se suportes de memória, identidade, pertencimento e disputa simbólica, sendo que a preservação arquitetônica do patrimônio, envolve manter vivas as narrativas sociais e culturais associadas aos espaços. (Gonçalves, 2015).

Gonçalves (2015), destaca que o patrimônio contemporâneo, pode simultaneamente, servir aos propósitos da indústria turística, para construção de identidades, formação das subjetividades individuais e coletivas, atender às reivindicações de natureza política e econômica, por parte de grupos sociais ou ainda, a políticas de Estado. Contudo, em todos esses usos do patrimônio, é possível perceber determinados modos de imaginar e gerir as relações entre passado, presente e futuro.

Essa análise, permite compreender o crescimento das ações de restauração, musealização e preservação arquitetônica nas cidades contemporâneas. A arquitetura histórica, passa a funcionar como tentativa de estabilização simbólica, diante das rápidas transformações urbanas, sociais e culturais. Ao aprofundar a discussão sobre memória social, Gonçalves (2015), afirma que os patrimônios contemporâneos oscilam entre história nacional e memórias coletivas.

Hartog (2003), também explica que essa expansão está ligada a uma crise na forma moderna de experimentar o tempo, pois para ele a expansão extraordinária dos patrimônios no mundo contemporâneo, deve ser entendida como o sintoma de uma crise nas formas como experimentamos as relações entre passado, presente e futuro. Essa ideia é central para estudos de caso sobre edificações históricas, como o Centro

Cultural da UFRGS, pois demonstra que os edifícios preservados acumulam múltiplas camadas de memória. Eles não expressam apenas uma narrativa oficial do Estado, mas também experiências afetivas, institucionais e cotidianas dos diferentes grupos que os utilizam, pois evidencia que os edifícios preservados acumulam múltiplas camadas de memória. Esses bens culturais materializam não apenas as narrativas institucionais e as políticas públicas de educação e preservação, mas também as experiências vividas por diferentes grupos sociais que, ao longo do tempo, atribuíram significados a esses espaços, como docentes, estudantes, funcionários técnico-administrativos, pesquisadores, gestores e a comunidade que frequenta a Universidade.

Ao discutir arquitetura e destruição, Gonçalves (2015), mostra que preservar, também implica transformação, essa perspectiva é fundamental para a compreensão, contemporânea da arquitetura de patrimônio histórico e cultural. Os edifícios históricos não permanecem intactos, eles são continuamente, reinterpretados, restaurados, adaptados e ressignificados pelas práticas sociais e institucionais.

Em “As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução”, Gonçalves (2012), discute a mudança das políticas patrimoniais centradas na identidade nacional, para uma valorização da diversidade cultural e das identidades coletivas dos diferentes grupos sociais. O autor afirma que as narrativas até a década de 1980 estavam voltadas firmemente para a nação, e todo e qualquer bem tombado o era em função de seus vínculos com a história e a identidade nacional, porém, os patrimônios que associados a diversos grupos e movimentos sociais, vêm sendo reivindicados, reconhecidos ou contestados, sem que os vínculos com uma “identidade nacional”, sejam, necessariamente, colocados em primeiro plano.

Então, nas últimas décadas, o patrimônio passou a contemplar os grupos étnicos, religiosos, regionais, profissionais e movimentos sociais diversos, sendo que a transformação também aparece na mudança dos agentes envolvidos nos processos de patrimonialização, passando a ser reivindicado por organizações não governamentais, movimentos sociais, empresas, grupos sociais e indivíduos. (Gonçalves, 2012).

Sobre os interesses contemporâneos em preservar e revitalizar patrimônios, Gonçalves (2012), mostra que o objetivo não é apenas recuperar um passado perdido, mas adaptar os espaços patrimonializados às necessidades do presente. Então, diversos projetos de preservação, atualmente, voltam-se mais para o atendimento a

demandas culturais, sociais, econômicas e simbólicas do presente. São exemplos disto, os projetos de revitalização, renovação de equipamentos urbanos, projetos sociais e reivindicações de movimentos sociais. Portanto, a preservação passa a estar associada à reutilização dos espaços históricos como centros culturais, áreas de lazer, equipamentos urbanos, espaços turísticos e locais de consumo cultural.

Portanto, de acordo com Gonçalves (2012), os patrimônios funcionam como espaços de ação coletiva e disputa simbólica. Cada ator social, busca afirmar determinadas memórias, identidades e usos dos espaços patrimonializados. No caso da arquitetura de patrimônio histórico e cultural, participam dessa ação os órgãos de preservação, arquitetos e restauradores, a universidade, os usuários do edifício, os movimentos culturais, as pessoas que visitam a edificação, os gestores públicos, a comunidade local do entorno. Esses atores atribuem sentidos diferentes ao patrimônio: memória, identidade, valorização urbana, consumo cultural, educação, lazer ou reivindicação política.

Cada um pode apropriar-se de um patrimônio diversificado, processo por meio do qual novos grupos, buscam legitimidade e visibilidade. O patrimônio, nesse sentido, participa do fenômeno de fragmentação das memórias. Museus locais, por exemplo, procuram construir identidades coletivas regionais, ao encenar o passado no presente. Essas instituições podem ser compreendidas como lugares organizados de práticas de memória e de objetivação da identidade. (Candau, 2014).

Segundo Choay (2001), em 1837 criou-se na França a primeira Comissão dos Monumentos Históricos, que foram divididos em três categorias: remanescentes da antiguidade, edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos. Eles eram oriundos da arquitetura erudita. Posteriormente, foram incluídas todas as formas de arte de construir, eruditas, populares, urbanas e rurais, categorias de edifícios, públicos e privados, com novas denominações: arquitetura menor (não monumental, sem uso de arquitetos), vernacular (edifícios marcantes para o local), industrial (usinas, estações). Assim o domínio patrimonial não mais se limita a uma edificação, mas a um conjunto de casas, bairros, cidades e conjunto de cidades, conforme visualizamos na lista do Patrimônio Mundial da Unesco.

O Japão, país que até então vivia suas tradições no presente, não conservava seus monumentos, senão mantendo sempre novos; iniciou-se então a adoção do museu e a preservação dos monumentos históricos, a partir de 1870. Já os Estados Unidos, foram os primeiros a proteger seu patrimônio natural, mas pouco se

interessavam em conservar aquele constituído pelas edificações, cuja proteção começou muito depois. A China ignorava esses valores, mas começou a explorar seus monumentos históricos a partir da década de 1970. (Choay, 2001).

A Primeira Conferência Internacional para Conservação dos Monumentos Históricos, ocorreu em Atenas em 1931, onde só participaram europeus. A Segunda foi em Veneza em 1964, onde participaram três países não europeus: Tunísia, México e Peru. Quinze anos mais tarde, oitenta países dos cinco continentes haviam assinado a Convenção do Patrimônio Mundial. (Choay, 2001).

São observados efeitos negativos do turismo, que fazem cidades se degradar a cada dia. Na Europa, a inflação patrimonial é combatida e denunciada por outros motivos, tais como custo de manutenção, inadequação aos usos atuais e paralisação de outros grandes projetos de organização do espaço urbano. Menciona-se, também, a necessidade de inovar as dialéticas de destruição, que ao longo dos séculos, fizeram novos monumentos se sucederem aos antigos. (Choay, 2001).

Choay (2001), diz que o patrimônio histórico, representado pelas edificações, é uma categoria exemplar que se relaciona mais diretamente com a vida de todos. Já quanto ao sentido do termo *Monumento*, vem do latim, significando advertir, lembrar, aquilo que traz à lembrança de alguma coisa, tocar pela emoção, uma memória viva.

Hartog (2017) argumenta que, diante do enfraquecimento ou desaparecimento das referências que orientam os indivíduos e da crescente sensação de aceleração do tempo, a seleção e a preservação de determinados lugares, objetos e acontecimentos do passado constituem formas de orientação no presente e de construção de referências para o futuro. Nessa perspectiva, a preservação da memória assume uma dimensão temporal ampliada, pois envolve simultaneamente a relação com aquilo que se perdeu do passado e a preocupação com a conservação do presente para as gerações futuras.

Nas próximas subseções, discutiremos tópicos sobre cultura e o Centro Cultural da UFRGS.

2.2.1 A cultura

A cultura não é homogênea, ela é bastante variada e mutável, sendo que uma mesma cultura muda com o tempo. Por exemplo, a cultura do Brasil de hoje difere da cultura de cem anos atrás. A cultura, também muda de lugar para lugar, a cultura varia com os povos. (White, 2009).

A cultura é um conjunto de sistemas de significados que dão sentido as ações humanas, possibilitando, o entendimento de que qualquer ação social é considerada cultural. (Godoy; Santos, 2014). Para esse estudo, descreve-se o desenvolvimento cultural da UFRGS, que foi modificando ao longo de mais de um século de história.

A cultura e a educação, têm uma relação intrínseca. Segundo Moreira e Candau (2003), há uma estreita relação entre as práticas escolares e a cultura. A cultura justifica ser o elo entre as diferentes práticas: social, política, econômica e educativa que interferem na organização curricular. (Hall,1997). Ela assume um papel de destaque nas discussões, envolvendo a estrutura e a organização da vida cotidiana das pessoas e na educação escolar, não apenas como herança, mas porque toda a prática social possui uma dimensão cultural. (Godoy; Santos, 2014).

O homem é o resultado do meio em que socializa e acumula conhecimento e experiência de gerações anteriores. O manuseio criativo desse patrimônio cultural, permite inovações e invenções, que são resultado do esforço comunitário. (Laraia, 2001).

A UFRGS, universidade onde se insere este projeto de pesquisa, promove iniciativas que valorizam a cultura em suas atividades de Ensino, pesquisa e extensão, tais como: promoção à diversidade cultural (povos indígenas, português para estrangeiros, semana da África, NELE), incentivo à produção cultural (música, literatura, teatro, artes visuais) formação cultural (escrita literária, história da arte, trilha do patrimônio cultural), ações de extensão (Portas Abertas), preservação do patrimônio cultural (SPH).

A UFRGS, com auxílio do Setor de Patrimônio Histórico da UFRGS (SPH) e com o “Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural” desde 1998, com recursos da Lei Rouanet, através de doações de pessoas físicas e jurídicas, têm conseguido restaurar essas edificações protegidas. Restaurações como adaptações para acessibilidade, Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndios (PPCI) e reutilização da edificação, além de restauração das fachadas, têm sido realizadas ultimamente.

Quanto ao desenvolvimento cultural na UFRGS, antes de 1950, a UFRGS não tinha muito destaque, mas sempre se falou da integração da universidade com a sociedade (Pesavento, 2004). De 1952-1964, na Gestão Elyseu Paglioli (UFRGS, 1978), temos alguns destaques na área cultural, tais como: o Primeiro Departamento de Difusão Cultural, Cinema, Teatro, Radiodifusão, Gráfica, Orquestra Sinfônica e Coral e a Construção do Salão de Atos.

Nos anos 1970 e 1980, nota-se uma preocupação com o papel da Universidade, pois estava próxima do Centro e do Bom Fim, da cena cultural e dos concertos para juventude. Já em 1984-1988, na gestão Francisco Ferraz, observa-se um crescimento nesta área, lançando-se a ideia do projeto Centro Cultural, para transformação dos dois quarteirões do centro em um Centro Cultural (preservando os prédios históricos no entorno, muito verde no meio); destacando-se a função cultural da Universidade na sociedade e a destinação dos prédios históricos. (UFRGS, 2004).

A concepção do Projeto Centro Cultural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, insere-se em um momento de inflexão institucional, marcado pela reestruturação espacial da Universidade, a partir da implantação do Campus do Vale, na década de 1980. A transferência dos institutos básicos para o Vale, não apenas respondeu as demandas técnicas e de infraestrutura, mas também produziu um redesenho simbólico e funcional do Campus Centro, abrindo caminho para sua ressignificação como território cultural. Nesse contexto, durante a gestão de Francisco Ferraz (1984–1988), o projeto do Centro Cultural, emerge como uma estratégia que articula, simultaneamente, políticas de preservação patrimonial e uma reorientação do papel social da Universidade. (Oliveira; Licht, 2004).

Mais do que uma intervenção físico-espacial, o projeto fundamentou-se em dois diagnósticos estruturantes: a necessidade de redefinir o uso dos edifícios históricos e a compreensão da cultura como vetor de aproximação entre universidade e sociedade. Tal formulação, revela uma mudança de paradigma, na qual o patrimônio edificado deixa de ser apenas um resquício do passado, para assumir função ativa na produção contemporânea de sentidos. A proposta de liberação, restauração e reconversão dos prédios históricos evidencia, nesse sentido, uma operação de reterritorialização simbólica, em que formas herdadas são inseridas em novas dinâmicas culturais, tensionando as relações entre memória, uso e valor. (Oliveira; Licht, 2004).

A materialização parcial desse projeto, por meio de intervenções no espaço físico e da criação de equipamentos culturais, como cinema, teatro, museu e a requalificação do Salão de Atos da UFRGS, indica a constituição de um sistema cultural universitário voltado à difusão e à mediação cultural. No entanto, é particularmente significativo que, antes mesmo da consolidação física do Centro Cultural, que não foi executada como previsto nesse projeto, que tinha outro uso para o prédio da Química (seria um clube de professores), tenham sido implementadas

ações como a programação de férias, que mobilizou amplos públicos e ativou provisoriamente os espaços universitários. Essa iniciativa, revela que o projeto extrapolava a dimensão arquitetônica, operando como experimento de abertura institucional e de produção de pertencimento, ao inserir a Universidade na dinâmica cultural da cidade. (Oliveira; Licht, 2004).

Entretanto, a não efetivação integral do projeto naquele momento, em razão de limitações financeiras e institucionais, evidencia as tensões inerentes às políticas culturais em contextos públicos, especialmente, no que se refere à dependência de articulações entre Estado, iniciativa privada e sociedade civil. Ainda assim, o Centro Cultural consolidou-se como ideia-força e como horizonte institucional, deixando como legado não apenas intervenções físicas, mas uma reconfiguração do papel da Universidade no espaço urbano. (Oliveira; Licht, 2004).

Dessa forma, o projeto do Centro Cultural da UFRGS, pode ser interpretado como um dispositivo de mediação entre memória e contemporaneidade, no qual a preservação do patrimônio histórico se articula à produção cultural e à construção de vínculos sociais. Ao propor a ativação cultural do Campus Centro, a Universidade não apenas reorganiza seu espaço físico, mas redefine sua inserção na cidade, afirmando-se como agente cultural e político na produção de sentidos e na disputa simbólica pelo território urbano. (Oliveira; Licht, 2004).

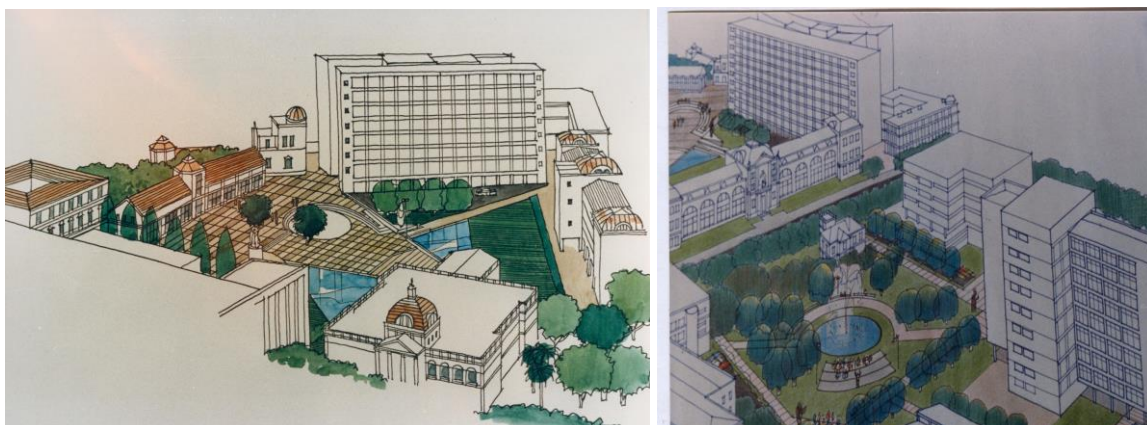
Nas próximas figuras, apresenta-se o projeto “Centro Cultural da UFRGS”.

Figura 16 – Campus Centro - Planta Geral - Projeto Centro Cultural



Fonte: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/31222>

Figura 17 – Campus Centro – Quarteirões 1 e 2 - Projeto Centro Cultural



Fontes: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/31208> e <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/31212>

O conjunto de equipamentos culturais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, composto pelo Museu Universitário, Sala de Cinema Redenção, Teatro Qorpo Santo, Centro Cultural da UFRGS, Salão de Atos da UFRGS e pela Pinacoteca Barão de Santo Ângelo forma o Polo Cultural da UFRGS, configurando um sistema integrado de produção, difusão e preservação cultural, articulado no âmbito da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS.

Esses espaços, que estão fisicamente lado a lado, promovem a articulação entre diferentes linguagens e públicos, contribuindo para a consolidação de um movimento cultural contínuo no interior da instituição. Dessa forma, tais equipamentos não apenas viabilizam atividades culturais, mas também atuam como mediadores entre universidade e sociedade, desempenhando papel estratégico na construção de memória coletiva, memória cultural, na construção da identidade da instituição e no fortalecimento dos vínculos culturais com a cidade de Porto Alegre.

A construção do pertencimento, nesse contexto, ocorre quando os sujeitos se reconhecem nas práticas, narrativas e experiências promovidas pelo equipamento cultural. De acordo com Assmann (2011), a memória cultural, fornece repertórios simbólicos que permitem a identificação coletiva, sendo fundamental para a formação de vínculos sociais. Assim, quando o equipamento cultural promove uma programação plural, acessível e representativa, ele amplia as possibilidades de identificação dos diferentes públicos, favorecendo o sentimento de pertencimento à Universidade.

Por outro lado, o despertencimento, emerge quando esses processos são limitados ou excludentes. Quando determinados grupos não se veem representados nas programações, encontram barreiras de acesso ou não participam das instâncias de decisão cultural, ocorre uma ruptura na identificação simbólica com o espaço. Como indica Jan Assmann (2016), a memória cultural envolve processos seletivos que definem o que é lembrado e o que é esquecido; nesse sentido, o despertencimento pode ser entendido como resultado de exclusões na construção dessas memórias.

2.2.2 O Centro Cultural da UFRGS

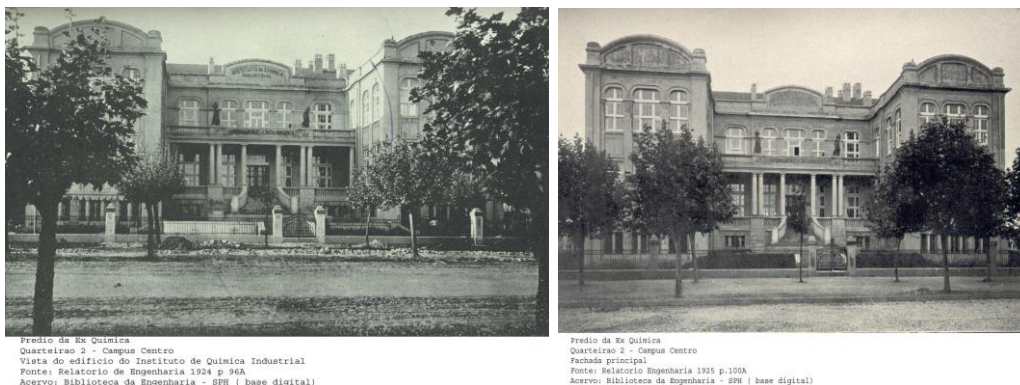
O Centro Cultural da UFRGS, ocupa a edificação construída para receber as atividades do Curso de Química Industrial da UFRGS, criado pela Escola de Engenharia de Porto Alegre em 1920, em decorrência do corte do fluxo de tecnologia da Europa durante a Primeira Guerra Mundial. (Tonioli; Souza, 2023).

Segundo Tonioli e Souza (2023), o terreno para a construção da edificação foi apresentado pela Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, no Campo da Redenção. Em 1922, iniciaram-se as obras sendo que em 1924, faltava só o acabamento do porão, o qual foi concluído em 1926, sendo inaugurado em 8 de junho de 1926, com a presença do presidente Washington Luís. Seguem fotos da época da construção da edificação.

Figura 18 – Prédio da Química Industrial nos anos 1922 a 1925



Fonte: Acervo SPH (2025) (continua).



Fonte: Acervo SPH (2025).

Voltado para a Avenida Luís Englert, o prédio, com três pavimentos (porão, térreo e segundo), apresenta uma galeria aberta, protegida por um terraço sustentado por colunas toscanas. No alto do guarda-corpo do terraço estão dispostas, simetricamente, duas esculturas que simbolizam a Química. (Oliveira; Licht, 2004). Segundo Pesavento (2004), o prédio possui volumetria em “U”, simétrico, possui acesso monumental, com escadarias na entrada. As fachadas com discreta ornamentação, com três frontões de arco abatido na fachada central, bloco central e sobre as laterais. O volume possui recuo em relação ao alinhamento, com acesso através de um portão.

Em 1936, sediou cursos de Química, Analistas e Industriais, História Natural e Física. A partir de 1943, o Curso de Química da Faculdade de Filosofia se instalou nas dependências do prédio, que já abrigava além das atividades do próprio Instituto, aulas de ensino teórico e prático de diversos outros cursos da Escola de Engenharia. Em 1945, sediou o curso de Mineralogia. (Tonioli; Souza, 2023).

A linguagem arquitetônica original é eclética, com composição de fachadas de discreta ornamentação. Simétrico, com volumetria regular de base e formato em “U”, com três pavimentos, acesso monumental através de um patamar elevado. O prédio, inicialmente quadrado, foi ampliado, com um acréscimo lateral, entre 1944 e 1946, tornando-se retangular, mas mantendo o mesmo padrão estético do original. (Tonioli; Souza, 2023).

Com a reforma ortográfica, a edificação teve alteração no letreiro na fachada, mudando o estilo e a grafia, conforme a foto a seguir.

Figura 19 – Prédio da Química Industrial após mudança da grafia do letreiro



Fonte: Dan Berger, 1994.

Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/9044>

Quanto à transferência do Instituto de Química para o Campus do Vale, esta ocorreu na gestão de Homero Jobim. Levou-se para o Campus o Instituto de Química, não sem antes passar pela intensa contestação de alunos e professores, que se queixavam da distância do Campus, que havia pouco tempo para a mudança (férias) ou, até mesmo, se opondo à própria ideia de um novo Campus, como já ocorrera nas mudanças anteriores. Na década de 1980, não somente a Química, mas a Física, Matemática, Geociências, Central Analítica, Biotecnologia, Informática, Centro Tecnológico do Departamento de Metalurgia, foram levados para o novo Campus, liberando prédios históricos para sua recuperação. (Oliveira; Licht, 2004).

A iniciativa de transformá-lo em Centro Cultural, portanto, vem muito depois da construção da edificação, na década de 1980, especialmente, após a desocupação do prédio histórico, com a transferência do Instituto de Química para o Campus do Vale em 1981. Após a desocupação, houve risco de abandono ou descaracterização do edifício, o que em partes aconteceu com a ocupação dos diversos setores administrativos, ligados à Reitoria, até a desocupação para as obras de restauração que ocorreram de 2015 a 2018. Portanto, é resultado de um processo de ressignificação, com o reuso da instituição, que transformou um antigo espaço científico, construído originalmente para ensino e pesquisa, em um lugar de cultura e extensão universitária após a restauração de 2018, quando inaugurou como Centro Cultural da UFRGS. (Tonioli; Souza, 2023).

Com a restauração da edificação, ocorrida em 2018, foram preservadas as características do prédio histórico, sendo reconhecida em 2019, quando recebeu o prêmio Rodrigo Melo Franco Andrade, do IPHAN, por sua contribuição à salvaguarda e preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Segundo Egídio (2018), em matéria publicada no Jornal do Comércio, a obra de restauração da edificação fez parte do projeto “Resgate do patrimônio histórico e cultural da UFRGS”, e custou R\$ 11,5 milhões, com recursos recebidos por doação direta e repasses via Lei Rouanet, através do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC). Além disso, para reajuste e pequenos aditivos ao contrato, foram utilizados recursos da própria universidade.

Dessa forma, o Centro Cultural da UFRGS, participa diretamente, tanto da produção do movimento cultural universitário, quanto da construção (ou fragilização) do pertencimento. Ao atuar como mediador entre instituição e sociedade, ele pode ampliar a inclusão, a diversidade e a representatividade, fortalecendo vínculos identitários, ou, caso contrário, reproduzir desigualdades simbólicas. Assim, sua relevância ultrapassa a dimensão funcional, configurando-se como um espaço central na construção de sentidos sobre o que é cultura dentro da Universidade.

Na Reitoria de Wrana Panizzi (1996-2004), foi criada a Secretaria do Patrimônio Histórico, com a missão de impulsionar e implementar o grande Projeto de Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS, expressão importante da qualificação da Universidade como lugar e como espaço público. Trata-se de um imenso patrimônio, que demanda manutenção, modernização e expansão permanentes. (Oliveira; Licht, 2004).

Apesar da escassez de recursos financeiros nessa época, intenções privatizantes, burocratização, risco de enfraquecimento de um modelo acadêmico construído historicamente sobre ensino e pesquisa, também houve muito avanço, buscando sempre, oferecer melhores condições de trabalho e estudo na Universidade. Foram feitas muitas pequenas obras de reforma e manutenção, e estas, tomadas em conjunto, talvez tenham se constituído em uma das principais ações. Foram realizadas também grandes obras. (Oliveira; Licht, 2004).

Segundo Wrana (1996-2004), entre todas as universidades brasileiras, a UFRGS possui um dos maiores e mais belos conjuntos arquitetônicos edificadas, no final do século XIX e início do século XX. Desde 1996, quando deu seus primeiros passos, este Projeto conquistou apoios diversos e superou obstáculos, o que tornou possível

a completa recuperação do antigo prédio dos Curtumes e Tanantes (atual Museu da UFRGS), do Observatório Astronômico, da Rádio da Universidade, da Faculdade de Direito e do Chateau, prédio que hoje abriga a Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico, a Vitrine Tecnológica, o Escritório de Interação e Transferência de Tecnologia e a Rede de Incubadoras da UFRGS. (Oliveira; Licht, 2004).

Além disso, o Projeto “Resgate”, já viabilizou a recuperação de parte da Faculdade de Agronomia, bem como a realização de obras importantes em outros prédios do Campus Centro, como a recuperação das cúpulas da antiga Escola Técnica Parobé. Ao ser proposto o Projeto de Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS, se desejava muito mais do que a recuperação desta ou daquela edificação, mas a recuperação do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico da Universidade e da própria cidade de Porto Alegre. (Oliveira; Licht, 2004).

O Projeto, fortaleceu também as relações da UFRGS com a sociedade, relembrando a todos que somos uma das mais antigas instituições de ensino superior do país e que, ao longo de nossa existência, temos dado contribuição relevante para o desenvolvimento nacional. Para concretizá-lo, a UFRGS tem recebido o decisivo apoio de milhares de pessoas, bem como de inúmeras empresas, instituições públicas e de outras organizações. O Projeto tem ainda, um valor pedagógico, ao chamar a atenção da comunidade acadêmica sobre os cuidados que devemos ter, no presente, com todo nosso patrimônio, com nossos antigos prédios, e também, com os construídos recentemente. (Oliveira; Licht, 2004).

Então, entre 2016 a 2018, a edificação passou por uma grande restauração, transformando-a no Centro Cultural da UFRGS. Segundo as Especificações Técnicas da Obra de Restauração (UFRGS, 2014), a edificação necessitava ser restaurada completamente por apresentar manifestações patológicas em sua estrutura de piso e forro, revestimentos, esquadrias, cobertura e instalações, bem como para adequá-la à legislação e promover seu uso como um Centro de Eventos complementar ao Salão de Atos. Assim, o Centro Cultural da UFRGS, foi inaugurado em 2018, criado para oportunizar o convívio entre a sociedade e a Universidade.

De acordo com o Relatório de Gestão 2018, do reitorado de Rui Vicente Oppermann, o Centro Cultural, tem a proposta de oferecer à comunidade uma intensa programação, tanto de iniciativas promovidas pela UFRGS, quanto por atores externos, que estimule e preserve a cultura e a arte, nas suas mais variadas manifestações, e que promova a circulação de conhecimentos e o debate de ideias,

valorizando a diversidade e a pluralidade. Em três pavimentos (3.089m²), o Centro Cultural possui ambientes em diversos formatos, todos com o pé direito alto (Monumental) e amplas janelas, que fornecem iluminação natural e vista privilegiada para o Parque Farroupilha (Redenção). (UFRGS, 2018).

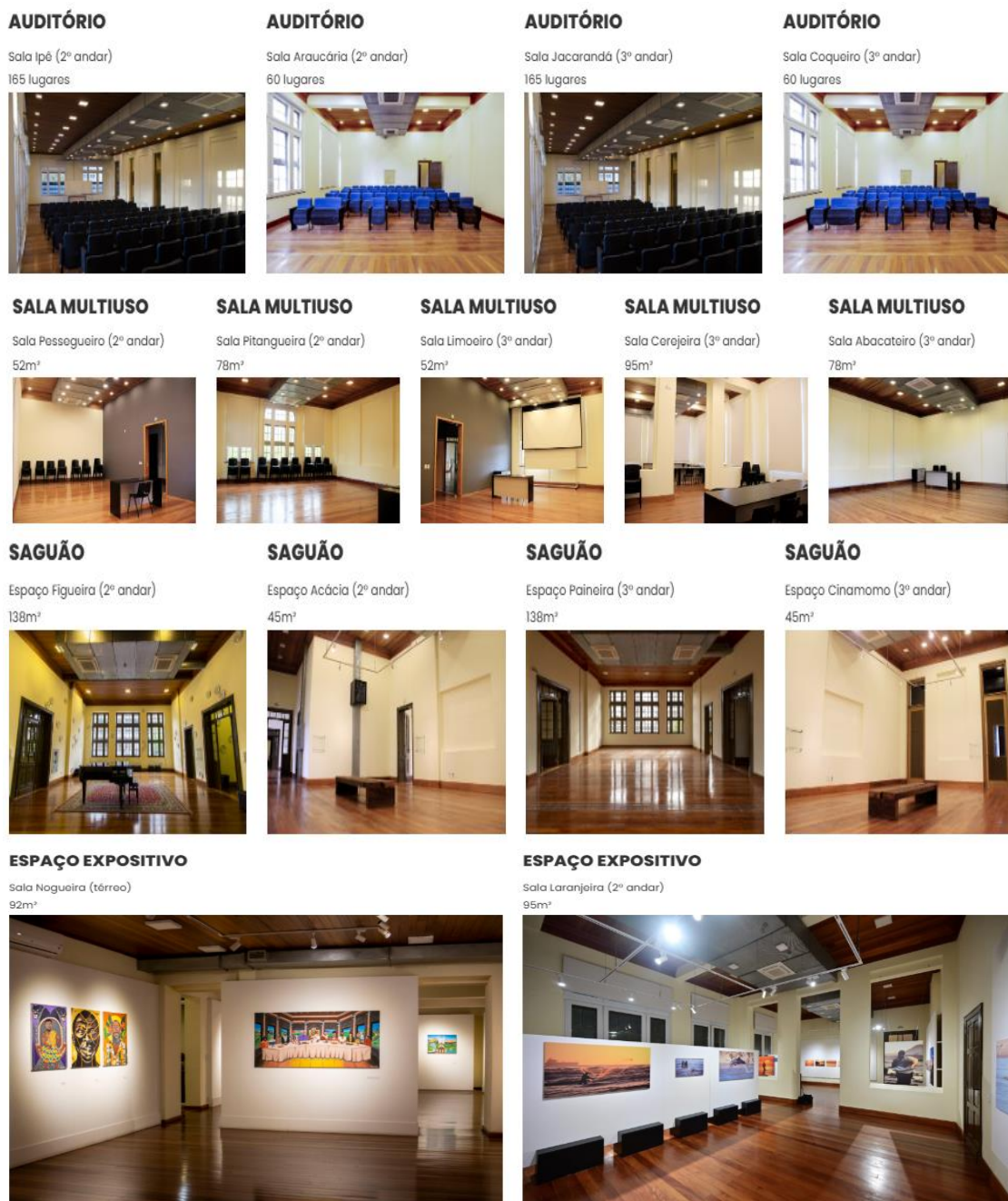
As salas multiuso, os auditórios e os estúdios de gravação, possuem isolamento acústico, sistema de climatização e acessibilidade a pessoas com deficiência. O espaço é projetado também, para receber eventos empresariais e acadêmicos, pois oferece quatro auditórios (com capacidade para públicos entre 60 a 165 pessoas); sete salas multiuso (que comportam entre 15 e 80 pessoas); espaços para exposições; saguão com copa de apoio e terraço com vista para o Parque, ideal para realizar sessões de autógrafos, exposições e confraternizações. (UFRGS, 2018).

Para facilitar a compreensão dos diversos usos e alterações arquitetônicas da edificação do Centro Cultural, foi gerado um quadro, no qual pode-se visualizar a Edificação ao longo dos anos (Apêndice E). As diversas salas, auditórios, saguões e espaços expositivos, além de uso para atividades da Reitoria, são abertas para agendamento para utilização pela comunidade interna e externa à UFRGS, por meio de edital de ocupação ou locação.

O Edital de Ocupação 2025 do Centro Cultural da UFRGS, teve o objetivo de disponibilizar espaço para a realização de até 20 atividades artístico-culturais, entre os meses de junho de 2025 e abril de 2026.

Já o Edital de Ocupação 2026, disponível no site do Centro Cultural da UFRGS (<https://www.ufrgs.br/difusaocultural/edital2026/>), teve suas inscrições abertas até o dia 26 de abril, tanto integrantes da comunidade interna da UFRGS, quanto coletivos artísticos, pessoas físicas ou jurídicas não vinculadas à Universidade puderam submeter propostas de ações a serem realizadas entre os meses de junho de 2026 e maio de 2027 no espaço. Serão aceitas propostas nas áreas das artes integradas, artes visuais, circo, cultura e emergência climática, culturas populares e saberes tradicionais, dança, literatura, música, produção e gestão cultural e teatro (UFRGS, 2026). Os espaços podem abrigar diversas ações artístico- culturais, palestras, seminários, debates, rodas de conversa, saraus, exposições e oficinas. As características de cada espaço são apresentadas na figura 20.

Figura 20 – Espaços do Centro Cultural



Fonte: UFRGS, 2025. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/difusaocultural/centrocultural/espacos/>
 Acesso em 28 jun. 2025.

No apêndice E, está disponível a linha do tempo da edificação do Centro Cultural, da sua construção até a inauguração da edificação após a restauração. Já o apêndice F, apresenta uma crônica sobre o Centro Cultural da UFRGS, descrevendo a edificação de uma forma literária. Por essa edificação, conseguimos visualizar diferentes linguagens, que estão descritas no Anexo A. Além disso, o Centro Cultural passou por um Diagnóstico de Equipamento Cultural, sendo apresentado no Anexo B.

A próxima seção abordará a preservação dos prédios históricos da UFRGS.

2.3 Preservação e proteção dos prédios históricos da UFRGS

Segundo Ungaretti (2013), no início do século XX, com a devastação causada pela Primeira Guerra Mundial, as novas realidades da indústria, o pensamento urbano e arquitetônico, se preocuparam em restaurar o patrimônio danificado com a guerra. A preocupação com a preservação do patrimônio, começa em forma de normatização em nível internacional, a partir da Carta de Atenas em 1931. Mas durante muito tempo, o conceito de patrimônio, esteve atrelado ao monumento como peça única e isolada, não levando em consideração seu entorno e sua inserção em um conjunto histórico.

De acordo com Oliveira (2007), muitas foram as Cartas Patrimoniais, em nível internacional, que foram criadas para proteção do patrimônio, tais como: Carta de Atenas (1931), Carta de Veneza (1964), Recomendações de Paris (1968), Convenção de Paris (1972), Recomendações de Nairóbi (1976), Declaração do México (1985), Carta de Brasília (1995), Recomendações de Paris (2003). Quando se fala em preservação de patrimônio é importante distinguir de tombamento.

Preservação é toda e qualquer ação do Estado, que vise conservar a memória de fatos ou valores culturais de uma nação, há diversas possibilidades de formas legais de preservação, sendo que o mais conhecido instrumento legal de preservação é o Decreto-lei 25 de 1937, há também a Lei 3.924 de 1961, assim como a Lei 4.845 de 1965 e, outras diversas leis de proteção municipal, estadual e federal, portanto, o conceito de preservação não se limita a uma única lei ou forma de preservação específica. (Rabello, 2009).

Segundo Rabello (2009), o ato administrativo de tombamento (previsto no Decreto-lei 25 de 1937), é somente uma dessas formas legais, com a finalidade de conservação dos bens materiais, sendo eles móveis ou imóveis. Como os bens materiais são apropriáveis, são objetos do direito de propriedade, previsto na Constituição Federal de 1988. Então, o tombamento impõe ao proprietário, a obrigação de conservação, condicionando seu uso adequado e a obrigação de zelar por suas características culturais, impondo, também, aos vizinhos, o uso adequado de sua propriedade de modo a não prejudicar a ambiência do bem tombado.

A constituição, possibilita através de lei federal, estadual ou municipal, dentro do âmbito das matérias de sua competência, estabelecer normas limitadoras do direito de propriedade; as leis estaduais e municipais podem regular (desde que não

eliminam), qualquer dos elementos do direito de propriedade previsto na lei federal. Além disso, cabe aos municípios suplementar a lei federal e a estadual no que couber. (Rabello, 2009).

O art. 180 da Emenda Constitucional de 1969, estabelece que o amparo à cultura, não é só um direito do cidadão, mas um dever do Estado. Já a Constituição atual, menciona que o Estado, tem que garantir a todos os direitos culturais, bem como proteger o patrimônio cultural (art. 215 e 216), portanto, os três entes políticos devem proteger os bens culturais. Porém, pode acontecer que um bem tenha vinculação à cultura somente de determinada região, sem interesse nacional em protegê-lo, nesse caso caberá ao Município ou ao Estado essa proteção. (Rabello, 2009).

Poderá acontecer, dois ou mais atos de proteção ao mesmo patrimônio, e nenhum deles eliminará os efeitos do outro, exceto quando forem incompatíveis, nesse caso, prevalecerá as exigências do ente federal sobre o estadual e este sobre o municipal. A proteção dos três órgãos (federal, estadual e municipal) sobre os prédios da primeira geração do Campus Centro da UFRGS em Porto Alegre (construídos entre 1896 e 1926), existe sobre todas as edificações dos quarteirões 1 e 2, diferentemente, somente para as edificações da Faculdade de Direito e Observatório da UFRGS, que são tombados.

Nesse contexto, a edificação do Centro Cultural, objeto desse estudo, uma das construções integrantes do quarteirão 2 do Campus, possui proteção federal, através da Portaria do IPHAN nº 9 de 9 de fevereiro de 2022 (fundamentada no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937), por estar em um dos quarteirões próximos às edificações tombadas da Faculdade de Direito e Observatório Astronômico. (Decisão de Tutela Especial – Processo de tombamento 1.438-T-98 – IPHAN).

A proteção estadual veio através da Lei nº 11.525, de 15 de setembro de 2000, à qual declara integrantes do patrimônio cultural do Estado os prédios históricos da UFRGS. Já o município de Porto Alegre, a partir da Lei 12.585/2019, relaciona os bens tombados e protegidos através de inventário. Pelo inventário da Prefeitura, o Centro Cultural da UFRGS foi classificado como estruturação (são aquelas edificações que se constituem em elementos significativos e representativos da história da arquitetura e urbanismo, para a preservação das diferentes paisagens culturais construídas ao longo do tempo no Município, não podendo ser destruídas). (Porto Alegre, 2019).

Em 1999, duas das edificações da UFRGS, construídas entre o final do século XIX e início do século XX, da primeira geração, já se encontram interditadas por falta

de condições de habitabilidade. A recuperação dessas edificações e das outras, que já se encontravam desgastadas devido à idade, demandariam altos custos financeiros, dos quais a UFRGS, não tinha naquele momento. Diante da necessidade de restauração dos seus prédios e da necessidade de recursos financeiros, a Universidade buscou junto à lei federal de incentivo à cultura e em outras fontes. (Oliveira, 2017).

Oliveira (2017), diz que a proteção do patrimônio cultural é um tema de grande relevância na discussão do desenvolvimento do espaço urbano, pois representa a memória e identidade da sociedade. Para se beneficiar da Lei Rouanet, a UFRGS, desenvolveu e registrou junto ao Ministério da Cultura, em 1999, o projeto “Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS”, procurando despertar a consciência da comunidade, no sentido da preservação do patrimônio, recuperação das condições físicas do conjunto edificado e requalificação dos espaços do campus.

O “Projeto Resgate”, também é reconhecido pelo Ministério da Cultura, que o incluiu no Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), pelas Leis de Incentivo à Cultura (LIC e Rouanet), pela Assembleia Legislativa do Estado, pela imprensa, por meio de anúncios, por pessoas físicas e jurídicas, assim como por alunos e ex-alunos que apoiam a conservação dos prédios da Universidade com doações. Quanto a nível nacional, estadual e municipal, pontua que variadas são as legislações em proteção e salvaguarda dos monumentos históricos, que representam nosso patrimônio cultural.

São eles: Decreto-Lei 25 (1937), Constituição Federal de 1988, Decreto 3.179 (1999), Lei 10.098 (2000), Constituição do Rio Grande do Sul (1989), Lei 11.525 (2000), Lei Complementar 275 (1992) e Lei Complementar 434 (1999). (Oliveira, 2007).

Também, em 2019, foi publicada a Lei 12.585/2019, que estabelece regras para a proteção do patrimônio cultural, por meio de inventário, assim como em 2022, pela Lei Complementar nº 942/2022, o Programa de Gestão do Patrimônio Imobiliário, ainda em nível municipal a Lei Orgânica de Porto Alegre, define os bens públicos que constituem o patrimônio municipal. Ainda, o IPHAN e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), são entes responsáveis pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Para o Apêndice A, foi confeccionado um quadro resumo dos instrumentos de proteção ao patrimônio, considerados relevantes à esta

pesquisa, os quais estão classificados por ordem cronológica, e nos âmbitos Internacional, Nacional, Estadual, Municipal e da UFRGS.

Tonioli e Souza (2023), relatam que fora as edificações consideradas separadamente, também os dois quarteirões do Campus Centro foram determinados como área protegida, na esfera federal, em virtude de serem entorno dos prédios tombados: Observatório Astronômico e da Faculdade de Direito. Portanto, os doze prédios históricos do Campus Centro da UFRGS, em Porto Alegre, possuem algum tipo de proteção: municipal (estruturação), Estadual (através da lei nº 11.525 de 2000) e/ou Federal (Entorno ou Tombado pelo IPHAN). Entende-se por tombamento, um instrumento de preservação que amplia e qualifica a garantia da conservação do patrimônio, sujeitando-se a realizar a sua restauração, somente de acordo com as normas previstas para tal. (Ungaretti, 2013).

Para atender às demandas de manutenção dos prédios históricos do Campus Centro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a instituição adota diferentes estratégias operacionais. As intervenções de menor complexidade, são realizadas por meio de Ordens de Serviço, solicitadas pelo gestor de espaço físico de cada Unidade, com execução pela equipe terceirizada, vinculada ao contrato de mão de obra, utilizando materiais disponíveis no almoxarifado de Obras. Nos casos que exigem serviços que demandem maior tempo ou insumos específicos, incompatíveis com esse fluxo, é realizada a abertura de processo no Sistema Eletrônico de Informações, possibilitando o acionamento de atas de registro de preços (disponíveis no site: <https://www.ufrgs.br/suinfra/site/servicos.html>) para a contratação adequada. Já as intervenções de maior porte, especialmente aquelas voltadas à restauração, são executadas por meio de processos licitatórios, conforme a complexidade e a abrangência dos serviços necessários. (UFRGS, s/d).

Apesar dessa estrutura operacional, com ações em sua grande parte da manutenção corretiva, evidencia-se a necessidade de fortalecimento das ações de manutenção preventiva. Além disso, a consolidação de um cronograma sistemático de manutenção preventiva, é essencial para a preservação do patrimônio edificado. Atividades rotineiras preventivas, como a limpeza de calhas e tubos de queda para remoção de folhas e sujidades, já são realizadas com periodicidade definida (semanal, quinzenal ou mensal, conforme as características de cada edificação), porém denota-se a necessidade de ampliação desse modelo para outras ações preventivas.

Segundo a UFRGS (2021), os projetos que buscam preservar a memória e a história da Universidade, se deparam com a falta de pessoal, de recursos e de articulação institucional, pois não existe uma política institucional de preservação e sim, iniciativa dos próprios espaços. Entre as várias iniciativas de preservação da memória da Universidade, destaca-se o Lume (repositório digital de produção científica e acervos), legislação da UFRGS, coleção U da Biblioteca Central (documentos relacionados à administração), museus, acervos e memoriais presentes em diversas unidades (a Remam foi criada em 2011, com o objetivo de reunir essas iniciativas das unidades).

Um dos aspectos que talvez esteja mais adiantado para a preservação da memória, seja a gestão documental dos documentos da Universidade, mas há a dificuldade de falta de pessoal.

Há também na UFRGS, um grupo de pesquisadoras e estudantes de História, Educação e Museologia com a finalidade de salvaguarda e o reconhecimento memorial dos patrimônios guardados pela Universidade, chamado Sépia. Eles também trabalham com a difusão científica, realizando publicações sobre o acervo, dicas de conservação, questões culturais e eventos, através do Instagram, estabelecendo interações com a comunidade.

Já o Centro de Memórias da Faculdade de Educação da UFRGS, localizado no 6º andar da Faculdade de Educação é um exemplo de lugar que preserva as memórias da UFRGS. O setor acolhe documentos institucionais, orais e imagéticos relacionados à educação do Rio Grande do Sul. Este centro de memórias preserva os arquivos da faculdade, do Colégio de Aplicação e da antiga Faculdade de Filosofia assim como outros itens que possam ajudar a contar a história da Educação. (UFRGS, 2025).

Para estabelecer diretrizes para política arquivística, tanto para gestão de documentos convencionais, como para os digitais, foi instituída em 2020, a Resolução 138 do Conselho Universitário (CONSUN), estabelecendo a Política Arquivística da UFRGS. Uma das premissas previstas é que todos somos responsáveis pela preservação do patrimônio documental da Universidade e cada órgão ou unidade deve ser responsável pela gestão dos seus documentos. Um importante processo para prolongar a existência dos arquivos, é a conservação preventiva, mas não é uma tarefa simples. (UFRGS, 2022).

Um dos grandes desafios, em relação ao patrimônio histórico, é a preservação, é um projeto da UFRGS, que pretende auxiliar nesse ponto, o “Laboratório de Design

e Seleção de Materiais” (LDSM), que, entre outras coisas, trabalha com a digitalização desses bens. Essa digitalização pode ser usada, tanto para a organização da documentação referente ao bem, necessária para o processo de tombamento, para a análise dos materiais do prédio e para a manutenção da história do local, assim como, guarda informações para o futuro, servindo para o planejamento de futuras ações de restauro. Dois prédios da UFRGS, já passaram pelo processo de digitalização: a fachada e detalhes de vasos e estátuas do Instituto de Química, e os detalhes do antigo prédio da Faculdade de Medicina. Para que os outros 22 prédios históricos da Universidade sejam catalogados, são necessários recursos e tempo. (UFRGS, 2022).

Segundo Zita Possamai, “A memória não é algo que se resgata do passado como se estivesse congelado lá. Ela é algo em constante construção, a partir do agora; é o agora que mobiliza as pessoas a lembrar ou esquecer”. Então significa, que hoje as pessoas escolhem como se relacionar com o passado. Nesse sentido, é possível perceber problemas sobre a relação da Universidade com a memória, quando pensamos nos prédios históricos da Universidade. (UFRGS, 2021, s./p.).

Através do “Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS”, cinco edificações já foram restauradas, e uma das mais emblemáticas é a edificação do Centro Cultural da UFRGS. Para Zita Possamai, a incorporação da Secretaria de Patrimônio Histórico da UFRGS à Superintendência de Infraestrutura (SUINFRA) em 2012, demonstra o desprestígio das políticas de preservação da Universidade, pois para ela, uma gestão de patrimônio seria não subordina a cultura e a memória a um órgão burocrático. (Possamai *apud* UFRGS, 2021).

De acordo com Zita Possamai, também é fundamental debater mais com a comunidade sobre as iniciativas de preservação da memória, pois temos coleções de arte, que poderiam ser museus, como a Pinacoteca Barão de Santo Ângelo e um Centro Cultural, que não teria um acervo tão condizente com a importância do espaço. O “Projeto Centro Cultural”, se fosse executado, projetaria o Campus Centro para uma perspectiva de maior acolhimento às pessoas. Segundo o relatório de gestão 2025, iniciou-se a migração do Instituto de Artes para o antigo prédio da Medicina, cuja restauração passou a ser campanha de arrecadação de recursos, via Setor de Patrimônio Histórico. (Possamai *apud* UFRGS, 2021).

Segundo o Plano de Gestão 2024-2028, entre os objetivos organizacionais previstos, estão: ampliar e qualificar estruturas e processos para recuperação de prédios históricos, valorizando a captação de recursos externos. No relatório de

gestão da atual Reitoria (2025), visualiza-se as principais ações executadas em 2025. Entre as ações de Manutenção de Infraestrutura, envolvendo as edificações de patrimônio cultural do Campus Centro da UFRGS em Porto Alegre, estão: reforma do Salão Nobre da Faculdade de Direito, adequação dos espaços do prédio do Antigo Instituto de Ciências Básicas da Saúde (ICBS, Medicina), para ocupação pelo Instituto de Artes, PPCI e climatização da Faculdade de Direito, Instalação de piso tátil na Faculdade de Educação (FACED), Atualização do Sistema Contra Incêndio no Salão de Atos, Elaboração de Projeto de acessibilidade da FACED para licitação.

Além das manutenções do Campus Centro em Porto Alegre, ocorreu a entrega da obra de Restauração da Capela de São Pedro em Eldorado, com manutenção das características originais e intervenção de reparos necessários. A Capela de São Pedro, em Eldorado do Sul, foi erguida em 1893, numa área adquirida pela UFRGS em 1960, para a Estação Experimental Agronômica.

2.4 Arquitetura das edificações da UFRGS

O Campus Centro, o primeiro Campus da UFRGS, foi formado a partir da Escola de Engenharia, Faculdade de Medicina e Direito. Nesse campus, situam-se os prédios mais exuberantes e significativos em termos arquitetônicos, conjunto raro comparando com outras universidades. Felizmente, todo esse patrimônio situado na quadra entre as avenidas Osvaldo Aranha e João Pessoa, tem sido preservado e restaurado. (Pinto; Buffa, 2009).

Weimer (1993), relata quanto à monumentalidade, transgressão da escala humana, presente nos prédios da UFRGS da primeira geração, representa o autoritarismo da fase positivista do governo rio-grandense. Em termos de monumentalidade, os positivistas eram imbatíveis, algo de humilhar os mais ferrenhos nazifascistas. Monteiro (1995), também afirma que a Arquitetura do período positivista, relaciona as formas arquitetônicas produzidas no período à ideologia da elite dirigente, tornando-se um espaço simbólico das representações artístico-sociais.

A expansão da Universidade levou à criação de outros campi, como o Campus Saúde (implantado em 1953, inaugurado em 1958), o Campus Olímpico, o Campus do Vale e o Campus Litoral Norte. Ainda assim, é no Campus Centro que se concentram os edifícios reconhecidos como patrimônio histórico, cuja relevância ultrapassa a dimensão funcional e adquire significado identitário. Trata-se de um

espaço em que arquitetura, memória e vida acadêmica se entrelaçam, conformando um patrimônio cultural de alto valor simbólico. (Pinto; Buffa, 2009).

O conjunto edificado, reúne exemplares do Ecletismo e do Modernismo, estilos que dialogam com os diferentes momentos da história da cidade e da própria instituição. A proteção formal, em níveis municipal, estadual e federal, reconhece a importância desses bens, sendo que os prédios da Faculdade de Direito e do Observatório Astronômico, foram tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1998. Esse reconhecimento, expressa a valorização não apenas da materialidade das construções, mas também de sua inserção na memória social. (Tonioli, 2014).

Quando os primeiros edifícios foram erguidos, por volta de 1900, a região do atual Campus Centro, era um descampado, distante do núcleo urbano de Porto Alegre. O crescimento da cidade, entretanto, incorporou rapidamente essa área ao centro da capital, transformando os prédios da Universidade, em parte integrante do tecido urbano. A inserção espacial da UFRGS, no coração da cidade, simboliza a própria expansão do conhecimento científico e a modernização da vida urbana, projetando a instituição, como agente ativo no desenvolvimento cultural e social. (Tonioli, 2014).

As edificações da primeira geração (1898–1928), tais como o Centro Cultural da UFRGS, revelam a força do Ecletismo, estilo que combina diferentes referências arquitetônicas, e do *Art Nouveau*, movimento com alto conteúdo romântico, que valoriza o artesanato, as cores e os revestimentos exóticos. Esses estilos refletem um período de afirmação da universidade e de diálogo com tendências internacionais. Na segunda geração de construções (1951–1964), o Campus Centro incorporou a linguagem da arquitetura moderna e do *Art Déco*. Esses estilos, correspondem a um período de crescimento econômico e de otimismo no pós-guerra, quando o país buscava afirmar sua modernidade. Nesse sentido, a arquitetura da UFRGS, não é apenas resultado de opções estéticas, mas também expressão material de um contexto histórico e de uma visão de futuro. (Tonioli, 2014).

Assim, a arquitetura das edificações do Campus Centro, revela mais do que a mudança de estilos construtivos: ela traduz a trajetória da própria Universidade, refletindo sua inserção na cidade, seu papel social e sua identidade. Preservar esses edifícios significa, portanto, resguardar não apenas formas e materiais, mas também

valores, memórias e narrativas que definem a UFRGS como espaço de produção de conhecimento e de cultura.

2.5 Zeladoria do Patrimônio Cultural

A zeladoria do patrimônio cultural, ultrapassa a noção técnica de conservação: ela representa um compromisso ético e coletivo com a preservação da memória e da identidade social. Conservar o edificado e o imaterial significa garantir a permanência de testemunhos que atravessam gerações, acolhendo diferentes sujeitos, práticas construtivas e modos de viver. Nesse sentido, a zeladoria se configura como um exercício de cuidado, capaz de articular passado, presente e futuro em uma mesma trama de significados. (Bernd; Mangan, 2017).

Mais do que um campo de ação especializado, a zeladoria assume um caráter interdisciplinar e sustentável, pois ao preservar os bens culturais, assegura também a integridade do meio ambiente e do tecido urbano. Trata-se de proteger valores materiais e simbólicos, evitando a descaracterização dos monumentos e das edificações, e garantindo que eles permaneçam como referenciais identitários para as comunidades. (Bernd; Mangan, 2017).

Segundo Rosa (2019), zelar é considerada a ação mais importante na preservação do patrimônio edificado, enquanto a restauração deveria ser considerada como ato excepcional; pois deve-se zelar para não precisar restaurar. Zelar é praticar a conservação preventiva, a manutenção periódica, diagnosticar as patologias para intervenção, organizar o atendimento e vigilância contínua, utilizando critérios de conservação e restauro e obedecendo às políticas públicas de salvaguarda e proteção do patrimônio. Ela se manifesta como política pública de preservação de identidades e de culto à memória, é conservar os legados culturais e a memória. É olhar com zelo, cuidado e interesse. Consiste em ações de preservação e modos de cultuar a arte, o edificado e o imaterial.

As edificações não são apenas construções utilitárias: são testemunhos vivos da memória social. Nesse contexto, a conservação preventiva é essencial para assegurar que continuem a desempenhar seu papel cultural. Entretanto, conciliar preservação arquitetônica com novas demandas museográficas, pedagógicas ou funcionais, exige cuidado para não comprometer a autenticidade dos bens. (Coutinho, 2019).

O estado de conservação dos espaços públicos e dos edifícios, reflete não apenas sua materialidade, mas também o valor social a eles atribuído. Se o novo

encanta pela inovação, a ruína evoca a nostalgia e uma estética ligada ao passado. A verdadeira força da preservação, está em equilibrar permanência e transformação: readequar espaços sem apagar suas memórias, garantindo sua fruição no presente e sua transmissão para o futuro. (Di Mauro; Pellicciotta, 2019).

Nessa perspectiva, conservar significa mais do que manter estruturas intactas. É um ato de interpretação cultural: identificar, difundir e valorizar a singularidade dos bens, promovendo sua inserção em redes de sentido que ultrapassam a materialidade. Esse processo exige critérios rigorosos e abordagens integradas, capazes de assegurar tanto a continuidade da memória coletiva, quanto a autenticidade dos objetos e edificações. (Di Mauro; Pellicciotta, 2019).

No caso das universidades federais, de acordo com Moraes (2022), a preservação do patrimônio edificado enfrenta desafios significativos relacionados às restrições orçamentárias, à limitação de recursos humanos especializados, ao envelhecimento das edificações e à necessidade de conciliar investimentos em ensino, pesquisa e extensão com as demandas de conservação e manutenção da infraestrutura física. Soma-se a isso a predominância de ações corretivas em detrimento das manutenções preventivas, frequentemente postergadas em razão da escassez de recursos financeiros e da priorização de demandas consideradas mais urgentes. Como consequência, pequenas intervenções deixam de ser realizadas no momento oportuno, favorecendo a deterioração dos edifícios e aumentando os custos futuros de recuperação. Nesse contexto, desenvolver uma cultura de manutenção significa reconhecer a conservação preventiva como parte integrante da gestão do patrimônio público, contribuindo para a preservação da materialidade, da funcionalidade e dos valores históricos, culturais e simbólicos que esses edifícios representam.

Novais (2021) ressalta que muitas vezes as instituições públicas apresentam manifestações patológicas e enfrentam desafios diários para manter um bom estado de conservação antes do término da vida útil estimada do edifício. De acordo com o autor, isso acontece principalmente pela falta ou insuficiência de inspeções ou de manutenções periódicas, além de ações de intempéries, baixa qualidade dos materiais utilizados, mal-uso, falta de acompanhamento ou acompanhamento inadequado durante as fases do projeto. O autor destaca também que a qualidade da mão de obra, dos materiais e dos sistemas construtivos pode ficar comprometida em função dos preços baixos exigidos no processo licitatório. Complementa que as

instituições públicas enfrentam desafios diários para manter um bom estado de conservação, devido a diversos fatores, que muitas vezes são acentuados por problemas políticos ou complexidades burocráticas, que desfavorecem as obras públicas da contemplação de recursos adequados e priorizam, nos processos de licitação, o menor preço.

Segundo Bauer (2006), o patrimônio cultural constitui a base para o arquiteto e o zelador, cada um do seu modo, reordenando e interpretando os materiais da experiência histórica, fazendo as relações entre passado e presente e o trânsito entre história e memória, carregando a força da imagem e a autenticidade, muito defendida pela área preservacionista, a discussão sobre o que constitui efetivamente o patrimônio de um grupo é longa e, constantemente, e os processos de preservação seguidos pelas instituições oficiais brasileiras são criticados, pois se concentram em bens de épocas específicas da história brasileira. Enquanto isso, segue aumentando o número de visitantes aos bens culturais tombados, notadamente ligados ao turismo, pois são bastante divulgados nos meios de comunicação.

Paterman (2015), revela que as atividades de conservação de um monumento auxiliam à conservação da estabilidade de um suporte material de lembranças. Sendo, que a evidência de transformações materiais parece suscitar e não impedir o trabalho de rememoração, porque com alguma frequência, as narrativas de memória seriam desencadeadas em torno de sinais de deterioração do monumento ou de antigas ações sobre ele.

2.6 Restauração de edificações de patrimônio cultural

Entende-se por restauração, qualquer intervenção focada a dar novamente eficiência a um produto da atividade humana. A restauração, quando se tratar de obra de arte, como as obras de arquitetura, mesmo ainda que fisicamente sendo fracionada, deverá continuar a subsistir, potencialmente, como um todo em cada um de seus fragmentos, testemunhos autênticos do estado originário. (Brandi, 2004).

Segundo Brandi (2004), a restauração tem relação direta com o reconhecimento da obra de arte, na consistência física, estética e histórica, com o propósito de transmissão para o futuro. Para que essa consistência material possa durar o maior tempo possível, pesquisas e todos os esforços deverão ser empreendidos.

A restauração de edificações de patrimônio de interesse cultural é necessária para garantir a preservação dos seus valores histórico, arquitetônico e paisagístico,

como testemunho material e reintegração à vida comunitária após desuso. Tem-se o entendimento de restauração como um ato fundamentado no respeito pela materialidade e pelos aspectos documentais e formais da obra, com o objetivo final de sua conservação para transmissão para as gerações futuras. (Dias, 2023).

De acordo com Dias (2023), parte-se da hipótese de que as formulações teóricas, especialmente os princípios da teoria contemporânea da conservação-restauração, as orientações das cartas patrimoniais e a legislação são plenamente aplicáveis à restauração dos bens patrimoniais, além de necessários para uma concreta preservação que efetive a fruição aos grupos de pertencimento atuais e futuros.

Brandi (2004), cita que é possível listar três princípios, que se consolidaram ao longo da história da teoria da restauração: integração, onde deverá ser sempre fácil de se reconhecer, sendo invisível a distância, mas reconhecível quando se aproxima; matéria de que resulta a imagem, que é insubstituível só quando colaborar diretamente para a figuratividade da imagem como aspecto e não para aquilo que é estrutura. Sempre em harmonia com a instância histórica, mas com maior liberdade de ação para as estruturas portantes, por exemplo; qualquer intervenção de restauro deve facilitar eventuais intervenções futuras, não impossibilitando uma nova restauração.

Kühl (2008), diz que as ações de restauro devem ser resultado da leitura crítica da síntese entre a compreensão do caráter estético e histórico do bem como um todo, com vistas à reintegração da imagem da obra. Defende que a criação é condicionada pela preservação, ou seja, o uso de uma linguagem contemporânea para as complementações ou adições necessárias, mas sempre fundamentada na leitura do objeto na atualidade.

As bases conceituais apresentadas neste capítulo fundamentam a análise da relação entre memória social, patrimônio cultural e preservação dos edifícios históricos da UFRGS, permitindo a análise do Centro Cultural da UFRGS, ao investigar não apenas suas características arquitetônicas e seu processo de restauração, mas também as relações entre materialidade, memória, usos, preservação e resignificação. Assim, constituem o referencial para compreender de que maneira a conservação e a transformação de um edifício histórico podem contribuir para a permanência e a atualização da memória da Universidade.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esse capítulo descreve as escolhas metodológicas adotadas para essa pesquisa, como o tipo de pesquisa e delineamento da estratégia, métodos de coleta e análise de dados. Para ilustrar o caminho metodológico, a seguir apresenta-se um quadro, que informa a estratégia, a técnica de coleta de dados e de análise de forma resumida.

Quadro 6 – Ilustração do caminho metodológico utilizado

Estratégia	Técnica de Coleta de Dados	Técnica de Análise de Dados	Quantidade Coletada
Estudo documental: projetos (10), fotografias (30) e audiovisual (1)	Fichamento	Análise Temática	41
Levantamento de campo	Questionário	Análise Temática	4
Narrativa	Entrevista Semiestruturada	Análise Temática	1

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

3.1 Tipo de pesquisa e delineamento da estratégia

Quanto à abordagem, o presente estudo foi realizado por meio de uma pesquisa qualitativa, envolvendo estudo de documentos, tais como projetos (2014) e fotografias (de 2014 a 2018) e audiovisual (2023), assim como questionário (dezembro de 2025) e entrevista semiestruturada (dezembro de 2025 e janeiro de 2026) a pessoas que acompanharam essa história de conservação da Edificação do Antigo Instituto de Química, atual Centro Cultural da UFRGS, uma das edificações pertencentes ao patrimônio histórico e cultural do Campus Centro.

A escolha do método para o trabalho, está diretamente relacionada aos objetivos estabelecidos para essa pesquisa. O método que proporcionou melhores resultados para tais objetivos foi o qualitativo. Esta pesquisa qualitativa se baseou numa abordagem histórico-cultural, buscando descrever não só a aparência do objeto de estudo, mas compreender a sua essência a partir da percepção de seus membros. (Triviños, 2017).

Conforme Minayo (2007, p. 22):

Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região "visível, ecológica, morfológica e concreta", a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.

Considerando que este estudo não tem intenção de generalizar, nem de procurar regularidade, a pesquisa qualitativa torna-se mais adequada.

Após a definição do tipo de pesquisa, estabelece-se a estratégia metodológica a ser adotada. Neste estudo, optou-se pela estratégia do estudo de caso. Conforme aponta Yin (2001), o estudo de caso consiste na investigação de um fenômeno atual inserido no seu contexto. Essa abordagem é, especialmente, recomendada para a análise aprofundada de um número reduzido de situações e/ou de um caso específico, sendo, particularmente, útil quando se busca responder às questões “por que” e “como”, além de possibilitar uma compreensão qualitativa do problema investigado.

Em geral, as entrevistas podem ser estruturadas e não-estruturadas, correspondendo ao fato de serem mais ou menos dirigidas. Assim, torna-se possível trabalhar com a entrevista aberta ou não-estruturada, onde o informante aborda livremente o tema proposto; bem como com as estruturadas que pressupõem perguntas previamente formuladas. Há formas, no entanto, que articulam as duas modalidades, caracterizando-se como entrevistas semiestruturadas (Cruz Neto, 2002).

3.1.1 Unidade de análise do caso

A unidade escolhida para o estudo de caso inserida no conjunto de patrimônio histórico edificado do Campus Centro da UFRGS é o Centro Cultural (edificação do Antigo Instituto de Química Industrial) e o período escolhido para ser analisado é de 2014 a 2026 (do ano dos projetos de restauração da edificação até o ano da escrita da dissertação). A escolha dessa edificação ocorreu em razão do contato prévio da pesquisadora com a instituição, considerando a necessidade de conhecimento aprofundado do objeto de estudo para a adequada elaboração da pesquisa, bem como por se tratar do último edifício do Campus Centro a passar por uma intervenção restaurativa de grande porte, concluída em 2018.

A descrição do Centro Cultural consta na seção 2.2.1 desta dissertação.

3.2 Coleta e Análise dos Dados

Quanto aos métodos de coleta e análise de dados, foi utilizada Análise Documental e Pesquisa de Campo, por meio de aplicação de questionário anônimo a agentes institucionais, ligados ao Centro Cultural, e da narrativa através de entrevista semiestruturada a agente institucional que acompanhou a restauração da edificação.

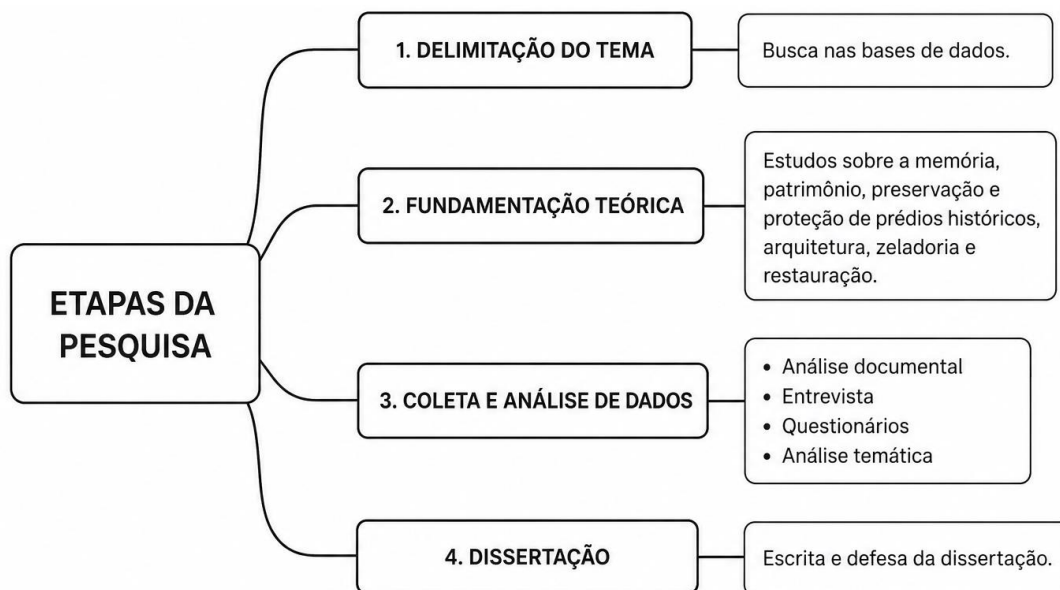
A análise documental implicou a revisão dos seguintes documentos: projetos da obra de restauração da edificação; fotografias de antes e depois da restauração e audiovisual com antigos servidores do Instituto de Química, em entrevista para o Jornal da Universidade, disponível em audiovisual.

Para a pesquisa de campo, aplicou-se um questionário anônimo digital por meio da ferramenta *Google Forms*, a fim de oportunizar o máximo possível de acessibilidade e facilidade de uso, permitindo que os respondentes preenchessem o questionário em seu próprio tempo, entre dezembro de 2025 e janeiro de 2026. Este questionário, além dos dados de identificação e contextualização necessários, traz questões abertas sobre as percepções do participante em relação ao Centro Cultural, fundamentais para o estudo do objeto. O instrumento foi respondido por quatro agentes institucionais que acompanharam o processo de conservação e/ou de restauração da edificação do Centro Cultural da UFRGS.

Adicionalmente, em dezembro de 2025 e março de 2026, um agente institucional, que acompanhou cotidianamente o processo de restauração do Centro Cultural, participou de uma entrevista semiestruturada, em substituição ao preenchimento do questionário. A entrevista permitiu complementar os dados obtidos através do instrumento, bem como registrar informações qualitativas relevantes, decorrentes de sua longa experiência de atuação no Setor de Patrimônio Histórico (SPH).

Para análise de dados, foi utilizada a análise temática, conforme Minayo (2007). As quatro principais etapas da pesquisa estão descritas na figura 21.

Figura 21 – Etapas da Pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

O público-alvo desta pesquisa é composto por indivíduos maiores de 18 anos, que participaram de forma voluntária e anônima, respondendo ao questionário sem dados sensíveis ou identificáveis e, sem risco adicional de exposição de informações.

Por precaução e compromisso ético, a realização da pesquisa e sua divulgação na dissertação e publicações científicas foi autorizada pela UFRGS, conforme modelo de termo no Apêndice B. No questionário anônimo, foi inserido no cabeçalho um modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme modelo no Apêndice C.

O questionário aplicado, está no apêndice D. Todas as respostas foram tratadas com absoluta confidencialidade, sendo utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

4 O CENTRO CULTURAL DA UFRGS NA MEMÓRIA DOS SERVIDORES

Buscando a visão dos servidores do Centro Cultural, este capítulo apresenta o ponto de vista de duas pessoas que trabalharam no Instituto de Química Industrial, antes da transferência do mesmo para o Campus do Vale e também, acompanharam essa transição (análise documental); uma entrevista semiestruturada com um agente institucional atuante na área de patrimônio histórico da UFRGS que fiscalizou a obra de restauração da edificação para transformá-la em Centro Cultural e aplicação de questionário a quatro agentes institucionais que acompanharam o processo de conservação ou de restauração da edificação, direta ou indiretamente.

4.1 Transição do Antigo Instituto de Química para o Campus do Vale

Em entrevista para o Jornal da Universidade, com antigos servidores do Instituto de Química, publicada em 30 de março de 2023, disponível em audiovisual, em sua edição 139, pode-se observar como foi a transição do Antigo Instituto de Química para o Campus do Vale.

Edison Schwarz e Regis Barlen, ambos ingressantes na UFRGS em 1974, trabalharam no prédio e acompanharam a transferência do curso para o Campus do Vale. Relatam que em julho de 1981 ocorreu a mudança, que era para ter sido antes, mas os prédios no Campus do Vale demoraram um pouco mais para ficarem prontos. A Química foi como uma “cobaia”, pois tudo era novidade, com exceção dos prédios de Filosofia e Letras e do Instituto de Ciência e Tecnologia de Alimentos. Depois da Química foi a Física, a “Geo” e a Matemática que foram para o Campus do Vale.

Edison, diz que por mais que tenha havido um planejamento, havia uma resistência em ir para o Campus do Vale, pois ninguém queria sair do Centro, onde tinha tudo. Só existia uma linha de ônibus, pegando o ônibus no centro levava 1h30min até o Campus do Vale, Edison era secretário auxiliando na transição, conseguiu um ônibus junto ao IPH, o qual se chamava “Trovão Azul”, que saía da Reitoria 7h-7h30min e fazia o transporte do retorno ao Centro às 17h. Em 2023, na época da entrevista, Regis e Edison trabalhavam no Almoxarifado do Campus do Vale.

Também, segundo o depoimento do ex-reitor Francisco Ferraz, registrado em Oliveira e Licht (2004), que exerceu a gestão entre 1984 e 1988, afirma-se que, durante a administração de Homero Jobim, foi realizada a transferência do Instituto de Química para o Campus do Vale. Tal processo ocorreu, após intensa contestação por parte de alunos e professores, que manifestaram preocupações quanto à distância

do novo campus, ao curto prazo destinado à mudança, realizada durante o período de férias e, ainda, à própria concepção de um novo campus, resistência semelhante à observada em transferências anteriores.

Nesse período de transição, registraram-se diversas dificuldades operacionais, manifestações de contestação e movimentos grevistas. Conforme o relato, a liderança universitária, diante desse cenário, não poderia limitar-se a atuar apenas como porta-voz das pressões institucionais, mas deveria demonstrar capacidade de condução estratégica, inclusive ao contrariar determinadas demandas, uma vez que projetos estruturais dessa natureza não podem ser avaliados apenas à luz das circunstâncias imediatas, exigindo tempo para que se comprovem como oportunos, pertinentes e necessários. (Oliveira; Licht, 2004).

Com o passar dos anos e, com a expansão das universidades privadas, o ex-reitor ressalta que é difícil imaginar o desenvolvimento da UFRGS, caso a instituição tivesse cedido às pressões contrárias à mudança para o novo campus. Segundo sua avaliação, o Campus Centro, não dispunha de espaço físico suficiente para a construção de novas e modernas estruturas destinadas a aulas, laboratórios, bibliotecas, oficinas, gabinetes e áreas adequadas para a guarda de acervos valiosos e o mais adequado foi a expansão das atividades e transferência desses cursos para o Campus do Vale. (Oliveira; Licht, 2004).

4.2 Entrevista semiestruturada: Visão geral

Foi realizada uma entrevista semiestruturada, com um agente institucional atuante na área de patrimônio histórico da UFRGS, nas datas 11 de dezembro de 2025 e no dia 11 de março de 2026. O agente institucional, em 11 de dezembro de 2025 ao ser entrevistado, traz uma visão geral dos fatos, reconstruindo a partir de sua trajetória profissional um panorama histórico da situação dos edifícios históricos da UFRGS, especialmente, dos anos 1990 aos anos 2000, assim como relata como foi acompanhar a restauração da edificação do Centro Cultural da UFRGS, e o que essa edificação representa para ele e para Universidade.

A análise da entrevista, realizada em 11 de dezembro de 2025, foi estruturada a partir dos seguintes eixos: memória social, patrimônio cultural, preservação e proteção dos edifícios históricos, arquitetura, zeladoria e restauração. Esta abordagem busca articular a experiência prática relatada com as bases conceituais deste estudo.

4.2.1 Memória social

O entrevistado, relembra a sua trajetória profissional, em grande parte exercida no Setor de Patrimônio Histórico (SPH), que foi criado no ano 2000, como Secretária de Patrimônio Histórico. Durante a entrevista, reconstrói, a partir de sua trajetória profissional, um panorama histórico da situação dos edifícios da UFRGS, especialmente, no período de crise financeira entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000.

Mesmo com a crise, a Instituição conseguiu restaurar diversos prédios, tais como: Chateau, Curtumes e Tanantes (Museu), Escola de Engenharia (Centenário), Química Industrial (Centro Cultural), Instituto Parobé (Mecânica), devido às políticas públicas com captação de recursos via Lei de Incentivo à Cultura Federal e Estadual, Lei Rouanet e Lei de Incentivo e Cultura do Estado e recursos de emendas parlamentares.

Sobre a memória e pertencimento ele também fala o seguinte:

É quando você utiliza, cria empatia. E quando você cria empatia, você preserva. Quando você circula nos espaços, você, naturalmente, acaba se envolvendo afetivamente com os espaços. Então, assim... Por isso também tem que ter gente dentro, circulando. Porque mais gente vai ter essa vinculação. Mas gente vai, mas em todo caso é o pertencimento. Então, assim... Quando você tem um espaço qualificado, certamente, certa, assim, absolutamente, você vai ter um melhor trato.

Ele cita também que muitas vezes a transmissão da memória e do conhecimento foi se perdendo com o passar do tempo:

Raro concurso de 89. Aí depois o pessoal começou a ingressar em 2009. Foram 20 anos de vazio. Esse foi um grande problema da UFRGS. O pessoal mais antigo foi envelhecendo. Ou se aposentando, ou morrendo. E não... Foram 20 anos sem concurso. Não chegaram a passar o bastão [...].

Observa-se que suas narrativas permitem identificar aspectos das experiências e dos sentidos atribuídos à trajetória institucional e às práticas de preservação do patrimônio, ao relatar processos, decisões administrativas e intervenções técnicas. Dessa forma, pode-se afirmar a partir da leitura de Pollak (1989), que o depoimento permite acessar os sentidos atribuídos pelo entrevistado às suas experiências, reforçando o sentimento de pertencimento, e a valorização da atuação técnica na preservação do patrimônio.

4.2.2 Patrimônio Cultural

No que se refere a Patrimônio Cultural, o entrevistado demonstra grande compreensão do valor histórico, arquitetônico e simbólico das edificações. Os edifícios históricos, da primeira geração do Campus Centro, são reconhecidos como bens de alto valor cultural, não somente pela sua antiguidade (mais de cem anos das suas construções), mas por sua representatividade institucional e qualidade arquitetônica.

Ele considera que cada edifício possui a sua história, com características e significados próprios:

Mas os outros, cada um tem a sua história, cada um tem a sua particularidade.

E continua sobre a autenticidade:

Vai contar a história quando ele era assim, ou tu vai contar a história quando ele era assim? Qual é a tinta que tu vai usar quando ele era assim ou quando ele era assim? Se eu fizer um prédio que é assim, com a pintura quando ele era assim, tu não está fazendo a autenticidade... Tem uma história em cima disso aí que fala exatamente sobre isso. Resumindo, tinha um barco, era o Teseu. O barco do Teseu apodrecia a madeira. Ele ia no estaleiro, lá que ele usava, lá na cidade dele, e o cara trocava uma tábua. Ele saía navegar. Aí passavam dois anos e tinha duas peças lá que estavam botando água. Ele ia no estaleiro, o cara tirava as duas peças e trocava. Só que o cara não botava fora. Aí, depois de não sei quantos anos na mitologia, o armador dele lá já tinha trocado todas as peças. Então o barco do Teseu era todo novo. E ele tinha o barco do Teseu com as peças originais. Porque ele guardou. Porque ele guardou. Aí a pergunta é qual é o barco do Teseu? O barco que o Teseu usa para viajar ou o resultante das madeiras que foram substituídas.

Esse trecho, associado à metáfora do Barco de Teseu, pode ser utilizado para discutir a permanência da identidade patrimonial mesmo diante da substituição, transformação e adaptação de partes do edifício.

Quer dizer, o que é o contrapé inicial pode ser um aumento posterior. Principalmente quando tu pega engenharia. Engenharia tinha dois pavimentos. Agora ela tem três, fizeram um pavimento mais. E ficou tão igual? Não, e ficou muito melhor. Esse prédio aqui da Química ficou muito melhor. Ele era um cachotinho e agora ele tem mais base. Ele está mais... Ele melhorou a arquitetura dele.

Destaca-se a atribuição de valor elevado ao conjunto de edificações, especialmente, ao atual Centro Cultural da UFRGS, considerado pelo entrevistado, como um dos edifícios mais importantes da Universidade.

A UFRGS, com seu expressivo conjunto arquitetônico, recebeu premiações tais como o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade concedido pelo IPHAN, por seu projeto de restauração e requalificação e o prêmio internacional Rainha Sofia, voltado à preservação do Patrimônio Cultural.

4.2.3 Preservação e proteção dos prédios históricos da UFRGS

A análise da entrevista evidencia que, no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, parte significativa do conjunto de edifícios históricos da Universidade encontrava-se em condições precárias de conservação, com problemas que comprometiam a utilização de algumas edificações. Mas, por meio da implementação de estratégias de captação de recursos, especialmente, através de leis de incentivo à cultura e utilização de verbas parlamentares, houve uma mudança significativa no quadro de conservação do patrimônio edificado da Universidade, conforme podemos observar no trecho da entrevista:

Então, assim, estava realmente muito, muito, muito precária a situação. E com esses recursos, nós começamos a trabalhar.

Nesse contexto, observa-se a importância de instrumentos de política pública e órgãos com políticas de preservação como o IPHAN. No início do Projeto Resgate, em 1998, foi decidido que em função da natureza dos edifícios, que haveria uma mudança da função, que os prédios do Campus Centro receberiam, preferencialmente, funções vinculadas à área cultural, com a retirada na medida do possível dos laboratórios, pelo impacto que eles provocam (produtos químicos liberados nas experiências reagem negativamente com os elementos da edificação histórica), e pela necessidade de infraestrutura e instalações modernas que não são compatíveis com a natureza dos edifícios antigos.

Nesse contexto, consolidou-se a proposta de transformar o Campus Centro em um espaço predominantemente voltado à produção intelectual, à cultura e às atividades acadêmicas relacionadas às ciências humanas, às artes e à difusão do conhecimento. Com a permanência da Faculdade de Direito no Campus Centro e a transferência gradual do Instituto de Ciências Básicas da Saúde (ICBS) para o Campus da Saúde, tornou-se possível a redefinição dos usos das edificações históricas. Paralelamente, o Instituto de Artes passou a ocupar parte das instalações anteriormente utilizadas pelo ICBS, contribuindo para a atribuição de novos

significados aos espaços universitários. Segue o trecho em que o entrevistado fala sobre a preservação associada ao uso:

Em função da natureza dos edifícios, que haveria uma mudança de função [...] de que os prédios do campo centro receberiam, preferencialmente, funções vinculadas à área cultural, a retirada, esvaziamento, na medida do possível, de laboratórios, por dois motivos, primeiro, pelo impacto que eles provocam, e segundo, pela necessidade de infraestrutura, de instalações, que basicamente são incompatíveis com a natureza dos edifícios antigos.

Essa mudança representou também uma transformação simbólica na identidade das edificações. Ambientes, anteriormente, destinados a atividades laboratoriais, que envolviam o uso de substâncias químicas potencialmente nocivas e deixaram vestígios de contaminação em alguns elementos construtivos, passaram a ser concebidos para atividades culturais, artísticas e de convivência acadêmica, conforme trecho da entrevista:

O laboratório do Instituto de Química, que tinha o pavimento térreo do químico industrial, o centro cultural, era extremamente nocivo, as paredes extremamente contaminadas de sais, então é uma utilização incompatível.

Nesse processo, os recursos do Programa Monumenta, iniciativa federal voltada à recuperação e à requalificação de áreas centrais históricas em diversas cidades brasileiras, somados a recursos próprios da Universidade e à outras fontes de financiamento, possibilitaram a restauração e a requalificação do antigo Instituto de Química. A intervenção permitiu a preservação das características históricas da edificação e sua adaptação para abrigar o atual Centro Cultural da UFRGS, ampliando sua função social e cultural junto à comunidade universitária e à sociedade.

O entrevistado também discorreu sobre um conceito muito importante para a preservação: subutilização x superutilização”, onde defende que o prédio histórico não deve ser nem abandonado nem submetido a uma intensidade de uso incompatível com sua materialidade:

Prédio subutilizado, ele tende ao sucateamento. E um prédio superutilizado, tende à ruína. [...] Ele precisaria ter um uso não muito intenso, mas um pouco mais intenso. Porque aí tu tem mais circulação, tu tem mais arejado, tu tem mais limpeza.

Quanto à gestão institucional do patrimônio, defende que a Prefeitura Universitária trabalhe em conjunto com o Setor de Patrimônio Histórico (SPH):

Eu sempre defendi que não deveria haver a Prefeitura do Campo Centro e a SPH, que deveria de alguma forma isso ser organizado, ser juntado e trabalhar realmente em conjunto, seja mantendo corpos separados, mas assim que houvesse uma integração.

O Centro Cultural, também despontou da necessidade de ampliar os espaços intermediários, destinados à realização de eventos, congressos e seminários, constituindo-se, ainda, como complemento físico e funcional da Reitoria, fortalecendo a interação da Universidade com a comunidade. Essa finalidade é igualmente registrada nas Especificações Técnicas da Obra de Restauração (UFRGS, 2014), que apontam a necessidade de restauração integral da edificação, bem como sua adequação às exigências legais, de modo a viabilizar seu uso como Centro de Eventos complementar ao Salão de Atos. Contudo, a entrevista também evidenciou fragilidades institucionais, como a descontinuidade de políticas de preservação, e as dificuldades de captação de recursos, revelando a dependência desses processos em relação aos contextos políticos e administrativos.

4.2.4 Arquitetura das edificações da UFRGS

O entrevistado descreve a arquitetura das edificações, identificando suas características tipológicas, construtivas e estilísticas dos edifícios, destacando-se a transição entre diferentes linguagens arquitetônicas e a singularidade de determinadas edificações. Além disso, enfatiza aspectos como proporção de vãos, sistemas estruturais e materiais utilizados, evidenciando elevado conhecimento da arquitetura das edificações da UFRGS.

Sobre a edificação ele também fala o seguinte:

Ele é equilibrado, ele tem as quatro fachadas, as quatro fachadas são elegantes, ele tem uma imponência, aquela escada dele, é o prédio mais monumental, enfim, claro, ele é uma ampliação, ele originalmente não tinha esse tamanho, mas ele, então assim, ele é extremamente formalmente, plasticamente, e em termos de arquitetura ele é extremamente valioso para a universidade.

É um edifício que tem cem anos e ele é contemporâneo porque ele está qualificado com tecnologia. Acho que talvez seja o mais bem qualificado com tecnologia.

A percepção do entrevistado, acerca do atual Centro Cultural da UFRGS, evidencia atributos de monumentalidade, imponência e valor arquitetônico que dialogam com a literatura sobre o patrimônio edificado da Universidade. Ao destacar a elegância das quatro fachadas, a imponência da escadaria e a relevância formal e

plástica da edificação, o depoimento reforça sua expressividade arquitetônica e seu valor simbólico no conjunto institucional:

Ele é um exemplar muito, muito, de muito valor, arquitetônico, ele tem uma característica muito diferente da grande maioria dos prédios, que é aquilo que eu comentei contigo, que é aquele momento de passagem entre pequenos vãos, pequenas aberturas, grandes painéis de fechamento. Ele está na transição disso ali e isso dá ele uma expressividade muito diferente de todos os outros prédios.

Essa leitura encontra respaldo em Weimer (1993), ao apontar que a monumentalidade presente nos edifícios da primeira geração da UFRGS, marcada pela transgressão da escala humana, expressava valores vinculados ao autoritarismo e ao ideário positivista que caracterizaram a formação republicana rio-grandense.

Ao mesmo tempo, ao afirmar que se trata de “um edifício que tem cem anos e é contemporâneo, porque está qualificado com tecnologia”, o entrevistado evidencia a existência entre preservação histórica e atualização funcional, aspecto que também se relaciona às observações de Pinto e Buffa (2009), para quem o Campus Centro, reúne algumas das edificações mais exuberantes e significativas em termos arquitetônicos no contexto universitário brasileiro, constituindo um conjunto raro cuja preservação e restauração, têm assegurado a permanência de seus valores históricos e culturais. Nesse sentido, a fala evidencia que o Centro Cultural concentra, simultaneamente, valor arquitetônico, memória da instituição e capacidade de adaptação ao presente, reforçando o papel da arquitetura como componente essencial do patrimônio cultural.

Ao tratar do edifício do atual Centro Cultural, o entrevistado destaca sua relevância para a memória da Universidade, ressaltando sua localização privilegiada em frente ao Parque Farroupilha, a elegância das quatro fachadas, sua imponência arquitetônica e a monumentalidade da escadaria. Também, chama atenção para suas características construtivas, observando que, por ter sido inaugurado em 1926, a edificação pertence a um período intermediário da arquitetura institucional, no qual os vãos abertos e as esquadrias, passam a apresentar proporções maiores em relação aos vãos fechados, conferindo leveza e iluminação à edificação. Essa percepção evidencia que o edifício reúne atributos arquitetônicos, históricos e simbólicos que ultrapassam sua materialidade e reforçam sua representatividade.

Relata que a ideia no pavimento térreo do Centro Cultural, era além da cafeteria (que não retornou após a pandemia), ter o Setor de Patrimônio Histórico (SPH) e um Memorial dos Prédios Históricos da UFRGS, com inclusive guarda de acervo, porém por escolhas dos gestores, o SPH não foi para lá após a restauração da edificação e o Memorial também não foi criado.

4.2.5 Zeladoria do Patrimônio Cultural

A entrevista evidencia que a ausência de manutenção preventiva das edificações contribui significativamente, para a degradação das edificações, isso ocorreu por exemplo, no Centro Cultural antes da restauração de 2018. Problemas como: infiltrações, ataques de cupins e deterioração de materiais são recorrentes, indicando falhas na zeladoria do patrimônio.

Ressalta a importância que o zelador da edificação, seja alguém com conhecimento na área de conservação de edificações:

E sempre defendi a existência da zeladoria, de um zelador, mas que fosse uma pessoa qualificada para perceber.

E para ele, a edificação ainda está sendo utilizada menos que deveria, pois:

Ele é um destaque dentro da universidade, a utilização que foi dada para ele, é uma utilização também muito boa, ele tem um grande potencial, ocorrem alguns eventos, mas falta coisa lá dentro, devia ter muito mais, ele foi pensado para ser mais do que ele é, ele foi pensado para estar cheio de seminário, para estar cheio de eventos, até um pequeno congresso cabe ali dentro, e isso não está acontecendo porque ele é um centro cultural, ele não é um centro de eventos, se ele fosse um centro de eventos, ele teria mais utilização, ele seria mais aberto, mas centro cultural aí fica só mais uma exposição aqui, uma exposição ali, um recital de piano uma vez por mês ...

O entrevistado ressalta que a falta de conservação preventiva, resultou na necessidade de intervenções mais complexas e onerosas na edificação, como a restauração. Dessa forma, reforça-se a importância da manutenção contínua e preventiva, como estratégia essencial à preservação do patrimônio cultural, evidenciando a necessidade de políticas institucionais mais eficazes e permanentes voltadas à conservação do patrimônio edificado. Ressalta então a necessidade de uma conservação continuada na madeira:

Quando tu faz uma intervenção deste nível, tu acaba tendo que voltar a cena em um intervalo menor de tempo, porque tu vai legar o prédio, que tem uma escada de madeira, tu vai deixar um pouco de cupim naquela estrutura, tu não tem como atingir, então tu vai tratar, retratar, retratar. Aí tu precisa começar a fazer uma conservação frequente.

Esse entendimento dialoga com Rosa (2019), para quem zelar constitui a ação mais importante no campo da preservação. Segundo a autora, a zeladoria envolve práticas de conservação preventiva, manutenção periódica, diagnóstico de patologias, planejamento das intervenções e acompanhamento contínuo, sempre orientados por critérios técnicos de conservação e restauro e articulados às políticas públicas de salvaguarda. Nessa perspectiva, os desafios apontados pela pesquisa, quanto à continuidade das ações de preservação evidenciam que o cuidado permanente com o patrimônio não se restringe ao campo técnico, mas representa, também, uma política institucional de valorização da memória e das identidades, assegurando a permanência dos bens culturais e sua transmissão às futuras gerações.

4.2.6 Restauração de edificações de patrimônio cultural

No campo da restauração, a entrevista apresenta uma abordagem técnica consistente, alinhada aos princípios estabelecidos em documentos internacionais como a Carta de Veneza. O entrevistado destaca o princípio da intervenção mínima e a priorização da conservação, ainda que reconheça as limitações impostas pela realidade brasileira.

Comenta sobre a preservação das esquadrias de madeira, mesmo com a necessidade de instalação de esquadrias de pvc com isolamento acústico:

Então nós trabalhamos com esquadrias sobrepostas, porque se nós fôssemos trabalhar nas esquadrias de madeira, nós íamos destruir as esquadrias de madeira e descaracterizar totalmente. Então nós mantivemos as esquadrias, elas permanecem, foram recuperadas onde havia necessidade, mas por dentro nós estampamos esquadrias de PVC com vidro duplo.

São descritas diferentes estratégias de intervenção, que variam entre abordagens conservadoras, mistas e radicais, conforme o grau de deterioração das edificações. Também, são mencionadas soluções técnicas específicas, como substituição de estruturas, controle de umidade e restauração de elementos arquitetônicos. Comenta como foi a restauração no Centro Cultural:

Então foi um trabalho misto, foi uma obra que foi sempre no limite, tentando sempre fazer a menor intervenção, mas em algum momento fazendo intervenções maiores. Então foi um intermediário.

Importante destacar a adaptação dos princípios teóricos às condições locais, especialmente no que se refere às limitações orçamentárias e às especificidades dos edifícios históricos brasileiros. Segue um quadro comparativo de análise da entrevista.

Quadro 7 – Comparativo de Análise da Entrevista.

Categoria	Evidências na Entrevista	Interpretação Analítica	Referencial Teórico
Memória Social	Relatos detalhados sobre a situação dos prédios desde os anos 1990; descrição de experiências profissionais; reconstrução de processos da instituição.	A entrevista articula a memória individual e coletiva, contribuindo para a construção da memória da Instituição.	Halbwachs (2006), Candau (2014), Assmann (2011), Assmann (2016), Pollak (1989)
Patrimônio Cultural	Reconhecimento do valor dos edifícios de patrimônio cultural; valorização arquitetônica e simbólica; destaque para o Centro Cultural.	O entrevistado compreende o patrimônio como bem coletivo; há consciência patrimonial.	Candau (2014), Fonseca (2005), Gonçalves (2015) Zamin (2006)
Preservação e Proteção	Descrição de estado crítico com ruína e interdições; uso de leis de incentivo e políticas públicas; captação de recursos.	Dependência de políticas públicas e articulação política; descontinuidade institucional com troca de reitores e governos; fragilidade na continuidade.	Ungaretti (2013), Oliveira (2007), Oliveira (2017), Rabello (2009), Tonioli e Souza (2023), UFRGS (2021), UFRGS (2022)
Arquitetura das edificações	Identificação de estilos, materiais e técnicas; comparação entre os prédios históricos; análise de tipologias e proporções.	A arquitetura é entendida como valor cultural e sistema construtivo.	Pinto; Buffa (2009), Weimer (1993), Monteiro (1995), Tonioli (2014)
Zeladoria do Patrimônio	Relatos de degradação por falta de manutenção preventiva, problemas com infiltração, cupins e estruturas comprometidas.	Falhas na conservação preventiva; ausência de manutenção no tempo certo leva a intervenções mais complexas e onerosas.	Bernd; Mangan (2017), Rosa (2019), Coutinho (2019), Di Mauro; Pellicciotta (2019), Moraes (2022), Bauer (2006), Paterman (2015)
Restauração	Descrição das Técnicas (substituição estrutural, controle de umidade, restauro) e distinção entre os tipos de intervenção.	Intervenção mínima, quando possível, adaptada à realidade brasileira.	Brandi (2004), Dias (2023), Kühl (2008)

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A restauração desta edificação está descrita em detalhes por meio das fotos contidas no item 4.3 a seguir.

4.3 Entrevista semiestruturada: Registros fotográficos antes e depois da restauração

No dia 11 de março de 2026 (parte 2), o entrevistado realizou a apresentação e descrição detalhada de cada fotografia, descrevendo cada etapa da restauração da edificação, contemplando os registros anteriores e posteriores, ao processo de restauração. Através dos registros fotográficos a seguir, de acervo do SPH, conseguiu-se reproduzir a situação da edificação antes do início da obra de restauração e depois com a edificação restaurada para ser utilizada como Centro Cultural da UFRGS.

Observa-se que, anteriormente à restauração, a edificação apresentava significativo estado de deterioração, evidenciado pelo comprometimento do madeiramento, presença de cupins e infiltrações nas paredes. O pavimento térreo encontrava-se em nível inferior ao da rua, favorecendo a entrada de águas pluviais no interior do edifício. Identificaram-se ainda, intervenções posteriores à construção original, como a inserção de mezanino e banheiros, bem como alterações no telhamento, incluindo a instalação de telhas transparentes com o intuito de impedir a entrada de morcegos.

Além disso, verificaram-se aberturas e chaminés em desuso, degradação do forro, dos pisos internos em madeira e do ladrilho externo, bem como das fachadas, escadas e esquadrias. Constatou-se também a realização de adaptações inadequadas nas janelas para instalação de aparelhos de ar-condicionado, a presença de lajes com armaduras expostas e instalações elétricas em condições precárias. Somam-se a esses problemas as esculturas danificadas, vidros pintados, corredores modificados e estreitados, além do avançado estado de degradação dos revestimentos. Seguem fotos do local antes e depois da restauração.

Figura 22 – Madeiramento com cupim (esq.) e substituição por vigas de aço (dir.)



Fonte: foto esquerda (SPH, 2015); foto direita (SPH, 2016).

Figura 23 – Infiltrações nas paredes (esq.) e revestimento recuperado (dir.)



Fonte: foto esquerda (SPH, 2015); foto direita (SPH, 2018)

Figura 24 – Primeiro pavimento mais baixo do que o entorno (esq.) e desnível alterado (dir.)



Fonte: foto esquerda (SPH, 2015); foto direita (SPH, 2018).

Figura 25 – Alterações não originais da edificação (esq.), alterações desfeitas (dir.)



Fonte: foto esquerda (SPH, 2015); foto direita (SPH, 2016).

Figura 26 – Telhamento com estrutura de madeira (esq.) substituído por estrutura metálica (dir.)



Fonte: foto esquerda (SPH, 2015); foto direita (SPH, 2016).

Figura 27 – Aberturas não utilizadas desde a ampliação, presentes nas duas antigas laterais (esq.), vão fechados (dir.)



Fonte: foto esquerda (SPH, 2015); foto direita (SPH, 2018).

Figura 28 – Forro deteriorado (esq.) e novo (dir.)



Fonte: foto esquerda (SPH, 2015); foto direita (SPH, 2018).

Figura 29 – Piso danificado (esq.) e piso novo (dir.)



Fonte: foto esquerda (SPH, 2015); foto direita (SPH, 2018).

Figura 30 – Fachada deteriorada (esq.) e fachada restaurada (dir.)



Fonte: foto esquerda (SPH, 2015); foto direita (SPH, 2018).

Figura 31 – Esquadrias danificadas (esq.) e restauradas (dir.)



Fonte: foto esquerda (SPH, 2015); foto direita (SPH, 2018).

Figura 32 – Piso externo danificado (esq.) e substituído (dir.)



Fonte: foto esquerda (SPH, 2015); foto direita (SPH, 2018).

Figura 33 – Escada deteriorada (esq.) e escada restaurada (dir.)



Fonte: foto esquerda (SPH, 2015); foto direita (SPH, 2018).

Figura 34 – Esculturas danificadas (esq.) e recuperadas (dir.)



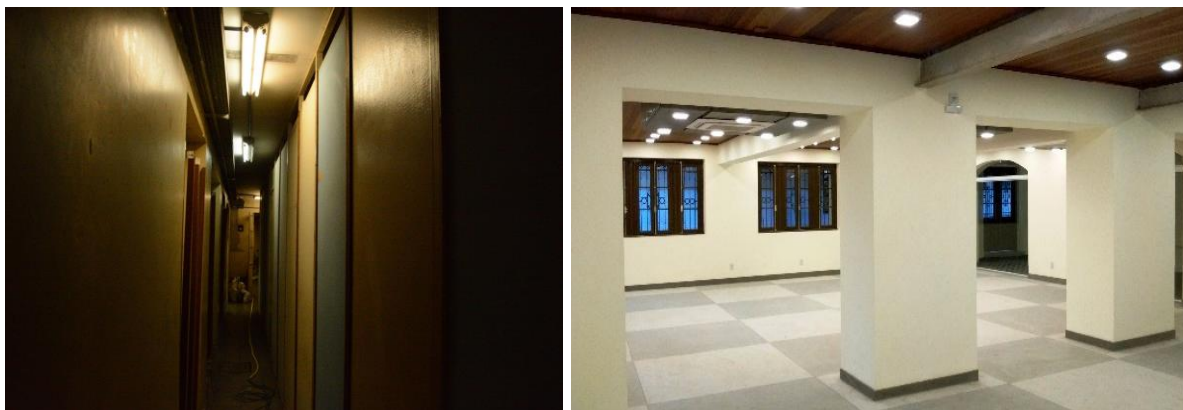
Fonte: foto esquerda (SPH, 2015); foto direita (SPH, 2017).

Figura 35 – Vidros pintados (esq.) e vidros transparentes (dir.)



Fonte: foto esquerda (SPH, 2015); foto direita (SPH, 2018).

Figura 36 – Corredores estreitos (esq.) e amplos (dir.)



Fonte: foto esquerda (SPH, 2015); foto direita (SPH, 2018).

Após três anos de obra (2015-2018), realizada pela empresa Megatron Engenharia Ltda., vencedora da licitação, que teve como objeto: “Contratação de empresa para Restauração do Prédio do Antigo Instituto de Química Industrial – Prédio Nº 12.109, no Campus Centro”, o prédio do Instituto de Química passa a abrigar o Centro Cultural da UFRGS.

Devido à proximidade com o túnel da Conceição, e o grande fluxo de carros próximo ao local, a edificação necessitava de condicionamento acústico, então com a restauração foram mantidas as esquadrias de madeira, recuperadas onde havia necessidade e, por dentro, instaladas esquadrias de PVC com vidro duplo. Foi também instalado ar condicionado central, foram substituídas as estruturas de madeira por estruturas de aço, executado subtelhado de aluzinco, que descarrega dentro das calhas que foram aumentadas, devido ao prédio estar nas margens do Parque Farroupilha e aos plátanos que enchem de folhas no outono.

Como optou-se por manter a escadaria monumental, construída com pedras talhadas, justapostas sem fechamento entre os degraus, infiltrava água na parede atrás da escada. Como a impermeabilização deste local, demandava de recursos muito altos que não estavam disponíveis no momento, optou-se por conviver com a umidade, instalando-se ali um painel móvel sobre a parede com infiltração, que foi utilizado como quadro para pintura de giz.

Com a restauração, conseguiu-se atendimento às leis de acessibilidade, tais como banheiros acessíveis, linguagem de identificação das salas e mapa de localização em braile, instalação de elevador; iluminação com led; atendimento dos critérios de Prevenção contra incêndios; restauração de uma das escadas de madeira e outra substituída por escada metálica.

4.4 Aplicação de questionário

Foram selecionados quatro agentes institucionais, que acompanharam o processo de conservação e/ou de restauração da edificação, direta ou indiretamente, para essa coleta de dados por meio de questionário.

Para fins de contextualização da pesquisa, as primeiras análises incluem contextualização do vínculo dos entrevistados com a UFRGS, posteriormente, as questões resultarão em análises qualitativas.

A seguir, apresentam-se os dados dos entrevistados para esta pesquisa.

Quadro 8 – Contextualização dos entrevistados (perguntas 1.1 a 1.3)

Respondente do questionário	Vínculo com a UFRGS (pergunta 1.1)	Período total de anos que está ou esteve vinculado à UFRGS (pergunta 1.2)	Ano que entrou e saiu de cada vez em cada vínculo com a UFRGS (pergunta 1.3)
1	Prefeito(a) ou ex-prefeito(a) UFRGS	11 a 20 anos	1993 - 1998 Aluno(a) e 2013 - 2025 Servidor(a)
2	Engenheiro(a)	21 a 30 anos	2000 A 2005 como aluno(a) de graduação de engenharia civil, 2005 a 2007 como aluno (a) de mestrado e 2009 até agora como servidor(a)
3	Estudante ou ex-estudante da UFRGS, Funcionário(a) Técnico(a)-Administrativo (a) ou ex-funcionário(a), Chefe ou diretor(a) de Unidade	Mais de 30 anos	Como estudante de graduação entre 1982-1985 e 1987-1992; como servidor(a) técnico administrativo(a) de 1989 até agora e como estudante de pós-graduação entre 2015-2018
4	Arquiteto(a), Funcionário(a) Técnico (a)-Administrativo (a) ou ex-funcionário(a)	11 a 20 anos	2010 até hoje

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

No quadro seguir a origem teórica de cada pergunta do questionário é apresentada.

Quadro 9 – Perguntas e embasamento teórico (perguntas 2.1 a 5.1)

N.	Pergunta	Assunto	Embasado nos autores
2.1	Indique seu nível de concordância com a seguinte afirmação: Conheço a história do edifício que abriga o Centro Cultural?	Conhecimento e percepção sobre o edifício	—

N.	Pergunta	Assunto	Embasado nos autores
2.2	Indique seu nível de concordância com a seguinte afirmação: O edifício do Centro Cultural é importante para a memória da Universidade.	Memória	Halbwachs (2006), Candau (2014), Assmann (2011), Assmann (2016), Pollak (1989)
2.3	O prédio do Centro Cultural tem valor como patrimônio cultural.	Patrimônio	Candau (2014), Fonseca (2005), Gonçalves (2015), Zamin (2006)
3.1.	Você já participou de alguma atividade ou evento no Centro Cultural?	Percepção sobre o Centro Cultural e suas Atividades	—
3.2.	Caso tenha participado, de qual atividade você já participou?	Percepção sobre o Centro Cultural e suas Atividades	—
3.3.	Como você avalia a relevância dessas atividades para a vida universitária?	Percepção sobre o Centro Cultural e suas Atividades	—
3.4.	Escreva 5 características que vêm em sua mente quando você lembra do Centro Cultural da UFRGS:	Percepção sobre o Centro Cultural e suas Atividades	—
3.5.	Se você esteve envolvido na restauração da edificação transformando-a de Instituto de Química em Centro Cultural, quais as maiores dificuldades enfrentadas?	Restauração	Brandi (2004), Dias (2023) Kühn (2008)
3.6.	Pense uma história ou episódio inesquecível que você vivenciou no Centro Cultural da UFRGS. Quando isso ocorreu? Relate como foi.	Memória	Halbwachs (2006), Candau (2014), Assmann (2011), Assmann (2016), Pollak (1989)
4.1.	O que o edifício do Centro Cultural representa para você e para a universidade?	Identidade	Candau (2014)
4.2.	Quais sugestões você daria para melhorar a preservação e a utilização do espaço?	Zeladoria	Bernd; Mangan (2017), Rosa (2019), Coutinho (2019), Di Mauro; Pellicciotta (2019), Moraes (2022), Bauer (2006), Pateman (2015)
4.3.	Você acredita que o patrimônio arquitetônico influencia no sentimento de pertencimento à universidade? Por quê?	Patrimônio	Candau (2014), Fonseca (2005), Gonçalves (2015) e Zamin (2006)
5.1.	Gostaria de acrescentar algum comentário sobre memória, patrimônio, identidade, restauração e zeladoria relacionados ao edifício?	Memória, patrimônio, identidade, restauração e zeladoria	Halbwachs (2006), Assmann (2011), Assmann (2016), Pollak (1989); Candau (2014), Fonseca (2005), Gonçalves (2015) Zamin (2006); Brandi (2004),

N.	Pergunta	Assunto	Embasado nos autores
5.1.	Gostaria de acrescentar algum comentário sobre memória, patrimônio, identidade, restauração e zeladoria relacionados ao edifício	Memória, patrimônio, identidade, restauração e zeladoria	Dias (2023) Kühl (2008); Bernd; Mangan (2017), Rosa (2019), Coutinho (2019), Di Mauro; Pellicciotta (2019), Moraes (2022), Bauer (2006), Paterman (2015)

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

4.4.1 Perfil dos respondentes

Essa subseção apresenta as análises das questões de 1.1 a 1.3. Como se pode observar no quadro anterior, com a contextualização dos respondentes, considerando que a questão permitia a seleção de mais de uma alternativa, verifica-se que a maioria dos participantes já desempenhou mais de uma função na UFRGS. Dos 4 respondentes, 3 assinalaram múltiplas opções, totalizando 7 respostas para essa questão. Observou-se que um dos participantes foi estudante e, posteriormente, retornou à universidade para desempenhar outra função. De modo semelhante, percebe-se que um dos respondentes que exerceu cargo de chefia ou direção de Unidade, também atuou como servidor técnico-administrativo.

Destaca-se que essa multiplicidade de vínculos, proporciona um enriquecimento qualitativo da pesquisa, uma vez que possibilita o acesso a memórias de indivíduos, que vivenciaram a instituição sob diferentes perspectivas. Dessa forma, torna-se possível reunir narrativas que articulam uma memória coletiva (Halbwachs, 2006) da instituição, a partir de múltiplos olhares. Observa-se, que todos os respondentes possuem, no mínimo, 11 anos de vínculo com a instituição, configurando um período de permanência significativo e, portanto, constituindo-se em achados relevantes para esta pesquisa de memória social.

Destaca-se que, por se tratar de uma instituição pública em que o ingresso profissional ocorre por meio de nomeação após aprovação em concurso, há a possibilidade de estabilidade funcional, o que tende a favorecer vínculos mais duradouros, conforme o interesse tanto da instituição quanto do servidor.

A partir das respostas obtidas na questão aberta (1.3), quanto aos períodos em que o respondente esteve ou está vinculado (a) à UFRGS (ano em que entrou e saiu de cada vez em cada vínculo com a UFRGS), observa-se uma alternância de sua trajetória profissional, com períodos de formação acadêmica na UFRGS, tanto em

nível de graduação quanto de pós-graduação. Destaca-se, que apenas um participante declarou nunca ter estudado na instituição.

Isto sugere, uma possível inconsistência no preenchimento da questão 1.1, uma vez, que nem todos os respondentes parecem ter indicado todos seus vínculos com a UFRGS, mas que na questão aberta 1.3 puderam expor com mais detalhamento todos os seus envolvimento, sendo que tal aspecto deve ser considerado na análise dos dados.

4.4.2 Conhecimento e percepção sobre o edifício

Para as próximas questões, a coleta de dados utilizou escala do tipo Likert, permitindo mensurar o grau de concordância dos participantes em relação às assertivas apresentadas. Enquanto pesquisava atitudes humanas, Likert (1932) propôs uma escala de atitude que mede as respostas, constituída por cinco níveis que variam da total discordância até a total concordância sobre determinada afirmação. Atribuindo valores numéricos a cada nível, o método permite quantificar opiniões e, sentimentos de forma consistente e confiável.

A interpretação de questionários baseados na Escala Likert envolve transformar as respostas ordinais (como “concordo” ou “discordo”) em dados quantitativos para identificar tendências, níveis de satisfação e opiniões majoritárias. A escala de 5 pontos é a mais comum, permitindo um ponto central neutro.

A questão 2.1 (figura 37), foi respondida por quatro participantes, utilizando uma escala de Likert de cinco pontos, variando de 1 (Discordo totalmente) a 5 (Concordo totalmente). Os resultados indicam que três respondentes assinalaram a opção “4 – Concordo”, enquanto um respondente selecionou a opção “5 – Concordo totalmente”. Não houve marcações nas alternativas “1 – Discordo totalmente”, “2 – Discordo” ou “3 – Neutro”.

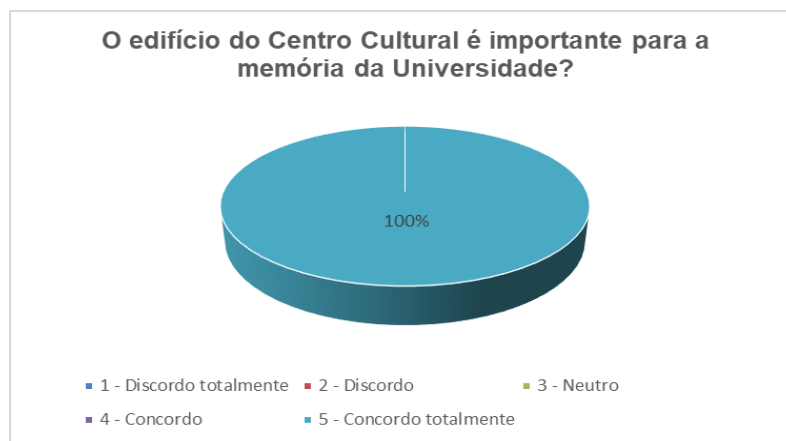
Figura 37 – Gráfico – Conhecimento da história do edifício



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Já para as questões 2.2 (figura 38) e 2.3 (figura 39), os resultados indicam que os quatro respondentes assinalaram a opção “5 – Concordo totalmente”.

Figura 38 - Gráfico - A importância do Centro Cultural para a Memória da UFRGS



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Figura 39 - Gráfico – O prédio do Centro Cultural tem valor como patrimônio cultural?



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Esses dados revelam um alto nível de concordância, em relação ao conhecimento da história do edifício que abriga o Centro Cultural, quanto à importância do prédio para a memória da Universidade e ao valor do prédio como patrimônio cultural. Isso evidencia que todos os sujeitos envolvidos na pesquisa possuem vínculo institucional e conhecimento prévio, acerca do patrimônio arquitetônico, o que pode estar relacionado à atuação direta ou indireta desses agentes no processo de preservação, conservação ou utilização do espaço.

Além disso, a predominância das respostas nas categorias superiores da escala (4 e 5) evidencia uma tendência positiva e homogênea entre os participantes, sem ocorrência de posicionamentos neutros ou discordantes. Esse resultado, reforça a percepção de que o edifício é reconhecido não apenas em sua dimensão física e funcional, mas um lugar cuja trajetória histórica é conhecida, compartilhada e valorizada pelos envolvidos.

Tal percepção dialoga com Pinto e Buffa (2009), ao destacarem que é no Campus Centro da UFRGS que se concentram as edificações reconhecidas como patrimônio histórico, cuja relevância ultrapassa a dimensão funcional e assume forte significado identitário. Trata-se de um espaço em que arquitetura, memória e vida acadêmica se entrelaçam, constituindo um patrimônio cultural de elevado valor simbólico. Nesse contexto, o reconhecimento atribuído ao atual Centro Cultural pelos participantes, evidencia sua importância na preservação da memória universitária e na consolidação do sentimento de pertencimento e identidade da instituição.

4.4.3 Percepção sobre o Centro Cultural e suas Atividades

A partir da questão 3.1 (gráfico 6), podemos perceber que a totalidade dos respondentes, declarou já ter participado de atividades ou eventos promovidos pelo Centro Cultural da UFRGS.

Figura 40 - Gráfico – Participação em alguma atividade ou evento no Centro Cultural



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Entre as atividades em que eles participaram (questão 3.2), foram citadas; reuniões, workshop, congresso, palestras, cursos, apresentações musicais, exposições, Dia da Doação, seminários e premiações.

Já a questão 3.3 avaliou a relevância das atividades desenvolvidas no Centro Cultural para a vida universitária, obtendo-se o resultado apresentado na Figura 41. A questão foi respondida por quatro participantes, utilizando-se uma escala Likert de cinco pontos, variando de 1 (Irrelevantes) a 5 (Muito relevantes). Os resultados demonstram uma avaliação amplamente positiva: três respondentes assinalaram a opção “5 – Muito relevantes”, enquanto um participante selecionou “4 – Relevantes”. Não houve marcações nas alternativas “1 – Irrelevantes”, “2 – Pouco relevantes” ou “3 – Neutro”, evidenciando consenso entre os participantes quanto à importância das atividades promovidas no espaço.

Esse reconhecimento encontra respaldo no Relatório de Gestão 2018 da UFRGS, no qual a gestão do reitor Rui Vicente Oppermann destaca que o Centro Cultural foi concebido com a proposta de oferecer à comunidade universitária e externa uma intensa programação cultural, reunindo iniciativas promovidas tanto pela Universidade quanto por atores externos, com o objetivo de estimular e preservar a cultura e a arte em suas diferentes manifestações, além de promover a circulação do conhecimento e o debate de ideias, valorizando a diversidade e a pluralidade.

Figura 41 - Gráfico – Relevância das atividades do Centro Cultural para a vida universitária



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Já a questão 3.4 buscou identificar cinco características que vêm à mente dos respondentes, quando pensam no Centro Cultural da UFRGS. A partir das respostas obtidas, foi elaborada uma representação em forma de nuvem de palavras,

apresentada na figura 42. A visualização evidencia a recorrência de termos como “cultura”, “patrimônio”, “história” e “arquitetura”, que aparecem com maior destaque e revelam as principais associações construídas pelos participantes em relação à edificação. Também emergem expressões vinculadas às características físicas do lugar, como “escadaria”, “pisos de madeira”, “sacada do terceiro pavimento”, “espaços amplos” e “em frente à Redenção”, demonstrando que a percepção sobre o edifício envolve tanto sua dimensão material quanto sua na paisagem urbana. Além disso, termos como “memória institucional”, “espaço institucional”, “bem conservado”, “plural”, “acessível” e “pulsante” indicam que o Centro Cultural é reconhecido como um espaço vivo e significativo para a Universidade, associado à preservação patrimonial e à circulação de experiências culturais.

Nesse sentido, a nuvem de palavras reforça a compreensão do Centro Cultural como um patrimônio edificado que articula memória, identidade da instituição e vivência universitária, reunindo valores históricos, arquitetônicos e simbólicos que permanecem presentes no imaginário dos participantes da pesquisa.

Figura 42 – Características que lembram do Centro Cultural



Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas ao questionário (2026).

A questão 3.5, buscou identificar as principais dificuldades enfrentadas durante a restauração da edificação. Das quatro pessoas participantes da pesquisa, duas estiveram diretamente envolvidas no processo e apontaram desafios relacionados tanto à execução da obra, quanto à manutenção posterior do prédio. Entre as dificuldades mencionadas destacam-se a troca de lâmpadas em razão da altura do

pé-direito, a substituição integral do telhado, incluindo sua estrutura, a renovação completa das estruturas de entrespos e a necessidade de realizar a demolição dessas estruturas sem comprometer a estabilidade da alvenaria existente.

As respostas evidenciam a complexidade técnica inerente à restauração de uma edificação histórica de caráter monumental, na qual preservar a integridade construtiva exige intervenções cuidadosas e compatibilização entre conservação patrimonial, segurança estrutural e adequação funcional. Essa compreensão dialoga com Brandi (2004), ao destacar princípios fundamentais da teoria da restauração, entre eles a necessidade de integração da intervenção à obra preexistente, de modo que seja perceptível em sua autenticidade sem comprometer a leitura do conjunto; a valorização da matéria que constitui a imagem do bem, preservando os elementos essenciais à sua configuração histórica e estética; e o entendimento de que toda intervenção deve respeitar a historicidade da edificação e, ao mesmo tempo, possibilitar futuras ações de conservação e restauro.

Nessa perspectiva, os desafios apontados pelos participantes demonstram que restaurar um bem patrimonial, envolve não apenas resolver demandas estruturais imediatas, mas também adotar decisões técnicas capazes de garantir a preservação material e a continuidade histórica do edifício ao longo do tempo.

Na questão 3.6, foram obtidas três respostas nas quais os participantes relataram episódios e experiências consideradas marcantes vivenciados no Centro Cultural da UFRGS. Entre os relatos, destacam-se a solicitação para gravação de filmes e campanhas publicitárias no edifício, a realização de ensaios fotográficos pré-casamento, o impacto emocionante provocado pela primeira visita ao espaço por crianças, jovens e adultos, e a lembrança da etapa de restauro em que, após a demolição dos pisos na prumada dos auditórios, tornou-se possível visualizar internamente a edificação em sua altura integral, em uma experiência descrita como intensa e quase vertiginosa. Esses relatos revelam que o Centro Cultural ultrapassa sua dimensão material e funcional, constituindo-se como espaço de produção de experiências compartilhadas e de significados afetivos.

Nessa perspectiva, Halbwachs (2006) afirma que a memória se constrói socialmente, a partir das relações e referências coletivas que organizam e sustentam as lembranças individuais. As experiências narradas pelos participantes evidenciam justamente esse caráter coletivo da memória, uma vez que as lembranças vinculadas

ao edifício se articulam ao convívio com a instituição e às vivências compartilhadas no espaço universitário.

Esse entendimento também dialoga com Candau (2014), ao destacar que a memória está diretamente relacionada à construção das identidades e ao modo como os sujeitos atribuem significado aos espaços e às experiências vividas. Ao associar o Centro Cultural a acontecimentos emocionais, experiências visuais marcantes e manifestações culturais, os participantes atribuem ao edifício sentidos que reforçam seu valor simbólico e sua relação com a identidade da Universidade. De modo complementar, Assmann (2011), contribui ao compreender que a memória cultural se ancora em suportes materiais e simbólicos, capazes de preservar e transmitir referências coletivas ao longo do tempo. Nesse sentido, a edificação preservada torna-se um importante suporte da memória da instituição, reunindo materialidade, história e vivências que permanecem acessíveis às diferentes gerações da comunidade universitária.

O Centro Cultural, ao preservar sua materialidade histórica e ao mesmo tempo acolher atividades culturais e experiências contemporâneas, consolida-se como espaço de ancoragem da memória universitária. Por fim, Pollak (1989), destaca que a memória coletiva é seletiva e se constitui a partir de acontecimentos significativos, que permanecem vivos na lembrança dos grupos sociais. Os relatos apresentados, revelam essa seleção de experiências que, pela intensidade emocional ou pelo valor simbólico atribuído ao edifício, permanecem como referências marcantes e contribuem para fortalecer o reconhecimento do Centro Cultural, como patrimônio cultural e como elemento constitutivo da memória coletiva e da identidade da instituição.

4.4.4 Opiniões e sugestões sobre o Centro Cultural

Foram elaboradas perguntas com opiniões e sugestões sobre o Centro Cultural, onde três das quatro pessoas responderam a esse bloco de questões.

A questão 4.1, questiona o que o edifício do Centro Cultural representa para você e para a Universidade, tivemos como respostas: é um espaço democrático voltado à diversidade cultural em que a programação, difusão e acolhimento são tratados com seriedade; esta edificação tem um significado importante para toda a comunidade e a cidade, traz a história não só da UFRGS, mas da cidade também; e que representa a possibilidade concretizada de melhoria do espaço físico e de representatividade da

universidade, através de algumas ações e procedimentos muito importantes, tais como: idealização não baseada no curto prazo, planejamento, estruturação de equipes de trabalho e, projeto arquitetônico bem desenvolvido.

Como sugestões para melhorar a preservação e a utilização do espaço (questão 4.2), foi citado o seguinte: ampliação dos recursos financeiros e agilidade nos processos de contratação; para a utilização, talvez divulgar a programação do centro cultural no e-mail da Universidade para ciência dos alunos e servidores; em geral, a manutenção do edifício do Centro Cultural vai bem, principalmente se comparada à de outros edifícios da UFRGS, utilização está compatível com as características do prédio, e isso já alivia enormemente as pressões por deterioração causada por uso inadequado, mas seria extremamente importante haver um plano de manutenção preventiva e continuada, para que não seja necessário realizar outro restauro daqui a 20 anos.

Quanto à capacidade do patrimônio arquitetônico, influenciar no sentimento de pertencimento à Universidade (questão 4.3), tivemos as seguintes respostas:

Viva e, talvez, mais facilmente reconhecível do que o patrimônio cultural imaterial;

Sim, pois o vasto patrimônio cultural que a UFRGS carrega, tanto nas suas edificações, seus cursos e seus feitos, são uma "sementinha" plantada em cada um de nós, que a carregamos, honramos e repassamos com carinho, assim perpetuamos o patrimônio da universidade, somos parte desse ciclo;

Sim, claro! Mesmo que a história dos edifícios e da formação da universidade não sejam amplamente conhecidas, a simples presença desses edifícios qualifica e enriquece o espaço dos Campus. A percepção desse conjunto de edifícios de diferentes épocas tem um potencial imenso de despertar interesse e curiosidade sobre a história deste espaço e, mais do que isso, de proporcionar um lugar de fruição sensorial para as pessoas que estão ali no dia a dia. Essa fruição, muitas vezes, não passa por uma percepção consciente, uma apreciação histórica ou intelectual, mas simplesmente por uma apreensão sensível do espaço, suas cores, volumes, luzes e sombras, etc. Essa memória sensível, associada às vivências que o ambiente universitário proporciona, pode desenvolver um sentimento de pertencimento profundo. No entanto, se os edifícios e o ambiente estão deteriorados, desarticulados, resultando em um espaço hostil, pouco acolhedor, desinteressante e desconfortável, a memória sensível desse espaço também fica diminuída e atua de modo negativo. Mesmo assim, como a vivência em uma universidade é sempre muito intensa, o sentimento de pertencimento vai existir, mas nesse caso, apesar do patrimônio arquitetônico.

As respostas evidenciam que o patrimônio arquitetônico da UFRGS, exerce influência significativa na construção do sentimento de pertencimento à Universidade, seja de forma consciente, por meio do reconhecimento histórico e institucional das edificações, seja de maneira mais sensível e cotidiana, a partir da experiência de

permanência e circulação nesses espaços. O patrimônio edificado aparece como elemento que fortalece vínculos entre as pessoas e a instituição, ao reunir materialidade, memória e vivências compartilhadas. A presença dos edifícios históricos, qualifica o ambiente universitário e amplia as possibilidades de interação com a história da instituição, despertando interesse, curiosidade e reconhecimento em relação à trajetória da Universidade.

Além disso, a dimensão sensorial ressaltada pelos participantes, relacionada à percepção do espaço, das cores, dos volumes, da luz e da atmosfera construída, revela que o pertencimento também se constitui por experiências subjetivas e afetivas que se desenvolvem na convivência cotidiana. Assim, a preservação do patrimônio arquitetônico ultrapassa a conservação física das edificações, assumindo papel fundamental na valorização da memória da instituição e no fortalecimento da identidade coletiva, contribuindo para que a comunidade universitária reconheça a Universidade não apenas como espaço de formação acadêmica, mas como lugar de vínculo, permanência e continuidade histórica.

Nessa perspectiva, o patrimônio arquitetônico consolida-se como importante suporte material da memória coletiva e da identidade da instituição, articulando passado e presente e fortalecendo o sentimento de pertencimento entre a Universidade e sua comunidade acadêmica.

4.4.5 Considerações finais: questionário

Perguntou-se as pessoas questionadas, se gostariam de acrescentar algum comentário sobre memória, patrimônio, identidade, restauração e zeladoria relacionados ao edifício (questão 5.1), onde obtiveram-se duas respostas:

Considero o centro cultural da UFRGS uma das mais bem-sucedidas experiências de restauro do patrimônio edificado da universidade, e mesmo além do esforço de preservação, nas condições vigentes, é um desafio permanente;

Seria muito importante que os espaços abertos que circundam os edifícios históricos da UFRGS tivessem tratamento urbanístico e paisagístico adequados, para que o espaço do Campus fosse mais acolhedor, mais interessante e articulado, e para que os edifícios pudessem ser vistos mais como um conjunto e não apenas como edifícios próximos, porém isolados.

Os depoimentos permitem concluir que a memória e o patrimônio no Campus Centro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, estão diretamente relacionados não apenas à preservação material dos edifícios históricos, mas

também, à construção de pertencimento, identidade institucional e qualificação do espaço urbano universitário.

O primeiro depoimento evidencia que o Centro Cultural da UFRGS, é reconhecido como uma experiência bem-sucedida de restauração patrimonial, demonstrando que a recuperação do antigo prédio do Instituto de Química Industrial, ultrapassou a simples conservação física da edificação. A fala destaca que o restauro, representa um esforço contínuo de preservação da memória da instituição e memória cultural da universidade, mesmo diante das limitações e desafios permanentes enfrentados pela gestão do patrimônio público. Assim, percebe-se que a restauração é entendida como um processo ativo de manutenção da memória coletiva.

O segundo depoimento, amplia essa compreensão ao demonstrar que o patrimônio não se restringe ao edifício isolado, mas envolve também sua relação com o entorno urbano e paisagístico. A necessidade de tratamento urbanístico e paisagístico adequado para os espaços abertos do Campus Centro revela uma preocupação com a integração visual, funcional e simbólica do conjunto histórico da universidade. Nesse sentido, os edifícios históricos passam a ser percebidos como partes de uma paisagem cultural articulada, capaz de fortalecer a experiência de acolhimento e reconhecimento da memória coletiva.

Esta observação, dialoga com Halbwachs (2006), ao evidenciar que a memória coletiva, também se estrutura a partir das referências espaciais compartilhadas pelos grupos. Nessa perspectiva, a valorização dos espaços abertos e da integração entre os edifícios históricos contribui para fortalecer os quadros sociais da memória, permitindo que a comunidade universitária reconheça o campus como um conjunto articulado e significativo para sua trajetória. Nesse sentido, a integração paisagística e urbanística dos edifícios históricos amplia sua percepção como conjunto patrimonial e fortalece sua dimensão simbólica na memória da Universidade.

Os resultados obtidos por meio dos questionários evidenciam o reconhecimento do Centro Cultural da UFRGS, como um patrimônio edificado de significativa relevância histórica, arquitetônica e para a instituição. As respostas demonstraram que a edificação é percebida, não apenas em sua dimensão física como patrimônio edificado, mas também como espaço de memória, de vivências compartilhadas e de fortalecimento do sentimento de pertencimento à universidade. Os participantes destacaram atributos vinculados à arquitetura, à preservação e à programação cultural

do espaço, ao mesmo tempo em que apontaram desafios relacionados à manutenção e à continuidade das ações de conservação.

Esses elementos reforçam que o patrimônio arquitetônico universitário, ultrapassa sua condição física e se consolida como suporte da memória coletiva e da identidade institucional, articulando passado e presente por meio das experiências cotidianas da comunidade acadêmica. Nesse sentido, os dados analisados confirmam a relevância do Centro Cultural como referência patrimonial da UFRGS e evidenciam que sua preservação envolve não apenas a conservação material da edificação, mas também a valorização de seus significados históricos, culturais e simbólicos, fundamentais para a permanência e transmissão da memória universitária às futuras gerações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou responder ao problema: “Como os aspectos arquitetônicos do prédio do Centro Cultural da UFRGS, transformações, usos e disputas mantêm relação com a memória de servidores da UFRGS e a conservação do patrimônio?” A análise realizada permitiu compreender que a edificação do antigo Instituto de Química, atual Centro Cultural da UFRGS, reúne características arquitetônicas, históricas e simbólicas que ultrapassam sua dimensão material e funcional, consolidando-se como referência patrimonial e como importante suporte da memória da instituição.

Em relação ao objetivo geral, que consistiu em analisar os aspectos arquitetônicos da edificação e suas relações com a memória e a conservação do patrimônio, os resultados evidenciaram que a arquitetura do Centro Cultural exerce papel significativo na preservação da história da instituição e na constituição do sentimento de pertencimento da comunidade universitária. Elementos como a monumentalidade da edificação, a composição equilibrada das fachadas, a escadaria central, os espaços internos amplos e sua localização de destaque no Campus Centro, foram reconhecidos pelos participantes como características que contribuem para sua valorização e para sua permanência como marco arquitetônico e simbólico da Universidade.

Quanto aos objetivos específicos, o mapeamento cronológico das edificações do Campus Centro, permitiu compreender o contexto de implantação e a relação histórica e espacial entre os prédios, evidenciando a constituição de um conjunto arquitetônico de elevado valor patrimonial. A revisão bibliográfica possibilitou aprofundar a compreensão sobre os modelos arquitetônicos do período e, sobre a articulação entre memória, patrimônio e arquitetura, demonstrando que a preservação do patrimônio edificado universitário envolve não apenas a conservação física dos bens, mas também a valorização dos significados que lhes são atribuídos ao longo do tempo.

A investigação junto ao entrevistado e aos respondentes do questionário, que acompanharam o processo de restauração e aos agentes institucionais, permitiu identificar percepções convergentes acerca da relevância do Centro Cultural, para a memória universitária e para a vida acadêmica. Por fim, a análise das variáveis envolvidas no processo de restauração revelou tanto a complexidade técnica das

intervenções quanto a importância da manutenção preventiva e da continuidade das políticas institucionais voltadas à preservação.

Os resultados dialogam diretamente com a fundamentação teórica adotada. A compreensão de Halbwachs (2006) sobre a memória coletiva mostrou-se pertinente ao evidenciar que a memória institucional também se organiza a partir de referências espaciais compartilhadas, reconhecidas pela comunidade universitária no cotidiano do Campus Centro. A perspectiva de Candau (2014) contribuiu para compreender a relação entre memória e identidade, revelando que o patrimônio arquitetônico fortalece vínculos de pertencimento e reconhecimento institucional. Em Assmann (2011), a noção de memória cultural permitiu compreender o edifício como suporte material capaz de preservar e transmitir referências históricas entre diferentes gerações. Por sua vez, Pollak (1989) possibilitou compreender como as lembranças compartilhadas e as experiências significativas vivenciadas no espaço, contribuem para a construção e permanência da memória da instituição.

A pesquisa também evidencia importante contribuição social, ao destacar a relevância da preservação do patrimônio arquitetônico universitário, como parte da memória da instituição e do patrimônio cultural da cidade. O estudo do atual Centro Cultural da UFRGS, demonstra de forma expressiva como a restauração de uma edificação histórica, pode promover não apenas a conservação de sua materialidade, mas também sua ressignificação social e cultural.

O estudo contribui também para ampliar a reflexão sobre a necessidade de políticas permanentes de conservação, restauração e zeladoria do patrimônio edificado nas universidades públicas. Originalmente, concebido para abrigar o Instituto de Química, o edifício passou por períodos de desocupação e abandono, vivenciando um processo de descaracterização de sua função inicial. A partir da restauração, entretanto, a edificação recuperou suas características arquitetônicas e adquiriu novos sentidos ao transformar-se em Centro Cultural da UFRGS, consolidando-se como espaço voltado à promoção da arte, da cultura e da circulação do conhecimento.

Essa transformação ampliou sua relevância para além da comunidade universitária, inserindo-o como importante equipamento cultural de Porto Alegre e fortalecendo a relação entre Universidade e sociedade. Nesse sentido, a preservação do edifício reafirma que o patrimônio histórico edificado pode manter viva a memória

da instituição ao mesmo tempo em que se adapta às necessidades contemporâneas, garantindo permanência, uso social e continuidade cultural às futuras gerações.

Entre as limitações do estudo, destaca-se o número reduzido de participantes envolvidos nos questionários e entrevistas, decorrente do recorte intencional, voltado as pessoas, diretamente vinculadas ao processo de restauração e à gestão institucional do edifício. Soma-se a isso o caráter específico do estudo de caso, centrado em uma única edificação do Campus Centro, em Porto Alegre, o que limita a generalização dos resultados para outros contextos universitários. Ainda assim, tais limitações, não comprometem a relevância da investigação, considerando a profundidade da análise documental e teórica realizada.

Como possibilidades para futuras investigações, sugere-se ampliar o estudo para outras edificações históricas da UFRGS, permitindo análises comparativas sobre memória, preservação e usos contemporâneos do patrimônio arquitetônico universitário. Recomenda-se também, aprofundar pesquisas relacionadas à percepção da comunidade acadêmica em sentido mais amplo, estudantes, docentes e técnicos-administrativos, sobre patrimônio e pertencimento institucional, bem como investigações voltadas às políticas de conservação preventiva e de gestão do patrimônio edificado em universidades públicas brasileiras. Além disso, considera-se relevante o desenvolvimento de estudos voltados às políticas públicas, relacionadas à conservação e à restauração do patrimônio histórico e cultural edificado no Brasil, buscando compreender os marcos legais, os instrumentos de proteção e financiamento e os desafios enfrentados pelas instituições públicas na preservação de seus bens culturais.

Investigações nesse campo poderão contribuir para ampliar o debate sobre estratégias de salvaguarda, qualificar a gestão do patrimônio arquitetônico e fortalecer ações institucionais comprometidas com a preservação da memória e da identidade cultural. Dessa forma, espera-se que esta pesquisa possa contribuir para fortalecer o debate sobre memória universitária, patrimônio arquitetônico e preservação institucional, reafirmando o Centro Cultural da UFRGS como espaço de referência histórica, cultural e simbólica, cuja permanência material e simbólica integra a trajetória da Universidade e sua relação com a comunidade.

REFERÊNCIAS

- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011, 453p.
- ASSMANN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. In: *História Oral*, v. 19, n. 1, p. 115-127, jan/jun, 2016.
- ARANTES, Antonio A. O Patrimônio Cultural e seus Usos: a dimensão urbana. **Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, Goiânia, Brasil, v. 4, n. 1, p. 425–435, 2009. DOI: 10.18224/hab.v4.1.2006.425-435.
- BAUER, Letícia Brandt. **O arquiteto e o zelador**: Patrimônio Cultural, História e Memória São Miguel das Missões (1937-1950). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 177 p., 2006.
- BERND, Zilá; MANGAN, Patrícia Kayser Vargas. **Dicionário de expressões de memória social, dos bens culturais e da cibercultura**. 2. Ed. Canoas: Editora Unilasalle, 2017.
- BISSÓN, Carlos Augusto (org). **Sobre Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, 1993.
- BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2004.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 out. 2025.
- BRASIL. **Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937. Disponível em: Câmara dos Deputados – Decreto-Lei nº 25/1937. Acesso em: 02 mar. 2025.
- BRASIL. **Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969**. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Brasília, DF: Presidência da República, 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc01-69.htm. Acesso em: 30 nov. 2025.
- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHAL, Tania Franco; ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson; FONSECA, Joaquim da. **Os prédios históricos da UFRGS**: Atualidade e Memória, Porto Alegre: UFRGS, 1998.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

COUTINHO, Maria Inês Lopes. Apresentação: Patrimônio edificado e coleções, um desafio aos museus. In: [organizado por] Fabio di Mauro, Mirza Pellicciotta. **As edificações no tempo**: olhares sobre a conservação. São Paulo: Museu de Arte Sacra de São Paulo, 2019. 408p.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 51-66.

DI MAURO, Fabio; PELLICCIOTTA, Mirza. Introdução: Breve relato de um caminho no campo da conservação. In: [organizado por] Fabio di Mauro, Mirza Pellicciotta, **As edificações no tempo**: olhares sobre a conservação. São Paulo: Museu de Arte Sacra de São Paulo, 2019. 408p.

DIAS, Adelaide Luiza Novaes. **De portas abertas**: proposta de restauração e intervenção arquitetônica para o casarão do antigo Registro do Paraibuna. Dissertação (Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos) – Universidade Federal da Bahia. Volume I. Bahia, 521 p., 2023.

EGÍDIO, Paulo. **UFRGS inaugura centro cultural no prédio do antigo Instituto de Química**. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 20 ago. 2018. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/cultura/2018/08/644810-ufrgs-inaugura-centro-cultural-no-predio-do-antigo-instituto-de-quimica.html?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 3 nov. 2025.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan. 2005.

GODOY, Elenilton Vieira; SANTOS, Vinício de Macedo. Um olhar sobre a cultura. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 30, n. 3, p. 15-41, Set. 2014.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **As transformações do patrimônio**: da retórica da perda à reconstrução permanente. In: [organizado por] Tamasso, Izabela Maria; Filho, Manuel Ferreira Lima. Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**, vol.28, nº 55, p. 211-228, janeiro-junho 2015.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 2, v. 22, p. 5, 1997.

HARTOG, François. **Crer em História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HARTOG, François. **Régimes d'historicité**: présentisme et expériences du temps. Paris: Seuil, 2003.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. IPHAN, **Dicionário IPHAN de patrimônio cultural**. Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência - COPEDOC. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008. 84 p. (Cadernos de pesquisa e documentação do IPHAN; 3).

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Decisão de tutela especial. Processo de Tombamento n.º 1.438-T-98: Faculdade de Direito e Observatório Astronômico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Brasília, DF: IPHAN, 1998.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. IPHAN, **Economia do patrimônio cultural**: guia introdutório. Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e Observatório da Economia Criativa da Bahia (Obec); coordenação: Daniele Pereira Canedo e Ernani Coelho Neto; pesquisadores: Amanda Haubert Ferreira Coelho [et al]. Brasília: Iphan, 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. IPHAN. **Edição 2006**: Prêmio Rodrigo Franco de Melo Andrade: para ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/premios/premio-rodrigo-melo-franco-de-andrade/revista_2006.pdf/@@display-file/file. Acesso em: 26 mai. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. IPHAN. **Edição 2019**: Prêmio Rodrigo Franco de Melo Andrade: para ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/premios/premio-rodrigo-melo-franco-de-andrade/Revista_PRMFA2019.pdf/@@display-file/file. Acesso em: 26 mai. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria IPHAN n.º 9, de 9 de fevereiro de 2022**. Dispõe sobre a delimitação da poligonal e a definição de critérios de intervenção para o entorno da Faculdade de Direito e do Observatório Astronômico, integrantes do Campus Universitário Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Brasília, DF: IPHAN, 2022.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização**: problemas teóricos de restauro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008. 325p.

LARAIA, Roque de Barros. A difusão da cultura. In: LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: Um conceito antropológico, 14.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LEITE, Luiz Osvaldo. Universidade no mapa. In: [organizado por] BISSÓN, Carlos Augusto. **Sobre Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, 1993.

LIKERT, R. A technique for the measurement of attitudes. **Archives of Psychology**, United States, v. 22, n. 140, p. 1–55, 1932.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2007.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural**. Elaboração: José Hailon Gomide, Patrícia Reis da Silva, Sylvia Maria Nelo Braga. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005.

MORAES, Viviane Junqueira de. **Gestão da manutenção em prédios públicos**: estudo de caso na Universidade Federal de Ouro Preto. Trabalho de conclusão do curso de Engenharia Civil – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2022.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura: construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 23, p. 156-168, 2003.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre**: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

NOVAIS, Dulcelene Gamarano. **Diagnóstico de patologias e análises de manutenção como meio de conservação do edifício público** - estudo de caso da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto. 2021.150f. Monografia (Arquiteta Urbanista) – Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, 2021.

OLIVEIRA, Carmem Regina; LICHT, Flavia Boni (Org.). **UFRGS 70 anos**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

OLIVEIRA, Doris Maria Demingos. **Projeto resgate do patrimônio histórico e cultural da UFRGS**: estudo do perfil dos incentivadores para o restauro do prédio da faculdade de Direito. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais, Canoas, 2017.

OLIVEIRA, Rogério Pinto Dias de. **Manuais do patrimônio edificado da UFRGS**: cartas patrimoniais e legislação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PATERMAN, Rachel. A vida de um monumento: arquitetura, memória e transformação. **Revista Antropolítica**, Rio de Janeiro, n. 38, 1. sem. 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Um dia, um outro tempo. In: **UFRGS 70 anos**. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p.9-75.

PINTO, Gelson de Almeida; BUFFA, Ester. **Arquitetura e Educação**: campus universitários brasileiros. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTO ALEGRE (Município). **Lei Orgânica do Município de Porto Alegre**. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 1990. Disponível em: Câmara Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <https://legislacao.portoalegre.rs.gov.br/norma/25277> Acesso em: 4 dez. 2025.

PORTO ALEGRE (Município). **Lei Complementar nº 942, de 6 de julho de 2022**. Institui o Programa de Gestão do Patrimônio Imobiliário do Município de Porto Alegre. *Diário Oficial de Porto Alegre*, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br>. Acesso em: 4 jan. 2026.

PORTO ALEGRE (Município). **Lei nº 12.585, de 9 de agosto de 2019**. Dispõe sobre o Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município de Porto Alegre e sobre as medidas de proteção e preservação dos bens que o compõem. *Diário Oficial de Porto Alegre*, Porto Alegre, 19 ago. 2019. Disponível em: https://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/processos/134657/Lei_12585.pdf. Acesso em: 4 jan. 2026.

RABELLO, Sonia. **O Estado na preservação dos bens culturais**: o tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Decreto nº 5.758, de 28 de novembro de 1934**. Cria a Universidade de Porto Alegre. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 28 nov. 1934.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, de 8 de julho de 1947**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1947. Disponível em: https://pt.wikisource.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o_de_1947_do_estado_do_Rio_Grande_do_Sul/T%C3%ADtulo_I,_Cap%C3%ADtulo_I. Acesso em: 4 jan. 2026.

ROSA, Flávia Sutelo da. A zeladoria do patrimônio cultural: concepção e fluxos. In: [organizado por] Fabio di Mauro, Mirza Pellicciotta, **As edificações no tempo**: olhares sobre a conservação. São Paulo: Museu de Arte Sacra de São Paulo, 408p., 2019.

TONIOLI, Renata Manara; Souza, Marcelo Aguiar Coelho de (Orgs.). **Guia do patrimônio cultural edificado da UFRGS**. Setor de Patrimônio Histórico. Porto Alegre: UFRGS, 2023.

TONIOLI, Renata Manara. **Cidade e Universidade**: Arquitetura e configuração urbana do Campus Centro da UFRGS. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) –

Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2017.

UFRGS, 2024. **Apresentação – UFRGS 90 anos**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/90anos/apresentacao/> Acesso em: 28 jun. 2025.

UFRGS, 2025. **Centro Cultural**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/difusaocultural/centrocultural/espacos/> Acesso em: 28 jun. 2025.

UFRGS, 2025. **Centro de Memórias da Educação FACED**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/faced/sobre/espacos/centro-memoria/> Acesso em: 02 ago. 2026.

UFRGS, 2025. **Museu**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/museu/sobre-o-museu/> Acesso em: 28 jun. 2025.

UFRGS, 2025. **Sala Qorpo Santo**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/institutodeartes/espacos-culturais/sala-qorpo-santo/> Acesso em: 28 jun. 2025.

UFRGS, 2025. **Sala Redenção**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/difusaocultural/salaredencao/> Acesso em: 28 jun. 2025.

UFRGS. **Iniciativas espalhadas pela UFRGS buscam suprir ausência de política institucional de preservação**. *Jornal da UFRGS*, Porto Alegre, 2021. Disponível em: https://www.ufrgs.br/jornal/iniciativas-espalhadas-pela-ufrgs-buscam-suprir-ausencia-de-politica-institucional-de-preservacao/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 3 mar. 2026.

UNGARETTI, Helenara Roballo. **Os prédios históricos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**: proposta de tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE). 199 p. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais) - Centro Universitário La Salle/Canoas (UNILASALLE), Canoas, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). A digitalização como meio de preservação do patrimônio cultural. **Jornal da Universidade**. Secretaria de Comunicação Social/UFRGS. 1 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/a-digitalizacao-como-meio-de-preservacao-do-patrimonio-cultural/>. Acesso em: 20 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). **Difusão Cultural**. Porto Alegre: UFRGS, 2026. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/difusaocultural/>. Acesso em: 23 abr. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). **Relatório da gestão 2018**: Reitor Rui Vicente Oppermann. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/194201> Acesso em 21 abr. 2026.

UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL (URGS). **Relatório**: reitorado do Prof. Elyseu Paglioli: 13 de agosto de 1952 a 13 de abril de 1964. Porto Alegre: Gráfica da Universidade do Rio Grande do Sul, 1978.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). **Especificações Técnicas para a Restauração do Prédio do Antigo Instituto de Química Industrial, prédio 12.109** - Campus Centro - Quarteirão II. Porto Alegre, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). **Projetos Executivos para a Restauração do Prédio do Antigo Instituto de Química Industrial, prédio 12.109** - Campus Centro - Quarteirão II. Porto Alegre, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). Secretaria do Patrimônio Histórico. **Guia do patrimônio cultural edificado da UFRGS/ Setor de Patrimônio Histórico**. [organizado por] Renata Manara Tonioli e Marcelo Aguiar Coelho de Souza. Porto Alegre, UFRGS, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). Secretaria do Patrimônio Histórico. **Patrimônio histórico e cultural da UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Superintendência de Infraestrutura. **Serviços**. Porto Alegre: UFRGS, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/suinfra/site/servicos.html>. Acesso em 21 out. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Pró-Reitoria de Extensão. Departamento de Difusão Cultural. **Edital de Ocupação 2026: Centro Cultural da UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS, 2026. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/difusaocultural/edital2026/>. Acesso em: 02 fev. 2026.

WEIMER, Günter. Arquitetura porto-alegrense ou um estudo sobre a terrível doença da autofagia. In: [organizado por] BISSÓN, Carlos Augusto. **Sobre Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, 1993.

WHITE, Leslie Alvin; DILLINGHAM, Beth. **O conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

YIN, Robert Kuo-zuir. **Estudo de caso**: planejamento e métodos, 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAMIN, Frinéia. **Patrimônio cultural do Rio Grande do Sul**: a atribuição de valores a uma memória coletiva edificada para o Estado. 150 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2006.

APÊNDICE A – Instrumentos de Proteção ao Patrimônio

Contém o quadro resumo dos instrumentos de proteção ao patrimônio considerados relevantes à esta pesquisa, os quais estão classificados por ordem cronológica, e nos âmbitos Internacional, Nacional, Estadual, Municipal e da UFRGS.

Instrumentos de proteção ao patrimônio considerados relevantes à esta pesquisa, no âmbito Internacional, Nacional, Estadual, Municipal e da UFRGS			
Ano	Instrumento	Âmbito	Princípios mais relevantes
1931	Carta de Atenas	Internacional	Representa o marco inicial no processo de conscientização dos Estados Modernos para a preservação de suas edificações e monumentos históricos. Princípios gerais e doutrinas concernentes à proteção dos monumentos.
1936	Lei Orgânica de Porto Alegre	Municipal Porto Alegre	Define os bens públicos que constituem o patrimônio municipal.
1937	Constituição Federal de 1937	Nacional	Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.
1937	Decreto-Lei 25/1937 - Criação do IPHAN (Inicialmente como SPHAN)	Nacional	Foi criado em 1937 como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A atual denominação é Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao IPHAN proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.
1945	Criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) - em 16 de novembro de 1945	Internacional	A UNESCO atua na proteção, promoção e valorização do patrimônio cultural e natural através de instrumentos normativos internacionais, como convenções, recomendações e declarações.
1962	Recomendação de Paris - Paisagens e Sítios	Internacional	Relativa à proteção da beleza e do caráter das paisagens e sítios, introduz o conceito de proteção legal por "zonas" das paisagens extensas. Estabelece limites às intervenções em áreas de interesse patrimonial protegidas por lei.
1964	Carta de Veneza/1964	Internacional	Sobre a conservação e restauração de monumentos e sítios. Estilos e tipologias acadêmicas e eruditas, passaram à categoria de patrimônio cultural, permitindo uma reinterpretação sobre as edificações populares, vernaculares e rurais.
1967	Constituição da República Federativa do Brasil de 1967	Nacional	O amparo à cultura é dever do Estado. Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas.
1968	Recomendações de Paris/1968	Internacional	Sobre a conservação dos bens culturais ameaçados pela execução de obras públicas ou privadas. Foram estabelecidos critérios aos membros da ONU para proteção de seus bens culturais quando expostos a situações de risco perante o empreendimento de obras de pequeno, médio ou grande porte, públicas ou privadas.
1972	Carta do Restauo – Ministério de Instrução Pública - Governo da Itália	Internacional	Referência para o campo da conservação-restauração. Sobre a salvaguarda e a restauração dos objetos arqueológicos, para os critérios das restaurações arquitetônicas, para a execução de restaurações pictóricas e escultóricas e para a tutela dos centros históricos. Orientação para a obediência das peculiaridades estéticas e construtivas dos edifícios, proibidas quaisquer intervenções que alterem suas características.

Instrumentos de proteção ao patrimônio considerados relevantes à esta pesquisa, no âmbito Internacional, Nacional, Estadual, Municipal e da UFRGS			
Ano	Instrumento	Âmbito	Princípios mais relevantes
1972	Convenção de Paris/1972 - UNESCO - Convenção do Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural	Internacional	Identificou e determinou políticas para a promoção, proteção e conservação dos bens patrimoniais que representam valores universais. O Brasil aderiu à convenção em 1977.
1976	Recomendações de Nairóbi/1976	Internacional	Sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. Definiu os conceitos de ambiência, salvaguarda e conjunto histórico, e recomendou que fossem adotadas medidas que permitissem a proteção desses conjuntos.
1978	Lei 7231/1978	Estadual	Dispõe sobre o Patrimônio Cultural do Estado
1985	Declaração do México/1985 - Conferência Mundial do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)	Internacional	Sobre as políticas culturais. Tem como objetivo fortalecer as sociedades através da valorização da diversidade cultural dos povos.
1987	Carta de Petrópolis	Nacional	Primeiro Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, ressalta a necessidade da ação integrada dos órgãos federais, estaduais e municipais. Destaca a diversificação dos instrumentos de proteção - tombamento, inventário, normas urbanísticas, isenções e incentivos - como forma de legalizar a proteção.
1988	Constituição da República Federativa do Brasil/88 - Carta Magna	Nacional	Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.
1989	Constituição do Estado do Rio Grande do Sul	Estadual	Estabelece que o patrimônio cultural é direito garantido pelo Estado, assim como sua proteção é tarefa primordial.
1990	Criação do IPHAE	Estadual	O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE) foi criado em 1990, através da Portaria nº 11/90, quando as então Coordenadorias do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado passaram a ser designadas como Institutos, nome que mantém até hoje. O IPHAE evoluiu de outras estruturas anteriores, como a Divisão de Cultura (1954) e a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico (1964). Cabe à instituição a instrução técnica do tombamento de bens culturais, por legislação específica, de modo que a Sedac, a partir da efetivação do tombamento, impeça que os mesmos sejam destruídos ou descaracterizados.
1991	Lei 8313/91 - Lei Rouanet	Nacional	Instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), que por meio de renúncia fiscal incentiva projetos culturais. Por meio de propostas aprovadas e transformadas em projetos, com valores aprovados para captação, o contribuinte pode realizar aportes financeiros, como incentivador para a execução dessas ações culturais.
1992	Lei Complementar 275/1992	Municipal Porto Alegre	Sobre a proteção do patrimônio histórico, cultural, natural e paisagístico de Porto Alegre.
1994	Lei 10116/1994	Estadual	Institui a Lei de Desenvolvimento Urbano - Prédios e Monumentos de Proteção e Preservação Permanente
1995	Carta de Brasília/1995	Internacional	Documento regional do Cone Sul sobre autenticidade da identidade regional como patrimônio cultural.
1998	Criação do Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS - registrado no Ministério da Cultura em 1999	UFRGS	Salvaguarda, preservação e restauro do acervo edificado da UFRGS.
1998	Decisão de Tutela Especial - Processo de tombamento 1.438-T-98 – IPHAN	Nacional/ UFRGS	Processo de tombamento aberto no IPHAN para tombamento do Observatório Astronômico e Faculdade de Direito da UFRGS

Instrumentos de proteção ao patrimônio considerados relevantes à esta pesquisa, no âmbito Internacional, Nacional, Estadual, Municipal e da UFRGS			
Ano	Instrumento	Âmbito	Princípios mais relevantes
1999	Lei Complementar 434/1999	Municipal Porto Alegre	Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA). Define as áreas de interesse cultural do município, sendo que a proteção dessas áreas será feita através de inventários e tombamentos.
1999	Decreto 3.179/99	Nacional	Sobre as sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Regula a lei dos Crimes Ambientais e estipula sanções aplicáveis às infrações contra o Ordenamento Urbano e Patrimônio Cultural.
2000	Lei 10.098/00	Nacional	Sobre o acesso universal de pessoas portadoras de necessidades especiais em espaços públicos, mobiliário urbano, edifícios e meios de transporte.
2000	Lei 11.525/00	Estadual / UFRGS	Institui o Código Estadual do Meio Ambiente. Declara integrante do patrimônio cultural do Estado os prédios históricos da UFRGS.
2000	Criação da Secretaria do Patrimônio Histórico da UFRGS	UFRGS	A missão do SPH é salvaguardar o patrimônio cultural da UFRGS. Suas principais atribuições incluem: a Gestão Documental, Projetos de Intervenção, Captação de Recursos e Execução de Obras de Restauo.
2001	Lei 10.257/2001 - Estatuto da Cidade	Nacional	Estabelece diretrizes gerais da política urbana, cujos instrumentos podem ser poderosos aliados na preservação de áreas de interesse cultural.
2003	Recomendações de Paris/2003 - UNESCO	Internacional	Sobre a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Estabelece a definição de patrimônio cultural imaterial como sendo a forma de identidade e continuidade dos traços culturais de determinada comunidade em suas representações, práticas, expressões, conhecimentos e técnicas.
2019	Lei 12.585/2019	Municipal Porto Alegre	Estabelece regras para a proteção do patrimônio cultural por meio de inventário.
2022	Lei Complementar nº 942/2022	Municipal Porto Alegre	Programa de gestão do patrimônio imobiliário.

LEGENDA	
	Cartas Patrimoniais - Internacional
	Legislação Nacional
	Legislação Estadual - RS
	Municipal - Porto Alegre
	UFRGS

Fonte: Elaborado pela autora (2025), com dados de:

BRASIL, 2025. **Legislação Federal**. Disponível em: <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/legis-federal>. Acesso em 18 set. 2025.

OLIVEIRA, Rogério Pinto Dias de (Coord.); UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (Org.). **Manuais do patrimônio histórico edificado da UFRGS: Cartas patrimoniais e legislação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PORTO ALEGRE, 2025. **Legislação Municipal de Porto Alegre/RS**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/prefeitura/rs/porto-alegre>. Acesso em 18 set. 2025.

RIO GRANDE DO SUL, 2025. **Leis estaduais**. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rs>. Acesso em 18 set. 2025.

APÊNDICE B – Modelo de Carta de Aceite

Por precaução e compromisso ético, a realização da pesquisa e sua divulgação na dissertação e publicações científicas foi autorizada pela UFRGS, conforme o modelo de termo a seguir.



Credenciamento: Portaria N° 597, de 05/05/2017 - DOU de 08/05/2017

Carta de Aceite

Declaro que temos conhecimento e estamos de acordo com a condução do projeto de pesquisa intitulado ***Memória e Patrimônio no Campus Centro da UFRGS: estudo de caso do Centro Cultural***, proposto pela pesquisadora Marcia de Oliveira Cudo, aluna de mestrado do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, sob a orientação da Profa. Dra. Rute Henrique da Silva Ferreira.

Assinatura e Carimbo do Responsável pela Instituição

APÊNDICE C – Modelo de TCLE (Cabeçalho do Questionário)

O modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é um documento que explica os detalhes da pesquisa, tais como justificativas e objetivos; é um documento formal utilizado em pesquisas científicas no qual o participante aceita participar voluntariamente de um estudo.

Pesquisa sobre Memória, Patrimônio e Identidade no Edifício do Centro Cultural da UFRGS

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Este questionário faz parte de uma pesquisa que busca analisar os aspectos arquitetônicos e as suas relações com a memória e conservação do patrimônio na edificação do Antigo Instituto de Química, transformado em Centro Cultural, localizado no Campus Centro da UFRGS. A pesquisa, que está sendo desenvolvida pela mestrandia Marcia de Oliveira Cudo sob a orientação da Profa. Dra. Rute Henrique da Silva Ferreira, tem como objetivos específicos: mapear a ordem cronológica das edificações do Campus Centro da UFRGS, em Porto Alegre, e compreender as relações estabelecidas entre eles; revisar na bibliografia os modelos arquitetônicos da época da construção das edificações, necessidade de preservação das edificações e a relação entre memória, patrimônio e arquitetura; identificar as percepções de pessoas que acompanharam o processo de transformação da edificação em Centro Cultural, por meio da aplicação de questionário; e estudar as variáveis envolvidas na obra de restauração da edificação do Antigo Instituto de Química, transformado em Centro Cultural do Campus Centro da UFRGS, a fim de preservar as suas características originais, contribuindo para a criação da memória e identidade dessa edificação.

Sua participação é muito importante para o sucesso deste estudo. Para responder as perguntas, você vai precisar de cerca de 10 a 15 minutos. As informações que você fornecer serão usadas apenas para a pesquisa e os resultados poderão ser publicados, mas sua identidade será mantida em sigilo. Ao responder, você concorda em participar voluntariamente e declara que entende os objetivos da pesquisa. Alguns participantes desta etapa poderão ser convidados para uma entrevista.

APÊNDICE D – Questionário de pesquisa (via Formulário Google Forms)

Segue o questionário aplicado a quatro funcionários que acompanharam o processo de conservação ou de restauração da edificação do Centro Cultural da UFRGS. Todas as respostas ao questionário foram tratadas com absoluta confidencialidade, sendo utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

Pesquisa sobre Memória, Patrimônio e Identidade no Edifício do Centro Cultural da UFRGS

Este questionário tem como objetivo compreender a percepção da comunidade universitária sobre o papel do edifício do Centro Cultural como patrimônio e memória. Sua participação é voluntária e as respostas são anônimas. Obrigada por colaborar!

1. Perfil do Respondente:

1.1. Qual seu vínculo com a UFRGS (pode marcar mais de uma opção):

- ☐ Estudante ou ex-estudante da UFRGS
- ☐ Professor(a)
- ☐ Arquiteto(a)
- ☐ Engenheiro(a)
- ☐ Funcionário(a) Técnico-Administrativo ou ex-funcionário
- ☐ Chefe ou diretor de Unidade
- ☐ Prefeito ou ex-prefeito da UFRGS
- ☐ Outro: _____

1.2. Marque o período total de anos de sua vida que você está ou passou vinculado(a) à UFRGS:

- ☐ Menos de 1 ano
- ☐ 1 a 5 anos
- ☐ 6 a 10 anos
- ☐ 11 a 20 anos
- ☐ 21 a 30 anos
- ☐ mais de 30 anos

1.3. Escreva os períodos em que você esteve ou está vinculado(a) à UFRGS (ano em que você entrou e saiu de cada vez em cada vínculo com a UFRGS)?

2. Conhecimento e Percepção sobre o Edifício

2.1 Indique seu nível de concordância com a seguinte afirmação: Conheço a história do edifício que abriga o Centro Cultural?

- ☐ 1- Discordo totalmente
- ☐ 2 - Discordo
- ☐ 3 - Não concordo nem discordo (Neutro)
- ☐ 4 - Concordo
- ☐ 5 - Concordo totalmente

2.2 Indique seu nível de concordância com a seguinte afirmação: O edifício do Centro Cultural é importante para a memória da Universidade.

- ☐ 1- Discordo totalmente
- ☐ 2 - Discordo
- ☐ 3 - Não concordo nem discordo (Neutro)
- ☐ 4 - Concordo
- ☐ 5 - Concordo totalmente

2.3 O prédio do Centro Cultural tem valor como patrimônio cultural.

- ☐ 1- Discordo totalmente
- ☐ 2 - Discordo
- ☐ 3 - Não concordo nem discordo (Neutro)
- ☐ 4 - Concordo
- ☐ 5 - Concordo totalmente

3. Percepção sobre o Centro Cultural e suas Atividades

3.1. Você já participou de alguma atividade ou evento no Centro Cultural?

- ☐ Sim.
- ☐ Não

3.2. Caso tenha participado, de qual atividade você já participou?

3.3. Como você avalia a relevância dessas atividades para a vida universitária?

- ☐ 1 - Irrelevantes
- ☐ 2 - Pouco relevantes
- ☐ 3 - Neutro
- ☐ 4 - Relevantes
- ☐ 5 - Muito relevantes

3.4. Escreva 5 características que vêm em sua mente quando você lembra do Centro Cultural da UFRGS:

3.5. Se você esteve envolvido na restauração da edificação transformando-a de Instituto de Química em Centro Cultural, quais as maiores dificuldades enfrentadas?

3.6. Pense uma história ou episódio inesquecível que você vivenciou no Centro Cultural da UFRGS. Quando isso ocorreu? Relate como foi.

4. Opiniões e Sugestões

4.1. O que o edifício do Centro Cultural representa para você e para a universidade?

4.2. Quais sugestões você daria para melhorar a preservação e a utilização do espaço?

4.3. Você acredita que o patrimônio arquitetônico influencia no sentimento de pertencimento à universidade? Por quê?

5. Considerações Finais

5.1. Gostaria de acrescentar algum comentário sobre memória, patrimônio, identidade, restauração e zeladoria relacionados ao edifício?

Você concluiu o questionário! Grata pela sua participação voluntária nesta pesquisa.

Marcia de Oliveira Cudo - Mestranda do PPG em Memória Social e Bens Culturais -
Unilasalle - Canoas - RS

APÊNDICE E - Linha do tempo da Edificação

Para facilitar a compreensão dos diversos usos e alterações arquitetônicas da edificação do Centro Cultural foi gerado um quadro no qual pode-se visualizar a Edificação ao longo dos anos.

LINHA DO TEMPO DA EDIFICAÇÃO (EM TERMOS ARQUITETÔNICOS E DE OCUPAÇÃO) DO CENTRO CULTURAL DA UFRGS	
	Primeira Etapa Construtiva
1922	Em 7 de Setembro de 1922 é lançada a pedra fundamental do prédio-sede, em um terreno no Campo da Redenção, iniciando-se as obras da construtora Andrighetto e Cia.
1924	É concluída a obra do prédio-sede, faltando somente o acabamento do porão. É constituída por três andares em alvenaria, com uma área de 633 m ² por pavimento. Suas instalações dispõem de amplos laboratórios, salas especiais para balanças, bromatologias entre outros.
1926	São realizadas as obras de acabamento do porão, que estava sem acabamento, sendo executados os rebocos, pisos, esquadrias e caiações. Prédio é inaugurado oficialmente pelo presidente da república Washington Luís em 08 de junho de 1926
1927	Tem prosseguimento as obras de acabamento do porão, somando uma área total de 1899 m ² .
1936	Em 1936, sediou cursos de Química, Analistas e Industriais, História Natural e Física.
1938	O DAER inaugurou seu laboratório no porão do prédio.
1943	É criado o curso de Bacharelado e Licenciatura em Química, vinculado à faculdade de Filosofia, o qual se instalou nas dependências do prédio.
	Segunda Etapa Construtiva
1944	Iniciam as obras para ampliação do edifício devido a necessidade de mais espaço por causa do crescente desenvolvimento industrial no Estado, ficando com a volumetria atual.
1945	Em 1945, sediou o Curso de Mineralogia.
1946	São concluídas as obras de ampliação, que resultaram na duplicação dos dois módulos laterais por volumes idênticos, aumentando a área construída para 3089 m ² . Novos laboratórios, gabinetes, biblioteca, almoxarifado e pequeno bar.
1954	O problema de espaço volta a agravar-se, tendo início a construção do Pavilhão de Tecnologia, nos fundos do prédio-sede, para abrigar diversos equipamentos, inaugurado em 1957.
	Etapas construtivas posteriores
1958	Em onze de julho de 1958 vários laboratórios são danificados com uma grande explosão, os laboratórios de físico-química põem em risco de contaminação radioativa as demais dependências. A edificação agora necessita de reparos nas capelas dos laboratórios, dispositivos de tiragem e telhado.
1960	Foram feitos os reparos necessários nos laboratórios e no telhado, colocados exaustores nas capelas e eliminando-se o uso das chaminés.
1961	Acontece a restauração completa da cobertura, pois o madeiramento estava comprometido e com ninhos de morcegos no local, aproveitou-se para substituir algumas telhas de barro

	por translúcidas.
1968	O Instituto Tecnológico do Estado do Rio Grande do Sul (ITERS) desocupa o prédio, iniciou-se reforma no porão, agora desocupado.
1970	Acontece a Reforma Universitária em 1970, quando o Instituto desvincula-se da Escola de Engenharia, são realizadas obras de conservação, com pintura externa e interna, reforma do bar e de sanitários do porão, em comemoração aos 50 anos de criação do Curso de Química Industrial.
1981	Transferência do Instituto para as novas instalações do Campus do Vale, o prédio passa a ser ocupado por diferentes setores administrativos da Universidade ligados à Reitoria, salas de aula e laboratórios diversos.
1989	É realizada a segunda reparação da cobertura, como parte do programa de recuperação da cobertura dos prédios do Campus Central.
1990-2014	Ocorreram as mais variadas ocupações dos espaços, com intervenções que danificaram a construção, desqualificando seus valores arquitetônicos.
2015-2018	A restauração aconteceu entre 2015 e 2018 como parte de um projeto de recuperação do patrimônio histórico da universidade.
2018	Totalmente restaurado, em 20 de agosto de 2018 foi inaugurado e passou a abrigar as atividades do Centro Cultural da Universidade.

Fonte: Elaborado pela autora com dados de UFRGS (2004) e Centro Cultural (2026)

APÊNDICE F – Crônica sobre o Centro Cultural da UFRGS

Apresenta uma crônica sobre o Centro Cultural da UFRGS, escrita pela autora, descrevendo a edificação de uma forma literária.

Entre o vai e vem apressado do centro de Porto Alegre, há um prédio que respira em outro tempo. Quem passa talvez não perceba de imediato, mas basta atravessar suas portas para sentir que ali, o presente conversa com o passado, e às vezes, até discute com ele.

Erguido entre 1922 e 1924 para abrigar o Instituto de Química Industrial, o edifício nasceu com vocação para o conhecimento. Em 1926, foi inaugurado com solenidade, com a presença do presidente, como quem anuncia um futuro promissor. Seus corredores, então, eram tomados por estudantes curiosos, pesquisadores inquietos e o cheiro constante de experimentos, uma mistura de ciência e esperança.

Mas prédios, assim como as pessoas, também precisam crescer. Então em 1944, ele foi ampliado. Precisava de mais espaço, mais salas, mais vida. E assim vieram mais laboratórios, cada um guardando pequenas descobertas, erros e acertos, histórias que nunca chegaram a ser escritas, mas que ficaram impregnadas nas suas paredes.

O tempo seguiu seu curso, em silêncio. Em 1981, com a transferência do Instituto de Química para o Campus do Vale, após muitos protestos, o prédio perdeu parte de sua identidade. Já não era mais o mesmo. Tornou-se abrigo de setores administrativos, adaptando-se como pôde. Aos poucos, foi sendo descaracterizado, como se cada reforma esquecesse um pouco do que ele havia sido.

Vieram então anos de desgaste. O abandono não declarado, a deterioração visível, o cansaço das estruturas. Quem passava talvez visse apenas um prédio antigo, abandonado. Mas quem olhava com mais atenção percebia algo diferente: uma resistência silenciosa, como se ele ainda guardasse a memória de tudo que viveu, e guardava.

Entre 2015 e 2018, algo começou a mudar. O que antes parecia esquecido passou a ser cuidadosamente revisitado. Camadas foram retiradas, detalhes descobertos, traços originais recuperados. Era como restaurar não apenas paredes, mas também a dignidade de um lugar. Então em 2018, o prédio renasceu, agora como Centro Cultural, se transformando em um espaço de encontro, de arte e de troca.

Hoje, seus salões recebem exposições abertas ao público, com entrada gratuita, como um gesto generoso de quem quer compartilhar o que tem de mais valioso: a experiência cultural. Crianças de escolas caminham por seus corredores, talvez sem saber que pisam onde antes se fazia ciência, mas ainda assim absorvendo algo, uma curiosidade, um encanto, uma pergunta, criando memórias. E talvez seja isso o que tem de mais bonito: o prédio continua ensinando.

Não ensina como antigamente, através de fórmulas e reagentes, mas por meio da memória, da arte e da permanência, uma edificação que esse ano completa 100 anos de sua inauguração como Instituto de Química. Ele nos lembra que os espaços também têm histórias, e que, quando cuidados, podem sempre recomeçar.

Desbravar esse lugar não é apenas visitar um Centro Cultural. É atravessar camadas de tempo: passado, presente e de um futuro que ainda está por vir, é sair de lá com a sensação de que o passado ainda está vivo, só esperando alguém disposto a escutar.

ANEXO A – Linguagens no Centro Cultural da UFRGS

Trabalho realizado na disciplina de Linguagens Culturais, para publicação na revista “Memória e Linguagens Culturais”, revela as diferentes linguagens da edificação.

O Centro Cultural da UFRGS, que ocupa a edificação do Antigo Instituto de Química ou Quindão, apelido dado pela cor amarela de sua fachada, é também chamado de Instituto de Química, Prédio da Química, Prédio da Antiga Química, Química Velha, Química do Centro, Anexo II da Reitoria e Predição da Química. Porém, no letreiro na sua fachada principal, consta o nome “Instituto de Química Industrial: Escola de Engenharia”.

JANELA 1 – Essa fachada cenográfica, com o letreiro dizendo o que não é, ele tenta ser o que não foi feito para ser, vivendo em uma luta constante para se tornar um Centro Cultural.



Fonte: acervo pessoal (2025)

Inaugurado em 2018, a própria edificação, patrimônio cultural material, manifesta uma linguagem cultural, contando a história do local. Localizada no Quarteirão 2 do Campus Centro da UFRGS, próximo à Rua Engenheiro Luiz Englert. Foi edificada entre os anos 1922 e 1924 e inaugurada em 1926, para o Instituto de Química Industrial.

Entre 1944 e 1946, devido ao crescente desenvolvimento industrial do Estado, é ampliado com dois pavilhões laterais. Em 1958, vários laboratórios foram danificados devido a uma grande explosão, colocando em risco de contaminação radioativa às demais dependências do Instituto. Em 1981, o Instituto de Química, devido ao seu grande crescimento e falta de espaço, transfere-se para o Campus do Vale (Coelho, 2008). Com o isto o prédio passou a ser utilizado por órgãos administrativos, até seu abandono, restauração e reuso como Centro Cultural da UFRGS.

Localizado no coração de Porto Alegre, em frente ao Parque da Redenção, de estilo eclético, construção monumental, mistura diversas linguagens arquitetônicas. Com forma geométrica, sóbria e com a predominância de linhas retas, sua fachada frontal possui colunas

toscanas e esculturas femininas representando a Química, por isso não perderá seu prestígio como centro social e cultural da comunidade (Soares, 1986).

A memória coletiva, para Halbwachs (2006) se constrói e se comunica através das linguagens culturais, organizando o sentido do passado e mantendo vivo o pertencimento social, pois as lembranças se apoiam em monumentos, em tradições e em palavras.

JANELA 2 – O Centro Cultural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, além da linguagem arquitetônica, se propõe a fomentar outras diversas linguagens culturais, ou seja, formas de expressão artística, cultural e de conhecimento como parte de sua missão institucional.

Com aproximadamente 3.000m², com ambientes identificados com nomes de árvores brasileiras, possui salas multiuso, auditórios, saguões e espaços expositivos, que contam com sistema de climatização e acessibilidade para pessoas com deficiência (para isso teve que alterar sua entrada para os fundos da edificação, devido à escadaria). A linguagem não verbal pode ser visualizada através da utilização de código braile em diversos locais da edificação, como: localização dos espaços, sanitários e salas (UFRGS, 2025).

Abertos à utilização pela comunidade interna e externa à UFRGS, por meio de locação ou de um edital anual de ocupação, os espaços podem abrigar diversas ações artístico-culturais (exposições, espetáculos, palestras, simpósios, seminários e oficinas, entre outros). **As atividades são oferecidas ao público de forma gratuita, podendo a visita ocorrer de forma individual ou em grupo. São aceitas propostas nas seguintes áreas: artes cênicas (circo, dança e teatro), artes visuais, culturas populares e saberes tradicionais, cultura e emergência climática, literatura, música, políticas culturais e gestão da cultura. O Centro Cultural também é utilizado para Reuniões e Comunicações da Gestão (UFRGS, 2025).**

Assim, o Centro Cultural da UFRGS afirma-se como um espaço em que passado e presente dialogam constantemente. A edificação carrega em sua materialidade e em seus múltiplos nomes a memória de usos que moldaram sua identidade. Ao assumir novas funções e acolher diversas linguagens, o prédio reinventa-se sem apagar sua trajetória, convertendo-se em um patrimônio vivo. Entre a monumentalidade arquitetônica, as marcas históricas e a vitalidade da programação cultural, reafirma seu papel como referência social, simbólica e cultural para a Universidade e para a comunidade de Porto Alegre.

Referências

COELHO, Letícia Castilhos (Org.). **Prédio do Antigo Instituto de Química Industrial: Relatório do projeto de restauração. Volume 1. Atualização: fevereiro de 2008. Porto Alegre: Secretaria de Patrimônio Histórico da UFRGS, 2008.**

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

SOARES, Mozart Pereira. O campus centro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In: **UFRGS – Agenda 1986**. A história do primeiro campus universitário do Brasil. Jornal da UFRGS. Porto Alegre, mai. 1986, p.8-10.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Centro Cultural da UFRGS. Difusão Cultural UFRGS. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/difusaocultural/centrocultural>. Acesso em: 11 nov. 2025.



Marcia de Oliveira Cudo é mestranda no PPG em Memória Social e Bens Culturais da Unilasalle. Engenheira Civil formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), onde também atua como servidora técnico-administrativa. Dedicase à manutenção e à preservação de edificações históricas com relevância educativo-cultural.



Raquel Büttow Nunes Dias é mestranda no PPG em Memória Social e Bens Culturais da Unilasalle. Engenheira Civil formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde também atua como servidora técnico-administrativa. Dedicase à manutenção e à preservação de edificações históricas com relevância educativo-cultural.

ANEXO B – Diagnóstico de Equipamento Cultural

Trabalho final da disciplina “Espaços de Cultura e Memória”, onde o Centro Cultural passou por um Diagnóstico de Equipamento Cultural.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E BENS CULTURAIS

RELATÓRIO

AValiação / Diagnóstico Situacional de Equipamento Cultural

Centro Cultural da UFRGS

Pesquisadoras: Aline de Oliveira Silva Padilha, Geovanna Cristine Corrêa Ribeiro, Luciana Sperb, Marcia de Oliveira Cudo, Raquel Buttow Nunes Dias

Professores: Cleusa Maria G. Graebin, Cristine Gabriela C. Flores, Marcos Flávio Rolim

Canoas, 2026

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	5
2. CONTEXTO HISTÓRICO E CULTURAL.....	6
3. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E GESTÃO	8
4. ACERVOS.....	9
5. EXPOSIÇÕES.....	10
6. EDUCAÇÃO E AÇÃO CULTURAL	14
7. COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	15
8. ARQUITETURA E INFRAESTRUTURA.....	16
9. SEGURANÇA	17
10. ATENDIMENTO AO PÚBLICO.....	18
11. ANÁLISE SWOT	18
12 RECOMENDAÇÕES E PROGRAMAS ESTRUTURANTES	19
13 CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS.....	22
APÊNDICE 1 – CHECKLIST PARA DIAGNÓSTICO SITUACIONAL.....	23

INTRODUÇÃO

O Centro Cultural da UFRGS ocupa o antigo prédio do Instituto de Química Industrial da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o qual passou por um processo integral de restauração em razão de manifestações patológicas identificadas em elementos como estrutura de piso e forro, revestimentos, esquadrias, cobertura e instalações. A intervenção também visou à adequação do edifício à legislação vigente e à sua requalificação funcional, concebendo-o como um centro de eventos complementar ao Salão de Atos. Durante o desenvolvimento da obra, consolidou-se a proposta de sua destinação como centro cultural, sendo, ao final, inaugurado em 2018 como espaço voltado à promoção de atividades culturais, acadêmicas e institucionais.

Figura 1 – Centro Cultural da UFRGS



Fonte: Acervo pessoal, 2026.

Configura-se como um equipamento cultural, do tipo Centro Cultural (também chamado de Anexo II da Reitoria ou “Quindão”), sendo uma unidade administrada pelo Departamento de Difusão Cultural, vinculada à autarquia federal Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), integrando sua estrutura institucional e

desempenhando papel estratégico na promoção, difusão e articulação de atividades culturais no âmbito universitário e na interface com a sociedade.

Localizado na Rua Eng. Luiz Englert, 333, em Porto Alegre, de frente para o Parque Farroupilha (Redenção), no Centro Histórico de Porto Alegre, quarteirão 2 do Campus Centro na frente do Cinema Universitário Sala Redenção, do Teatro Qorpo Santo e próximo ao Salão de Atos, Pinacoteca Barão de Santo Ângelo e Museu da UFRGS (considerado Polo Cultural da UFRGS, pela proximidade das atividades culturais).

Este equipamento cultural foi escolhido por se tratar do objeto de estudo de caso da Dissertação da Marcia de Oliveira Cudo.

Segundo a autora Micheli Minozzo (2025) em sua dissertação intitulada “GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA”, a gestão de equipamentos culturais em instituições públicas envolve administrar espaços como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e centros culturais, conciliando suas funções simbólicas, educativas e sociais com as exigências burocráticas do setor público. Esses espaços têm como missão democratizar o acesso à cultura, preservar patrimônios e estimular a produção artística, especialmente no contexto universitário.

Segundo o texto, essa gestão depende de cinco dimensões principais: institucional, relacionada à posição da cultura dentro da estrutura administrativa; financeira, ligada à captação de recursos e sustentabilidade; gestão de pessoas, que envolve equipes qualificadas e motivadas; infraestrutura, referente à manutenção, segurança e acessibilidade dos espaços; e atividades culturais, voltada à programação artística, formação de público e inclusão social (Minozzo, 2025).

Nas universidades públicas, os equipamentos culturais também fortalecem a relação entre instituição e comunidade, funcionando como espaços de memória, aprendizagem e diversidade cultural. O principal desafio é equilibrar criatividade e função social com limitações orçamentárias e regras administrativas rígidas.

Já conforme os autores Judite Sanson de Bem, Renata Bastos Dellamea Moisés Waismann e Margarete Panerai Araujo (2020) no artigo “TEATRO SÃO PEDRO – UM ESTUDO EMBLEMÁTICO DE SUCESSO NA ÁREA DA GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS” a gestão de equipamentos culturais consiste em administrar espaços como teatros, museus, cinemas e centros culturais, garantindo seu funcionamento, sustentabilidade financeira e relevância social. Envolve planejar recursos, manter a infraestrutura, captar investimentos, organizar equipes e desenvolver programações culturais atrativas e acessíveis ao público.

O texto destaca que uma gestão eficiente precisa equilibrar a preservação do patrimônio cultural com práticas modernas de administração. O caso do Teatro São Pedro demonstra que parcerias, uso de leis de incentivo e diversificação de receitas podem fortalecer a manutenção e expansão desses espaços. Assim, o gestor cultural atua como articulador entre cultura, finanças, comunidade e políticas públicas, assegurando a continuidade e o impacto social do equipamento cultural (BEM et al., 2020).

O artigo “GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E IDENTIDADE TERRITORIAL: POTENCIALIDADES E DESAFIOS”, de Ma. Fabiana Pimentel Santos e Dr. Eduardo Davel, analisa o papel dos equipamentos culturais, como museus, teatros, bibliotecas e centros culturais, destacando sua importância nas dimensões artística, social e econômica. Os autores evidenciam que esses espaços possuem grande potencial para dinamizar os territórios onde estão inseridos, promovendo práticas culturais, fortalecendo relações sociais e contribuindo para o desenvolvimento local. No entanto, apontam que a gestão dessas instituições enfrenta diversos

desafios, especialmente quando se mantém centrada apenas na organização interna, o que pode gerar distanciamento em relação ao território e à comunidade (SANTOS, 2018).

Nesse contexto, o artigo propõe a gestão territorializada como estratégia para aproximar os equipamentos culturais de seus territórios, tomando a identidade territorial entendida como o conjunto de características culturais, sociais e simbólicas do lugar, como base para a tomada de decisões. Essa abordagem favorece o fortalecimento de vínculos com o público, amplia a capacidade de atuação das instituições e estimula a cooperação entre diferentes organizações. Como resultado, contribui para impactos positivos não apenas no nível organizacional, mas também no desenvolvimento social, cultural e econômico dos territórios.

1. IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

O Centro Cultural da UFRGS tem por finalidade precípua reunir, expor, apresentar e divulgar iniciativas ligadas a diversas áreas da arte e cultura, como artes visuais, dança, teatro, música, literatura, humanidades e educação, bem como fomentar outras atividades de mesma natureza, que promovam a relação das comunidades interna e externa da Universidade através de experiências compartilhadas, nos termos do Regimento.

Segundo o Regimento do Centro Cultural (Resolução nº 099/2022-CONSUN III), tem como princípios:

I - apresentar a diversidade das expressões culturais, contemplando o pluralismo de ideias, o compromisso com o patrimônio e a memória imaterial e as inovações artísticas;

II - possibilitar o acesso aos bens e serviços culturais;

III - promover o fomento à produção, à difusão e à circulação do conhecimento e de bens culturais;

IV - contribuir para a democratização do acesso aos bens culturais e para o desenvolvimento cultural, artístico, técnico, científico e socioeconômico do país;

V - promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a universalidade das práticas e dos saberes socializados.

2. CONTEXTO HISTÓRICO E CULTURAL

O acervo arquitetônico da UFRGS representa uma síntese da trajetória construtiva do Estado nos períodos de 1898 a 1928, e de 1951 a 1964, caracterizando-se como parte importante da memória da sociedade gaúcha e brasileira. Integrante do patrimônio cultural do Rio Grande do Sul através da Lei Estadual 11.525/2000, e em 2008, o edifício que hoje abriga o Centro Cultural passou também a fazer parte do inventário de bens imóveis do patrimônio cultural da cidade de Porto Alegre, sendo também considerada área protegida pela lei federal, por estar em um dos quarteirões próximos às edificações tombadas da Faculdade de Direito e Observatório Astronômico.

O prédio do antigo Instituto de Química Industrial, hoje ocupado pelo Centro Cultural da UFRGS, possui características de estilo eclético, mesclando assim diferentes linguagens arquitetônicas. Com forma rígida, geométrica, sobriedade e predominância de linhas retas, sua fachada frontal possui colunas toscanas e esculturas femininas, em pedestal de balaustrada, representando a Química. As portas e janelas contam com gradis de ferro, todos originais, cujo elemento decorativo serviu de inspiração para a construção da identidade visual do Centro Cultural da UFRGS.

O Centro Cultural da UFRGS desempenha um papel estratégico na relação entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a sociedade, configurando-se como um espaço de articulação entre cultura, memória e vida urbana na cidade de Porto Alegre. Sua relevância para a comunidade evidencia-se, sobretudo, na democratização do acesso à cultura, ao oferecer uma programação diversificada que aproxima públicos distintos e amplia as possibilidades de fruição e produção cultural.

Nesse contexto, o Centro Cultural pode ser compreendido como um “lugar de memória”, conforme a formulação de Pierre Nora (1993), para quem a memória se ancora em espaços simbólicos que emergem como resposta à aceleração do tempo histórico e ao risco de esquecimento. Ao ressignificar um edifício histórico e atribuir-lhe novos usos, o Centro Cultural não apenas preserva a materialidade do patrimônio, mas também atualiza seus significados, funcionando como suporte ativo da memória coletiva.

Essa dimensão é reforçada pela perspectiva de Maurice Halbwachs (1990), que compreende a memória como um fenômeno socialmente construído, dependente dos quadros coletivos que a sustentam. Sob esse olhar, as atividades promovidas pelo Centro Cultural: exposições, eventos e práticas culturais atuam como mecanismos de atualização da memória, permitindo que diferentes grupos sociais atribuam novos sentidos ao espaço e às suas experiências.

Além disso, ao incentivar a produção cultural contemporânea e promover o encontro entre universidade e comunidade, o Centro Cultural contribui para a construção de vínculos identitários e para o fortalecimento do sentimento de pertencimento. Essa dinâmica evidencia que a memória não é estática, mas continuamente reelaborada nas práticas sociais, em consonância com o que Halbwachs aponta como a constante reconstrução do passado a partir das necessidades do presente.

Dessa forma, o Centro Cultural da UFRGS ultrapassa a função de espaço expositivo, constituindo-se como agente ativo na produção de significados, na preservação da memória e na mediação entre diferentes temporalidades. Sua atuação reafirma o papel da universidade pública como promotora de cultura e como instância fundamental na construção simbólica da cidade, articulando patrimônio, memória e sociedade em um processo dinâmico e coletivo.

A relação do Centro Cultural da UFRGS com o território pode ser compreendida a partir de sua inserção no tecido urbano do centro histórico de Porto Alegre e de sua atuação como mediador entre universidade e cidade. Localizado no Campus Centro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Centro Cultural integra uma área marcada por forte densidade histórica, institucional e simbólica. Essa localização estratégica favorece sua articulação com o entorno urbano, aproximando fluxos acadêmicos e dinâmicas da vida cotidiana da cidade. Assim, o espaço não se configura como um equipamento isolado, mas como parte ativa do território, contribuindo para sua vitalidade cultural e social.

Do ponto de vista simbólico, essa relação se expressa na capacidade de ressignificar o patrimônio edificado, transformando um antigo prédio acadêmico em um espaço aberto à comunidade. Esse processo reforça a ideia de território como construção social, em que os sentidos atribuídos aos lugares são continuamente produzidos e disputados. Nesse sentido, o Centro Cultural atua como um ponto de conexão entre a memória da instituição e as experiências urbanas contemporâneas.

Além disso, sua programação cultural promove a ocupação do espaço por diferentes públicos, ampliando o uso social do território e incentivando práticas de convivência, circulação e apropriação. Ao atrair visitantes, artistas, estudantes e

moradores, o Centro Cultural contribui para dinamizar o centro da cidade, fortalecendo redes culturais e estimulando a diversidade de usos no espaço urbano.

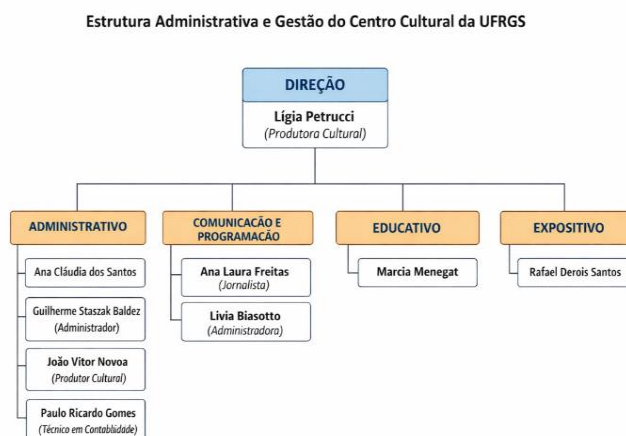
Como apontam Nora (1993) e Halbwachs (1990), os lugares são fundamentais para a ancoragem da memória coletiva. Nesse sentido, o Centro Cultural da UFRGS funciona como um território vivo, no qual a memória, a cultura e a experiência cotidiana se entrelaçam.

Assim, ao promover o acesso à cultura e incentivar a participação social, o Centro Cultural reforça o papel da universidade pública como agente territorial, contribuindo para a construção de uma cidade mais inclusiva e culturalmente ativa. Sua presença no centro de Porto Alegre evidencia como instituições acadêmicas podem atuar na requalificação simbólica e social dos espaços urbanos, fortalecendo vínculos entre patrimônio, comunidade e território.

3. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E GESTÃO

A estrutura administrativa e Gestão do Centro Cultural da UFRGS conta com nove pessoas em sua equipe, dirigidos pela Diretora do Centro Cultural e divididos nos seguintes setores: administrativo, comunicação e programação, educativo e expositivo, conforme o organograma a seguir.

Figura 2 – Organograma da Equipe do Centro Cultural



Fonte: UFRGS, 2026. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/difusaocultural/equipe/>. Acesso em 02 abr. 2026.

Conforme entrevista com a Direção, o Centro Cultural atualmente tem parceria com:

- ESEFID, projeto “Degustação de Movimentos”, que é um projeto em parceria com o grupo Mimese, de dança, com a professora Luciana Paludo;
- Instituto de Artes (IA), com os professores curadores dos projetos “Grafite de Giz” e “Solo Piano”;
- Programa de Pós-Graduação em Música, com o projeto “Música em Ação”;
- Artes cênicas e dança, com o projeto “Degustação de movimentos”;
- Outras parcerias que de caráter científico ou de outras disciplinas afins com a área artístico-cultural.

O Centro Cultural está sempre aberto ao desenvolvimento de parcerias com outras instituições, escolas e grupos.

4. ACERVOS

O Centro Cultural tem pouco acervo próprio (recentemente a artista Elida Tessler doou os pratos que compõem a exposição “Palavrar” ao Centro Cultural), pois após cada exposição, oficina ou evento, os recursos utilizados são recolhidos pelos artistas ou organizadores do evento.

Segundo a reportagem “A digitalização como meio de preservação do patrimônio cultural, do Jornal da Universidade (2022), dois prédios da UFRGS já passaram pelo processo de digitalização: a fachada e detalhes de vasos e estátuas do Instituto de Química (Centro Cultural da UFRGS), além dos detalhes do antigo prédio da Faculdade de Medicina.

5. EXPOSIÇÕES

Quanto às atividades selecionadas pelo Edital de Ocupação não existe uma curadoria permanente, tem uma comissão mista que seleciona as propostas, ela é formada por especialistas das áreas contempladas, mas todos avaliam tudo que chega. Para 2026 serão selecionadas até 20 (vinte) propostas, sendo cinco de exposições e quatorze de outras ações artístico-culturais, sendo contempladas as seguintes áreas de atuação: artes integradas, artes visuais, circo, cultura e emergência climática, culturas populares e saberes tradicionais, dança, literatura, música, produção e gestão cultural e teatro. Para este edital, a previsão de realização das atividades é para o período compreendido entre junho de 2026 e maio de 2027.

Quanto aos outros projetos: ao “Solo Piano”, que é um projeto que hoje ocorre ao meio dia e meia, sempre nas últimas segundas-feiras de cada mês. Esse projeto tem a curadoria do Prof. do Instituto de Artes Ney Fialkow, que é do Programa de Pós-Graduação em Música, criado junto com ele, há alguns anos. Já o projeto “Grafite de Giz”, que é realizado em um painel para escrita em giz na entrada do Centro Cultural, ele foi também criado em parceria junto com uma professora do Departamento de Artes Visuais que já se aposentou, então foi convidada uma outra professora do Instituto de Artes para assumir essa curadoria. Já está previsto para o próximo final do ano, uma exposição do projeto “Percurso do Artista”, que é outro projeto permanente do Departamento de artes visuais, voltado para professores artistas.

Quanto à acessibilidade física, o Centro Cultural dispõe de elevador, piso tátil, totens de localização em braile, nome das salas em braile, cadeiras ampliadas, corrimões em duas alturas, banheiros acessíveis e empréstimo de cadeiras de rodas.

Visitamos as seguintes exposições no dia 27/04/2026:

- Exposição “**Álbuns submersos: arquivos emergentes**”, do projeto Resgate de Memórias, vinculado ao Núcleo de Antropologia Visual da Universidade. A mostra reúne fotografias resgatadas das enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul, que, em laboratórios improvisados de lavagem e recuperação digital, foram restauradas pelo grupo ao longo de quase dois anos.

Figura 3 – Exposição “Álbuns Submersos: arquivos emergentes”



Fonte: Acervo pessoal, 2026.

Junto às imagens do Resgate de Memórias, são exibidos quatro trabalhos selecionados para a **Mostra Fotográfica da IV Reunião de Antropologia da Saúde**: “Onde há sombra”, de Felipe Akira Miasato e Raphael Barbanjo; “O tempo habitante que o caminho traz: passados, presentes, espécies e materialidades em morada e em passagem num hospital geriátrico”, de Natalia Negretti; “O gado crioulo nos campos sulinos: um patrimônio multiespécie”, de Jean Segata; e “Do ajuri na roça à bebida sagrada: cuidado e saúde na perspectiva de uma família indígena do Alto Rio Negro”, de Natalia Farias Silva.

Figura 4– Exposição “Mostra Fotográfica da IV Reunião de Antropologia da Saúde”



Fonte: Acervo pessoal, 2026.

Exposição **“PANAPANÃ – Papilionis Transectum”**, do artista Mauro Espíndola. Com curadoria de Marilice Corona, a mostra reúne gravuras experimentais, livros de artista, objetos e trabalhos in situ que operam como dispositivos de investigação poética sobre o tempo, a memória e a transitoriedade. Desenvolvido a partir das pesquisas do artista no Moinho da Capivara, estúdio localizado na zona rural de Lindolfo Collor, no interior do estado, o projeto apresenta obras construídas com materiais coletados no lugar, como galhos queimados, troncos necrosados e borboletas encontradas sem vida, reorganizados em composições que evocam sistemas de catalogação científica, ao mesmo tempo em que propõem reflexões sobre a impermanência. A exposição, uma das ações selecionadas no Edital de Ocupação 2025 do Centro Cultural da UFRGS, evoca a atmosfera dos gabinetes de curiosidades, espaços surgidos na Europa entre os séculos XVI e XVIII que reuniam artefatos naturais, científicos e culturais como tentativa de apreender e ordenar o mundo.

Figura 5 – Exposição “PANAPANÃ – Papilionis Transectum”



Fonte: Acervo pessoal, 2026.

O Centro Cultural da UFRGS reinaugura **“PALAVRAR: horizonte provável”**, da artista porto-alegrense Elida Tessler. A instalação, que esteve em cartaz no local entre 2022 e 2024, consiste em 581 pratos de porcelana, com verbos no infinitivo extraídos do livro *“A arte no horizonte do provável”*, do poeta e tradutor paulista Haroldo de Campos (1929-2003). O retorno do trabalho marca a doação da obra pela artista ao acervo do Centro Cultural. Professora aposentada do Instituto de Artes da UFRGS, Elida vem investigando há mais de 20 anos as relações entre palavra e imagem. Em *“PALAVRAR: horizonte provável”*, ela distribui os pratos pelas paredes dos três pavimentos do prédio, em arranjos dispersos, que remetem a constelações estelares. “A exposição se adere às paredes do Centro Cultural como um grande abraço. Com curadoria de Eduardo Veras e Gabriela Motta, *“PALAVRAR: horizonte provável”* celebra ainda a amizade e os diálogos artísticos de Elida com Donald Schüler, escritor, filósofo e tradutor, que também foi um interlocutor de Haroldo de Campos.

Figura 06 – Exposição “PALAVRAR: horizonte provável”



Fonte: Acervo pessoal, 2026.

6. EDUCAÇÃO E AÇÃO CULTURAL

O Núcleo Educativo do Centro Cultural da UFRGS atua na integração entre Universidade e escolas. Seu trabalho parte da compreensão de que instituições culturais são espaços de educação não-formal, por possibilitarem encontros de troca e aprendizagem a partir do contato com as mais diversas linguagens artísticas. A mediação cultural tem o objetivo de convidar ao diálogo e contribuir para a produção de sentido e ampliação das visões de mundo, proporcionando experiências sensíveis complementares à sala de aula. A equipe do Núcleo Educativo realiza visitas mediadas às exposições em cartaz no Centro Cultural e na Galeria Maria Lucia Cattani (no térreo do prédio da Reitoria da Universidade), promove oficinas e está sempre aberta ao desenvolvimento de parcerias com outras instituições, escolas e grupos.

Conforme relatado na entrevista, tem o material específico do educativo. Tem uma funcionária específica para a divulgação, recepção, preparação de material pedagógico e formativo junto às escolas. Então, é um trabalho permanente, além das visitas mediadas, ela organiza, ela cria. Elas, junto com os alunos da mediação, propõem oficinas para as escolas visitantes. Que são oficinas que são relacionadas às exposições que estão abertas à visitação no momento.

De uma exposição chamada “Alerta Vermelho”, que era toda feita com materiais reciclados, tudo muito lúdico. Tinha vários figurinos com vestíveis feitos de restos de sobras de guarda-sol, bolas feitas com restos de sobras de guarda-chuva, objetos com lacre de pet, de caráter bem alinhado com um dos nossos temas do edital, que é cultura e emergência climática. Então, ele tem uma proposição realmente de alerta. Tem uma função pedagógica bastante explícita. E com as crianças, ela fez todo um trabalho também com produtos reciclados.

O educativo funciona nessa dupla ação. Tanto nas visitas mediadas, quanto nas oficinas propostas, para todas as idades. Também recebe muitos grupos de estudantes da rede pública e mesmo da rede privada e da universidade acompanhados dos professores.

7. COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

O Centro Cultural divulga suas atividades através do seu site, youtube do Departamento de Difusão Cultural, Instagram (cerca de 20.600 inscritos), Facebook (cerca de 7.800 inscritos), Newsletter semanal (cerca de 20.000 inscritos), Jornal e

site da Universidade, no site do Roger Lerina e eventualmente, na Zero Hora, Correio do Povo e Jornal do Comércio.

Quanto à Identidade visual, as portas e janelas que contam com gradis de ferro, serviram de inspiração para construção da identidade visual do Centro Cultural da UFRGS.

Figura 7 – Identidade visual do Centro Cultural da UFRGS



Fonte: <https://www.ufrgs.br/difusaocultural/centrocultural/> Acesso em 05 mai. 2026.

8. ARQUITETURA E INFRAESTRUTURA

Ocupando o antigo prédio da Química Industrial, construído de 1922-1924, ampliado em 1944 e restaurado de 2015-2018, sendo inaugurado em 2018 como Centro Cultural da UFRGS, possui três pavimentos que somam 3.089 m², com ambientes em diversos formatos (arquitetura de estilo eclético e monumental), todos com o pé direito alto e amplas janelas, que fornecem iluminação natural e vista para o Parque Farroupilha.

As salas multiuso, os auditórios e o estúdio contam com isolamento acústico, sistema de climatização e acessibilidade a pessoas com deficiência, através de: elevador com sinalização por voz, piso tátil externamente à edificação e nos espaços internos de circulação, totens de localização no espaço têm tradução em braille, cadeiras ampliadas, corrimões da nova escada possuem duas alturas, banheiros acessíveis em todos andares, com barras de apoio, vaso sanitário acessível e pia rebaixada, os auditórios possuem cadeiras ampliadas e espaço para cadeiras de rodas. O Centro Cultural também possui o serviço de empréstimo de cadeiras de rodas.

O espaço é projetado também para receber eventos empresariais e acadêmicos, pois oferece auditórios; salas multiuso; espaços para exposições; saguão com copa de apoio e terraço com vista para o Parque, ideal para realizar sessões de autógrafos, exposições e confraternizações. Esses espaços são disponibilizados para eventos institucionais, locações ou pelo Edital de Ocupação.

Através do Edital de Ocupação (2026), O Centro Cultural da UFRGS disponibiliza de espaços físicos acessíveis, localizados no primeiro e segundo pavimentos, conforme descrito a seguir:

- **SALAS MULTIUSO:** Sala Pitangueira: situada no segundo pavimento, possui capacidade para 80 pessoas e uma área de 78,10 m²; Sala Pessegueiro: situada no segundo pavimento, possui capacidade para 50 pessoas, tela retrátil e uma área de 55,92 m²; Espaço Figueira: situado no segundo pavimento, possui uma área de 88,85 m², conta com um piano de cauda e banqueta KW cauda.
- **AUDITÓRIO:** Sala Araucária: situada no segundo pavimento, possui capacidade para 60 pessoas, e uma área de 81,08 m².

- **ESPAÇOS EXPOSITIVOS:** Sala Laranjeira: situada no segundo pavimento, é uma ampla sala com vista para o Parque da Redenção, equipada com iluminação tipo spot, 03 módulos expositores nas paredes internas e disponibilidade de mobiliário de MDF, sendo adequada para a instalação de exposições e realização de atividades paralelas; o espaço é dividido por colunas estruturais com vãos conectados por passagem central; Sala Nogueira: situada no primeiro pavimento, é uma área livre de circulação equipada com iluminação tipo spot com lâmpada par led, paredes sobrepostas e/ou mobiliário de MDF, sendo adequada para a instalação de exposições e realização de atividades paralelas, o espaço é dividido, por uma parede expositora, com duas porções interconectadas pelas laterais.

Porém, através de entrevista com a Direção, percebemos que por se tratar de uma edificação histórica, centenária, há algumas limitações de uso da edificação, como a impossibilidade de realizar dança afro nos pavimentos superiores, pois observou-se muito impacto na edificação quando se tentou realizar. Também foi observada falha no isolamento acústico superior do estúdio de gravação, atrapalhando eventos na sala de cima quando o mesmo é utilizado, então optou-se por não utilizar a sala superior ao estúdio de gravação quando ele estiver programado para ser utilizado.

9. SEGURANÇA

As edificações da primeira geração da UFRGS (construídas entre 1898 e 1928), com características do Ecletismo e do Art Nouveau, integram o inventário de bens imóveis do patrimônio cultural de Porto Alegre e do Estado do Rio Grande do Sul, sendo assim a edificação do Centro Cultural da UFRGS é uma edificação protegida municipal e a nível estadual. Além disso, por causa do tombamento a nível federal das Edificações da Faculdade de Direito e do Observatório Astronômico, a área de entorno, onde se encontram as edificações, também foi delimitada.

Quanto à segurança contra incêndio, a edificação possui aprovação, tendo os itens exigidos como extintor, alarme, saída de emergência, corrimão, placas de PPCI, iluminação de emergência, faltando uma única adaptação ser executada (da porta que sai para escadaria) para conseguir a aprovação final do Corpo de Bombeiros.

10. ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Segundo o site do Centro Cultural (2026) e a entrevista com a direção, o público visitante é formado por estudantes, público em geral, funcionários e professores. O número de visitantes não é medido pelo Centro Cultural, ao que percebemos não tem uma estratégia voltada para isto, nem funcionários disponíveis para esta finalidade.

O horário de atendimento ao público padrão é das 9h às 19h, de segunda à sexta-feira, quando não tem evento à noite e finais de semana, havendo revezamento da equipe para atender aos três turnos.

11. ANÁLISE SWOT

Baseado na entrevista com a direção e com o que observamos durante a visita, confeccionamos a análise Swot da seguinte forma:

- **Forças:** estar dentro da faculdade, totalmente acessível, dentro do polo cultural da UFRGS, prédio restaurado;
- **Fraquezas:** não tem acesso direto para rua, falta de incentivo financeiro para os artistas, atendimento somente até 19h e de segunda a sexta;
- **Oportunidades:** ter uma ferramenta de mapeamento de controle de público;

- Ameaças: equipe reduzida e sem previsão de aumento, sem estacionamento para os visitantes.

Foi gerada uma matriz swot com os dados acima, a qual representamos na figura 8 a seguir.

Figura 8 – Análise Swot



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026)

12 RECOMENDAÇÕES E PROGRAMAS ESTRUTURANTES

Sugerimos a criação de ferramenta para tabular os visitantes para extrair informações mais completas de quem visita o local e participa das atividades, oficinas.

13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a visita técnica, a entrevista realizada e a aplicação do instrumento de análise desenvolvido para este estudo, foi possível compreender de forma mais aprofundada o funcionamento, os desafios e as potencialidades do Centro Cultural da UFRGS enquanto equipamento cultural universitário. A análise permitiu identificar aspectos estruturantes relacionados à gestão, à preservação patrimonial, à ação educativa e à relação do espaço com a comunidade.

Em primeiro lugar, destaca-se o papel estratégico do Centro Cultural como um importante “lugar de memória”, responsável por ressignificar o antigo prédio do Instituto de Química Industrial, patrimônio histórico de estilo eclético, para usos culturais contemporâneos. Nesse sentido, o espaço fortalece a relação entre universidade e sociedade, ao transformar o conhecimento acadêmico em experiências culturais acessíveis ao público.

Outro aspecto relevante refere-se à atuação do Núcleo Educativo, considerado uma das principais potencialidades do equipamento. Por meio de visitas mediadas, oficinas pedagógicas e ações voltadas às escolas públicas e privadas, o Centro Cultural consolida-se como um espaço de educação não formal. As exposições promovidas, como a mostra Alerta Vermelho, com os projetos inspirados nesta exposição, as crianças vivenciavam na prática as atividades com reciclados, demonstrando a capacidade do espaço em estimular reflexões críticas sobre temas sociais e ambientais contemporâneos, especialmente a emergência climática.

No que diz respeito à gestão, observou-se que o Centro Cultural opera com uma equipe reduzida e multifuncional, composta por apenas 11 profissionais responsáveis também pela Sala de Cinema Redenção (somente 9 profissionais para a gestão do Centro Cultural). Essa configuração exige intensa articulação coletiva, cooperação interna e estabelecimento de parcerias externas. Os Editais de Ocupação surgem, nesse contexto, como uma importante estratégia para garantir diversidade e continuidade da programação cultural, embora as limitações legais relacionadas à cobrança de ingressos e à remuneração de artistas representem desafios para a sustentabilidade financeira das ações desenvolvidas.

Em relação à infraestrutura, verificou-se que a restauração do prédio garantiu avanços significativos em acessibilidade física, incluindo elevadores, piso tátil e sinalização em braille. Entretanto, por se tratar de uma edificação histórica, ainda existem limitações técnicas importantes, como problemas de isolamento acústico e trepidação nos pisos superiores, fatores que restringem determinados usos do espaço, especialmente atividades corporais de alto impacto e gravações simultâneas.

A pesquisa também evidenciou questões relacionadas à visibilidade e à identidade territorial do Centro Cultural. Apesar de sua localização privilegiada em frente ao Parque da Redenção, o equipamento ainda apresenta dificuldades de inserção simbólica junto à população da cidade. A disposição física do prédio, voltada para o interior do campus, bem como a permanência do portão externo fechado por questões de segurança e climatização, acabam contribuindo para a percepção de um espaço pouco acessível ou “invisível” para parte do público.

Por fim, conclui-se que há possibilidades concretas de aprimoramento da gestão e da comunicação institucional por meio da implementação de ferramentas de mapeamento e monitoramento de público. A sistematização de dados sobre os visitantes poderia contribuir para a elaboração de estratégias de comunicação mais efetivas, além de fortalecer argumentos para a captação de investimentos e ampliação das políticas culturais do equipamento.

Dessa forma, o estudo evidencia que o Centro Cultural da UFRGS desempenha um papel fundamental na preservação e criação de memória, na democratização do acesso à cultura e na promoção de ações educativas, ao mesmo tempo em que enfrenta desafios estruturais e de visibilidade típicos de equipamentos culturais inseridos em contextos institucionais e patrimoniais.

REFERÊNCIAS

BEM, Judite Sanson de; DELLAMEA, Renata Bastos; WAISMANN, Moisés; ARAUJO, Margarete Panerai. Teatro São Pedro: um estudo emblemático de sucesso na área da gestão de equipamentos culturais. **Revista Digital de Gestión Cultural**, v. 15, p. 1-16, 2020. Disponível em: DSpace Unilasalle. Acesso em: 2 maio 2026.

CENTRO CULTURAL DA UFRGS. **Fotografias Resgatadas das Enchentes de 2024**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/difusaocultural/centro-cultural-da-ufrgs-expoe-fotografias-resgatadas-da-enchente-de-2024/> Acesso em 05 mai. 2026.

CENTRO CULTURAL DA UFRGS. **Edital de Ocupação**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/difusaocultural/centrocultural/> Acesso em 05 mai. 2026.

CENTRO CULTURAL DA UFRGS. **Exposição de Mauro Espíndola investiga arte, ciência e natureza no Centro Cultural da UFRGS**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/difusaocultural/exposicao-de-mauro-espindola-investiga-arte-ciencia-e-natureza-no-centro-cultural-da-ufrgs/> Acesso em 05 mai. 2026.

CENTRO CULTURAL DA UFRGS. **“PALAVRAR: horizonte provável”, de Elida Tessler, retorna ao Centro Cultural da UFRGS**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/difusaocultural/palavrar-horizonte-provavel-de-elida-tessler-retorna-ao-centro-cultural-da-ufrgs/> Acesso em 05 mai. 2026.

CENTRO CULTURAL DA UFRGS. **Centro Cultural Educativo**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/difusaocultural/centrocultural/educativo/> Acesso em 05 mai. 2026.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais, 1990.

MINOZZO, Micheli. **Gestão de equipamentos culturais de uma universidade pública: um estudo de caso**. 2025. 133 f. Dissertação (Mestrado em Administração e Controladoria) — Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2025. Disponível em: Repositório Institucional UFC. Acesso em: 1 maio 2026.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 11.525, de 21 de setembro de 2000**. Declara integrantes do patrimônio cultural do Estado os prédios históricos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado, 2000. Disponível em: Leis Estaduais. Acesso em: 11 maio 2024.

SANTOS, Fabiana Pimentel; DAVEL, Eduardo. Gestão de equipamentos culturais e identidade territorial: potencialidades e desafios. **Revista Pensamento & Realidade**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 109-134, jan./mar. 2018. Disponível em: Revista Pensamento & Realidade. Acesso em: 4 maio 2026.

APÊNDICE 1. CHECKLIST PARA DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

Segue o Checklist para Diagnóstico Situacional
Identificação

☒ Dados institucionais atualizados

☐ Missão e objetivos definidos

Gestão

☒ Organograma atualizado

☐ Equipe suficiente

☒ Documentação institucional organizada

☒ Parcerias ativas Acervos

☒ Inventário atualizado de bens

Diagnóstico Situacional de Equipamento Cultural

☒ Condições ambientais adequadas

☐ Riscos identificados Exposições

☒ Narrativa clara

☒ Textos acessíveis

☒ Conservação adequada

☒ Recursos de mediação Educação

☒ Programas ativos

☒ Registro de atividades

Comunicação

☒ Parcerias com escolas Comunicação

☒ Redes sociais ativas

☒ Identidade visual consistente

☒ Materiais de divulgação (Newsletter)

Infraestrutura

☒ Acessibilidade física

☒ Instalações seguras

☒ Sinalização adequada Segurança

☒ Extintores revisados

☒ Saídas de emergência sinalizadas

☒ Controle de umidade e temperatura

Atendimento ao Público

☒ Registro de visitantes (por meio de livro)

☒ Visitas guiadas

☐ Satisfação do público monitorada